



informação arquivística

Periódico eletrônico da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro

VI CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA
Sustentabilidade e Inovação
20 a 23 de outubro/2014 - Santa Maria/RS

O CONCEITO DE FUNDO DE ARQUIVOS: A PEDRA DE TOQUE DA PRÁTICA ARQUIVÍSTICA*
Natalia de Lima Santos e Rodrigo de Freitas Nogueira

ESPECIE DOCUMENTAL
Gráfico de barras mostrando a distribuição de tipos de documentos.

ARQUIVO PESQUISADOR
Gráfico de barras mostrando o perfil de pesquisadores.

CONSULTAS NO ARQUIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA (SP)
Gráfico de linhas mostrando o crescimento das consultas ao longo do tempo.

EDITORIAL

O Conselho Editorial do periódico *Informação Arquivística* tem a honra de publicar, nesta edição, os trabalhos premiados no VI Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), o qual foi realizado em outubro de 2014, em Santa Maria-RS, sob organização da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS). Trata-se de uma parceria entre o Conselho Editorial do *Informação Arquivística* e a Comissão Organizadora do evento em questão. Ressalta-se que pela primeira vez em uma edição do CNA foi implementado, através de sua Comissão Científica, uma premiação aos melhores trabalhos apresentados em cada eixo das modalidades comunicações orais e pôsteres, como forma de reconhecimento à relevância e contribuição à Arquivologia.

É importante aqui relatar que, ao todo, **foram submetidos 387 artigos** ao VI CNA, sendo **110 aprovados**: 33 na modalidade pôster e 77 na modalidade comunicação oral. Os trabalhos foram distribuídos em **06 eixos temáticos**: epistemologia da Arquivologia e formação profissional; gestão documental; documentos arquivísticos digitais; inovação e sustentabilidade em arquivos; patrimônio documental e memória; acesso à informação. O sistema adotado

no processo de avaliação foi o *blind peer review*, que, de acordo com a Comissão Central de Programação Científica, formada por pesquisadores e professores da área no Brasil, garantiu a idoneidade do processo, tanto para os autores como para os avaliadores. Para tanto, a Comissão Central de Programação Científica do VI CNA contou com a ajuda de **51 pareceristas de renome da Arquivologia**. No processo de avaliação, os pareceristas consideraram os seguintes critérios indicados pela Comissão Central de Programação Científica: originalidade do trabalho e relevância do tema; pertinência do título e qualidade do resumo; qualidade da revisão de literatura; consistência teórica do trabalho; metodologia utilizada; análise de dados e resultados parciais (articulação teórica e metodológica da interpretação); conclusões (consistência, coerência e consecução dos objetivos); qualidade da redação e organização do texto (ortografia, gramática, clareza, objetividade e estrutura formal, nos termos exigidos pelo Congresso). Os trabalhos foram avaliados no período compreendido entre 22/07/2014 e 10/08/2014.

Dos 110 trabalhos aprovados, 12 trabalhos foram premiados: dois em cada eixo temático, sendo 1 na modalidade pôs-

ter e 1 na modalidade comunicação oral. Os 12 trabalhos foram premiados com uma Distinção Acadêmica, realizada através de um certificado do evento, um brinde com o efetivo registro e a publicação dos textos integrais nesta edição do periódico *Informação Arquivística*.

O trabalho *Por uma arqueologia da Arquivística: elementos históricos de sua constituição*, de Thiago Henrique Bragato Barros, foi premiado na modalidade comunicação oral, no eixo temático Epistemologia da Arquivologia e formação profissional. O mesmo aborda as mudanças, tanto no universo prático, quanto no universo teórico, da Arquivística, nos últimos 30 anos. Descreve elementos históricos do percurso da área e destaca os diversos aspectos discursivo-conceituais que foram considerados como parâmetros gerais para a disciplina ao longo do período investigado. Para tanto, foi utilizado como aporte metodológico a análise do discurso, buscando construir uma análise arqueológica da Arquivística, com o objetivo de compreender o atual momento de transição no qual, Segundo o autor, a mesma se encontra.

O trabalho premiado na modalidade comunicação oral, do eixo Gestão documental, teve como autor Francisco José Aragão Pedroza Cunha. No trabalho intitulado *Gestão de documentos: bases para aprendizagem e inovação organizacional em hospitais*, o autor apresenta sua pesquisa

em desenvolvimento, que caracteriza conhecimento e inovação como fenômenos de ordem, desordem e organização na “Era” de redes telemáticas; e que, visa ampliar o conhecimento sobre produtos e serviços informacionais compreendidos como tecnologias ou técnicas de gerenciamento avançado de informações voltadas à dinâmica dos sistemas e redes de atenção à saúde. Ressalta-se que, no âmbito da pesquisa, o autor defende que os documentos arquivísticos são mecanismos de difusão de conhecimentos gerenciais nos sistemas e redes que compõem o campo empírico em análise.

Na modalidade comunicação oral, do eixo temático Documentos arquivísticos digitais, foi o premiado o trabalho de Eliandro dos Santos Costa e Lucinéia de Araújo Caporalli, cujo título é: *Preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos: estudo do “Projeto de Extensão Eletrônico” da Universidade Estadual de Londrina*. O trabalho relata a pesquisa desenvolvida no âmbito da Universidade Estadual de Londrina (UEL). A pesquisa visou analisar quais seriam os requisitos para a autenticidade de documentos arquivísticos digitais, em um estudo de caso no documento Projeto de Extensão da Universidade Estadual de Londrina – um documento responsável pelo cadastro das ações extensionistas dos docentes da instituição em questão. A pesquisa compreendeu o estudo da

gênese do referido documento, especificamente no seu formato eletrônico no Portal Web da Instituição, observando se o mesmo cumpre os requisitos recomendados pelo Projeto InterPARES para documentos arquivísticos digitais autênticos, confiáveis e estáveis.

O trabalho de Elenira Inês Prux e Tadiane Tronca, cujo título é *Arquivo Histórico Municipal João Spardari Adami: uma trajetória de parcerias*, foi premiado na modalidade comunicação oral, do eixo temático Inovação e Sustentabilidade em arquivos. O mesmo relata a trajetória da instituição arquivística municipal de Caxias do Sul, bem como os projetos desenvolvidos em parceria com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, relacionados à preservação, guarda, acesso e difusão do seu acervo.

Educação patrimonial em arquivo: uma iniciativa no Departamento de Arquivos e Documentação da COC, de autoria de Felipe Vieira e Jefferson Almeida Silva, foi o trabalho premiado na modalidade comunicação oral, do eixo temático Patrimônio documental e memória. No trabalho em questão temos o relato de uma iniciativa de educação patrimonial, que teve como finalidade retratar a história da saúde pública no Brasil através do acervo documental sob guarda no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz. O projeto irá se concretizar com a publicação

de um livro ilustrado voltado para o público infanto-juvenil e que será distribuído gratuitamente. A elaboração da publicação compreendeu diversas etapas de trabalho coletivo, como a pesquisa documental e bibliográfica, debates sobre a proposta e seu formato, elaboração e revisão dos textos, adaptação para linguagem apropriada, seleção e reprodução dos documentos arquivísticos, ilustração e design gráfico.

O trabalho *Um novo olhar pelas páginas dos arquivos públicos estaduais brasileiros*, de autoria de Katia Isabelli Melo de Souza e Fernanda de Oliveira Cândido, foi premiado na modalidade comunicação oral, do eixo temático Acesso à informação. Nele, as autoras apresentam uma análise acerca da adequação das páginas *web* dos arquivos públicos estaduais brasileiros – consideradas pelas autoras como instrumentos de divulgação das ações e serviços prestados pelas instituições arquivísticas em questão. A pesquisa consistiu na análise dos indicadores das páginas *web* e uma investigação da adequação dessas páginas à Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação – no que se refere aos pilares: transferência ativa e passiva das informações. Foram analisados os recursos utilizados nos instrumentos de divulgação em tela, assim como as ferramentas e serviços disponíveis, bem como as funções informacional, de comunicação e de pesquisa.

O trabalho *O conceito de fundo de arquivos: a pedra de toque da prática arquivística*, premiado na modalidade pôster, do eixo temático Epistemologia da Arquivologia e formação profissional, de Tania Maria de Moura Pereira, Conceição Aparecida Braga e Maria de Fátima Teixeira Veras, aborda a aplicação do conceito de fundo de arquivo apresentado no livro *Os fundamentos da disciplina Arquivística* (1988), de Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, em relação à situação real de mudança da constituição jurídica de parte de uma instituição pública. Fazendo uso do método comparativo, as autoras extraíram elementos teóricos do conceito de fundo de arquivo, definidos pelos autores Rousseau e Couture, e os compararam a uma situação-problema, com o objetivo ter uma avaliação interpretativa das mudanças ocorridas.

Por sua vez, no trabalho *A importância das Comissões de Avaliação de Documentos e de Revisão de prontuários em organizações de saúde: um estudo em hospitais*, premiado na modalidade pôster, do eixo temático Gestão Documental, Louise Anunciação Fonseca de Oliveira e Francisco José Aragão Pedroza Cunha nos apresentam parte dos resultados preliminares de uma pesquisa sobre gestão de documentos em serviços de saúde, tendo como foco as Comissões de Avaliação de Documentos e de Revisão de Prontuários do Paciente. Para a realização da pesquisa, foram aplicados

questionários a seis sujeitos das áreas de documentação e arquivo, de tecnologia da informação, de assistência e da administrativa de três hospitais da cidade de Salvador-BA.

O trabalho premiado na modalidade pôster, do eixo temático Documentos arquivísticos digitais, tem como título *Preservação para a futuridade do acesso ao documento arquivístico digital*. Nele, Daiane Regina Segabinazzi Pradebon e Daniel Flores apresentam um estudo das rotinas de produção, transmissão e armazenamento de documentos arquivísticos digitais produzidos pela Universidade Federal de Santa Maria com enfoque no Histórico Escolar de Formado (HEF); tendo como base os estudos de caso realizados pelo projeto TEAM Brasil referente à fase 3 do projeto InterPARES, bem como referências da área de Diplomática Contemporânea. Os autores pretendem demonstrar, com a pesquisa, a importância da preservação digital tendo em vista a crescente expansão tecnológica na atualidade.

Natália de Lima Saraiva e Rodrigo de Freitas Nogueira são os autores do trabalho *Software livre: um diferencial competitivo para a Arquivística*, o qual foi premiado na modalidade pôster, do eixo temático Inovação e sustentabilidade em arquivos. O trabalho apresenta, inicialmente, uma relação teórica entre a arquivística e a automação e, em seguida, o software livre enquan-

to uma ferramenta de política pública movedora do desenvolvimento e da inovação tecnológica, bem como destacam a formação de uma rede de desenvolvimento em constante construção. Neste sentido, utilizam o ICA-Atom como exemplo.

Política de difusão educativa e cultural do Arquivo da Câmara de Vereadores de Piracicaba é o título do trabalho de Fábio Ferreira Coelho Bragança. Trabalho este premiado na modalidade pôster, do eixo temático Patrimônio documental e memória. Através de metodologia de pesquisa de estudos de usuários e levantamento bibliográfico, o autor coletou, tratou e analisou informações que subsidiaram a elaboração do projeto de criação do Departamento de Documentação e Arquivo da Câmara de Vereadores de Piracicaba-SP, o qual teve como foco a adequação do espaço físico para a preservação, o atendimento ao pesquisador e a realização da difusão cultural e educativa do acervo.

Enfim, o trabalho de autoria de Lanyane Marques de Souza, Adriana Barbosa Silva e Henrique Elias Cabral França, *ISP no arquivo: uma proposta de estudos de usuários a partir do modelo de Carl Kuhlthau*, premiado na modalidade pôster, do eixo temático Acesso à informação, relata a aplicação do modelo Information Search Process (ISP) de Carol Kuhlthau, em um ambiente de arquivo, localizado na cidade de João Pessoa-PB. A pesquisa, ainda em

andamento, traz como resultados parciais o levantamento do perfil dos usuários pesquisadores da Casa de José Américo. O objetivo dos autores é revelar “nuances” de uma abordagem nascida na Biblioteconomia, aplicada no ambiente de um arquivo.

Uma boa leitura a todos!

Conselho Editorial

Aluf Alba Vilar Elias

Lucina Ferreira Matos

Roberto Lopes dos Santos Junior

Vanessa de Arruda Jorge

Wagner Ramos Ridolphi

Welder Antônio Silva

POR UMA ARQUEOLOGIA DA ARQUIVÍSTICA: ELEMENTOS HISTÓRICOS DE SUA CONSTITUIÇÃO*

Thiago Henrique Bragato Barros**

RESUMO

A Arquivística, assim como a Ciência da Informação e outras áreas das ciências sociais, passou por mudanças profundas nos últimos 40 anos. A Arquivística, tecnicamente tem se estruturado desde o fim do século XIX, e que a rearranjaram na década de 1950, foram fundamentais para o atual estágio da área. Busca-se com este artigo descrever elementos históricos do percurso da Arquivística, a fim de demarcar aspectos discursivo-conceituais da área que a constituem enquanto campo de atuação acadêmica e profissional. Aborda-se aspectos da Arquivística por meio da análise, discursiva-histórica. Discute-se a respeito da ampliação e da multiplicidade mais recente da teoria arquivística, calcando-se majoritariamente no universo brasileiro, representando um território mais recente de desenvolvimento teórico e profissional e o universo canadense, representando um território de discussão teórica e aplicação prática dessas políticas pós-1980, mais consolidado. Enquanto aporte metodológico utiliza-se da análise do discurso, o conceito de formação discursiva, apropriado pela área da obra de Michel Foucault, buscando construir uma análise arqueológica da Arquivística. Assim, compreendendo a arquivística enquanto uma instância significativa e passível desta análise busca-se no seu passado compreender o atual momento de transição no qual ela se encontra.

Palavras-chave: Análise do Discurso. História Arquivística. Epistemologia.

* Trabalho – modalidade Comunicação Oral – do Eixo Temático “Epistemologia da Arquivologia e formação profissional” apresentado em 21 de outubro de 2014 no VI Congresso Nacional de Arquivologia.

** Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA). Diretor da Faculdade de Arquivologia da UFPA. *E-mail:* thiagobarros@ufpa.br

1 INTRODUÇÃO

Ampliação e revisão teórica da Arquivística que corre na atualidade teórico-prática da área sinaliza uma profunda mudança no universo de atuação do arquivista, na medida em que as instituições modificaram a maneira como produzem e organizam seus documentos em um universo administrativo de uso massivo e irreversível de tecnologias multimídia. Apresentando-se como um dos maiores desafios para os arquivistas e a Arquivística do presente e do futuro.

Portanto, a disciplina tem buscado respostas para resolver os problemas do presente nos sistemas de gestão de documentos, pensando nos documentos que devem ser preservados para o futuro.

É necessário destacar também, que a construção e percurso da Arquivística enquanto teoria e prática estiveram, desde seu início, inegavelmente em maior ou menor grau atrelados à construção da historiografia. Uma vez que os documentos custodiados pelas instituições arquivísticas como um todo serviram e servem como uma das fontes para a construção do passado no presente e, para *como* os historiadores escreveram história, refletindo na organização dos arquivos e na construção de sua teoria. Portanto, um primeiro estágio

de seu desenvolvimento teórico irá permanecer maior ou menor, dependendo da realidade social e histórica do país em questão.

A partir da década de 1950, outras áreas irão se aproximar dos arquivos e dos arquivistas; as mudanças tecnológicas e sociais ocorridas no mundo pós-segunda Guerra Mundial, irão influenciar na aproximação entre a administração e a arquivística, como pode ser notado nas obras de W. K. Lamb no Canadá, Theodore R. Shellenberg nos Estados Unidos, Peter Scott, na Austrália, e Robert-Henri Bautier na França.

Estes autores buscarão ampliar maneiras de encarar antigas práticas, como é o caso de Bautier em relação à Diplomática, ou apresentar novas maneiras de organização e compreensão dos arquivos, como é o caso da obra de Peter Scott e o *series system*. E também, estabelecer políticas e princípios relacionados à avaliação e gestão, como é o caso de W. K. Lamb e Theodore R. Shellenberg.

Relacionando-as com a administração, com o surgimento da avaliação e a gestão documental, mais tarde a informática e reprografia, com uso de mainframes e o aparecimento de departamentos de processamento de dados. Ainda o uso mais recorrente de microfilmagem, e por fim os

microcomputadores e seu uso massivo no ambiente administrativo.

Existindo a partir da década de 1960 uma aproximação em maior ou menor grau, dependendo da realidade de cada país, entre os bibliotecários, arquivistas e curadores de museus.

Nesta breve descrição do percurso da arquivística, é possível dizer que os arquivos e a Arquivística estão, portanto, relacionados a uma gama institucional muito maior do que aquela tradicionalmente estabelecida e difundida nos manuais e dicionários técnicos da área.

Na medida em que a relação entre os arquivos e a sociedade vai tornando-se mais complexa, os arquivistas buscam de algum modo estabelecer subsídios para atender a essa necessidade.

Assim, quando estamos falando de buscar compreender a prática e teoria Arquivística, por um viés discursivo, buscamos descrever e ilustrar essas relações nem sempre tão claras, entre os arquivos, a história, a administração, a informática e a ciência da informação e também, as relações que se estabelecem entre os arquivistas, bibliotecários, gestores, sistemas de informação. Ou seja, uma busca pela verdade interna da própria área, tendo em vista que existe na arquivística uma "versão da verdade". (STRATHERN, 2000, p.3)

Dentro da pluralidade teórica da Arquivística atual, destacam-se os estudos de autores que buscam uma reaproximação da Arquivística, dos métodos de compreensão e estudo próprios da história e das ciências humanas por meio de autores como Terry Cook, Hugh Taylor, Brien Brothman e Tom Nesmith, refletindo sobre aspectos até então pouco explorados no universo teórico da área ou, reorganizando princípios.

Pode-se citar também, autores que buscaram estabelecer um estrato científico às atividades arquivísticas, como David Bearman, Chris Hurley e Verne Harris, destacados como figuras importantes desta iniciativa.

Destacam-se também, os esforços de redefinição e rearranjo de princípios tradicionais da área como por exemplo, autores que buscam circunscrever o campo de atuação da disciplina, como Carol Couture e Jean-Yves Rousseau, dentre outros.

Assim, a arquivística e os arquivos são na atualidade uma área e uma instituição que estabelece uma série de justaposições práticas e teóricas. Atravessados transversalmente por relações científico-profissionais, que refletiram e reinteraram em maior ou menor grau no desenvolvimento de métodos, políticas e técnicas relacionadas à aquisição, organização, sele-

ção, difusão e acesso aos documentos arquivísticos.

Busca-se abordar neste artigo aspectos histórico-conceituais da arquivística por meio da análise, ora histórica, ora discursiva de teóricos da arquivística, baseando-se nos preceitos da análise arqueológica de Foucault.

Em um primeiro momento, estuda-se autores responsáveis pela enunciação da teoria arquivística, como o caso das obras de Muller, Feith, e Fruin, *Manual de Arranjo de Descrição de Arquivos (Handleiding vor het ordenen em bescheijven van archieven)*; *A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making* de Sir Hillary Jenkinson; e de Theodore R. Schellenberg *Modern Archives: Principles and Techniques*.

Como parte de um segundo momento, discute-se a respeito da ampliação e da multiplicidade mais recente da teoria arquivística, não mais calcada em grandes manuais que buscam cobrir o assunto da teoria de tratamento de arquivos de maneira totalizante, mas de uma ótica da especialização dos arquivistas e de sua teoria, que ocorre/ocorreu nos últimos 30 anos.

Para fins metodológicos, calca-se principalmente no universo brasileiro, representando um território mais recente de desenvolvimento teórico e profissional e o

universo canadense, representando um território de discussão teórica e aplicação prática dessas políticas pós-1980 mais consolidado.

Este artigo é parte do estudo de doutorado intitulado *A disciplina e a prática arquivística: uma análise do discurso acadêmico e profissional* realizado no âmbito do programa de pós-graduação da Universidade Estadual Paulista, nos últimos três anos e encontra-se em estágio de avançado desenvolvimento, apresentando parte de seus resultados, especialmente no caso brasileiro e canadense.

A relevância do tema e abordagem inovadora justifica os resultados ora apresentados, uma vez que, trata-se de uma pesquisa de revisão teórica que visa constituir e sistematizar o percurso histórico da arquivística tema pouco explorado especialmente em língua portuguesa.

2 ANÁLISE DO DISCURSO: ELEMENTOS HISTÓRICO-CONCEITUAIS

A AD vem modificar a visão estruturante de linguística, visando à compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrada apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível também situado fora do estritamente linguístico. Por meio da AD, pode-se chegar à conclu-

são de que nenhum estudo da linguagem pode deixar de levar em conta aspectos da sociedade que a produz, uma vez que os processos que constituem a linguagem são histórico-sociais.

A linguística, a partir dos anos 60, preocupava-se com a análise de um objeto além da frase, ou seja, começava-se a exigir a abordagem da articulação entre o material linguístico e seu exterior, Porém, o momento inicial da AD não é menos importante do que o “último estágio” dessa disciplina, pelo contrário, é o solo sobre o qual se detém para enxergar a construção do edifício teórico.

Trabalha-se a Arquivística sob a perspectiva foucaultiana de AD, na medida em que, Foucault busca enunciar que a ciência da História, e as ciências humanas de modo geral, possuem desequilíbrios e inversões regulados pelos sujeitos conscientes, atuantes nas produções textuais e orais, mas também, regulados pela ideologia e pelo poder, ou seja, o sentido oculto presente naquele espaço discursivo que ele analisa.

São iniciadas, a partir das considerações de Pêcheux a respeito de Foucault, algumas reformulações da teoria da AAD (Análise Automática Discurso), especialmente com a formulação de Pêcheux da noção de *formação discursiva*.

Porém, a contribuição Foucaultiana para a AD é mais periférica, pois, em Foucault, o objeto de estudo é a *ciência* e sua *discursividade*; e, em Pêcheux, a AD faz parte de um projeto epistemológico completo, encarada como uma ruptura com os preceitos linguísticos clássicos.

Ao final da década de 1960, o estruturalismo, anteriormente calcado na linguística, sociologia e antropologia, aproxima-se, em Foucault, da História. *L'Archeologie du Savoir* vem sanar um problema que, muitas vezes, pode ser percebido nas obras anteriores de Foucault: a ausência de um quadro metodológico explicitado, que vem a ser o objeto de reflexão desta obra. No núcleo desse quadro, instaura-se a linha de pensamento Foucaultiana de análise do discurso, responsável pela formulação de uma série de conceitos fundamentais para a estruturação metodológica da disciplina, emprestada à AD por Pêcheux a partir de 1975.

Na obra, Foucault aproxima a esfera discursiva tradicional, presente no método estruturalista, do ideário baseado no marxismo, presente nos seguidores de Althusser. Contudo, é iniciado um deslocamento, com a formulação de conceitos como a *prática discursiva*, *formação discursiva* e *formação ideológica*. Para Pêcheux, neste momento, o sujeito do discurso sempre está relacionado entre a posi-

ção sujeito da ideologia/sujeito da linguagem, mas o campo de análise é reconfigurado.

Em *L'Archeologie du Savoir*, Foucault utiliza este método para compreender a “História da História”, visando a sua desconstrução. O método que ele utiliza para efetuar tal desconstrução é sua contribuição para a análise do discurso.

Em nenhum caso quis Foucault arvorar-se em defensor de uma positividade qualquer da ciência histórica, por mais nova que fosse. O que lhe interessa é abrir as estruturas para as discontinuidades temporais, para os desequilíbrios e inversões que regulam os deslocamentos de um jogo incessante de práticas discursivas (DOSSE, 1994, p.270).

Assim, compreendendo a arquivística como uma instância significativa e passível desta análise, busca-se no seu passado compreender o atual momento de transição no qual ela se encontra, estabelecendo essa relação arqueológica.

A AD, assim como tantas outras disciplinas desenvolvidas durante o século XX foi/é uma disciplina permeada por outros campos de conhecimento, no caso, fundamentalmente as Ciências Sociais e a Linguística.

A este respeito, Malidier (1994, p.19) faz a seguinte avaliação:

(...) A análise do discurso é pensada como ruptura epistemológica com a ideologia que domina nas ciências humanas (especialmente a psicologia). O objeto do discurso, que reformula a fala saussuriana na relação com a língua, implica, de acordo com a fórmula althusseriana, uma mudança de terreno. (...) o objeto teórico articula a questão do discurso àquelas do sujeito e da ideologia. A análise (do discurso) só pode ser pensada em relação a uma teoria (do discurso).

O texto fundamental, *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas* – publicado na revista *Langages* 37 –, é o resultado de todo o processo de uso da AAD-69 e atualiza e reestrutura o quadro epistemológico geral, na articulação entre o materialismo histórico, a linguística e a teoria discursiva.

Pêcheux e Fuchs (1997, p.163) fazem a seguinte ponderação a respeito dos primeiros momentos da AAD:

Nestes últimos anos, a “análise automática do discurso” (...) produziu um certo número de publicações, tanto no nível teórico quanto no das aplicações experimentais. Parece-nos que as observações, interpretações, críticas ou mesmo deformações suscitadas nestes dois níveis precisam de uma reformulação de conjunto visando a eliminar certas ambiguidades, retificar certos erros, constatar certas dificuldades não-resolvidas e, ao mesmo tempo, indicar as bases para uma nova formulação da questão.

Portanto, esse é o momento das reconsiderações a respeito dos primeiros sete anos da AD, e os autores buscam retificar e renovar algumas abordagens da AD. A

noção de formação discursiva acaba por fazer exatamente isso: *deslocar* a compreensão da máquina produtora de discursos, desconstruindo-a, uma vez que a *Formação Discursiva*¹, em uma relação paradoxal com seu exterior, mais tarde levará a noção de *interdiscurso* e *memória discursiva* importante no atual estágio da AD. Desencadeia-se, assim, a aproximação da AD com a História, atingindo então o seu status consagrado como disciplina de entremeio em uma interseção entre a linguística, a História e a sociologia.

“Diferentemente do intervalo, a ideia de entremeio refere a espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias” (ORLANDI, p.1, 2002).

Os próprios autores enumeram os entremeios da Análise do discurso:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; 2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3. A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psica-

¹ (...) determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÊCHEUX; FUCHS, 1997e, p. 166-167).

nalítica) (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 163-164).

Baseando-se nesta acepção, é possível perceber o que os autores chamam de quadro epistemológico geral da AD, que lhes dá um status disciplinar mais claro do que aquele presente na ADD-69.

A ideologia, o materialismo histórico e a linguística já estavam presentes na AAD-69. Agora os autores estabelecem a teoria do discurso como uma instância própria desta disciplina de entremeio, cabendo ao analista identificar as relações histórico-ideológicas do discurso. A luta de classes ainda é fundamental para uma análise discursiva, contudo, o *efeito de sentido* – a relação entre a ideologia e a língua – começa a ser conceituado.

(...) a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequência tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a “matriz do sentido”. Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique este efeito (PÊCHEUX; FUCHS, 1997e, p. 169).

Em Foucault, a formação discursiva será parte de seu projeto arqueológico de construir um método que “procura compreender o funcionamento dos discursos que constituem as ciências humanas” (BARONAS, 2011, p.92), compreendo-os

não como conjunto de signos e elementos dentro de um sistema e de uma estrutura como os estruturalistas trabalhavam, “mas como um conjunto de práticas discursivas que instauram os objetos sobre os quais enunciam circunscrevem os conceitos, legitimam os sujeitos enunciadore” (op. cit, 2011, p.92)..

Nesse sentido, a Arquivística filia-se a determinadas formações discursivas atravessadas por relações político-ideológicas. Enquanto formação, pode-se dizer que os arquivos são filiados ao estado democrático, à História, à identidade, a um conjunto amplo de instituições e costumes que legitimam e fundamentam seu aparecimento.

Essa relação é bem marcada pela própria construção das ciências humanas e sociais, das quais, a Arquivística não escapa. É possível dizer, baseando-se em Baronas (2011) e Foucault (1997), que processos discursivos, os quais perpassam os conceitos e objetos da Arquivística, possuem em sua discursividade uma liberdade condicionada, por terem passado pela regulação própria da atividade “política” do discurso das ciências, que legitima cada um dos discursos efetivamente ditos, determinado como e o que pode ser dito por um sujeito (compreendido com uma posição), com um método aceito, sendo inserido na verdade de uma época.

Dito isso, fica fácil compreender por que, em determinados pontos de “conflito”, a área toma rumos em um sentido e não em outro, por que, em determinado contexto, pode-se dizer que a “prova documental” é a “santidade” do documento de arquivo, enquanto, em outro momento, isso não é aceito como uma verdade para a teoria dos arquivos.

Assim, por esses motivos, compreendemos que as formações discursivas das quais a Arquivística faz parte são fruto de e inserem-se em um movimento exterior a elas, mas não o contexto situacional, e sim as condições de produção do discurso, que são permitidas e determinadas posições e rumos disciplinares.

Segundo Guespin (1971) (Apud CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p.196, grifo nosso):

O enunciado é a sucessão de frases emitidas entre dois bancos semânticos, duas pausas da comunicação; o discurso é o enunciado considerado do ponto de vista do mecanismo discursivo que o condiciona. Assim, olhar um texto sob a perspectiva de sua estruturação “em língua” permite tomá-lo como um enunciado; **um estudo linguístico das condições de produção desse texto possibilita considerá-lo um discurso.**

A relação simbólica que se estabelece entre o discurso e o enunciado é que permite a análise, à medida que é por meio do enunciado que se constrói a análise,

possibilitando assim, a construção de um *corpus*, visando descrever o conjunto de relações entre os enunciados e formações discursivas.

O método de análise é complexo, pois todos os textos irão remeter a uma pluralidade de formações discursivas. Contudo, conforme nos aproximamos do *corpus*, começamos a reconhecer alguns padrões de institucionalização discursiva e ideológica e seu papel enquanto instância significativa na atualidade.

3 A ARQUIVÍSTICA ENQUANTO UMA TÉCNICA DOS ARQUIVOS

A Arquivística enquanto prática profissional moderna irá desenvolver-se a partir da Revolução Francesa, fazendo parte de uma mudança profunda na sociedade ocidental, visto que o antigo regime colonial e monárquico foi sendo substituído, a partir do aparecimento de movimentos que buscavam autonomia.

Podem-se citar como exemplos, a Independência dos Estados Unidos (1776-83), Irlanda (1782-84), Bélgica (1787-90) e Holanda (1783-87)².

Nesse sentido, a Revolução Francesa, foi momento marcante na mudança da estrutura social no mundo ocidental, pois provocou alterações em toda a estrutura

social do ocidente e, dentre os efeitos da revolução, relacionados à autonomia e à construção da democracia moderna, está o estabelecimento do acesso dos cidadãos aos documentos públicos, neste primeiro momento, relacionado aos documentos do antigo regime e medievais.

“A Revolução Francesa é, assim, a revolução de seu tempo e não apenas uma revolução, embora a mais proeminente de sua espécie” (HOBSBAWN, 2008, p.13)

Evidentemente que existiram antecedentes à Revolução Francesa e o estabelecimento dos Arquivos Nacionais, mas a partir desta ação que se instaura os arquivos como um espaço público, iniciando o desenvolvimento de métodos para a organização e acesso a esses documentos.

Algo que fica claro no percurso da Arquivística e dos arquivos é que, a difusão e usos pressupõem um estado democrático, que possibilitam o acesso e uso de seus documentos públicos.

A prática Arquivística e a própria teoria dos arquivos têm seu ponto alto no fim do século XIX, com a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses. Esse manual instaura a formação discursiva da arquivística, no sentido de existir uma confluência de enunciados postulados anteriormente, sintetizados nessa publicação.

Sua importância é consenso na área já que foi o primeiro, atingindo arquivistas

² Segundo Hobsbawn, E. J. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008

ao redor do mundo. Como apontam Ketelaar, Horsman & Thomassen (2003, p. 249, tradução nossa), em seu artigo publicado devido ao centenário do manual holandês, “O *manual de arranjo de descrição de arquivos* (1898) é geralmente referenciado como o ponto inicial da teoria Arquivística e de sua metodologia”.

Essa citação reforça a importância dada a essa obra pela comunidade arquivística internacional, apesar de ser uma das bases da Arquivística, existiu por trás de sua publicação o desenvolvimento de uma política de organização e acesso aos documentos arquivísticos.

Segundo Ketelaar Horsman & Thomassen (2003, p.249, tradução nossa) “Durante o século XVIII, a administração holandesa começou a considerar os arquivos como uma fonte de conhecimento da história de suas cidades e dos atos heroicos de seus antepassados”.

Segundo os autores, isso se deve às mudanças que aconteceram nos países baixos no fim do século XVIII, porque a República dos Países Baixos foi substituída pela República do Báltico, fazendo com que os arquivos do antigo regime perdessem sua função administrativa e, devido ao desenvolvimento na Europa do positivismo histórico de Leopold von Ranke, fossem considerados documentos históricos, cabendo aos arquivistas-historiadores reunir

e organizar a documentação do antigo regime.

A arquivística irá influenciar-se profundamente desta visão durante o século XIX, até a publicação do livro que irá consolidá-la, o manual holandês de Muller, Feith e Fruin. “Os usuários predominantes dos arquivos no período da consolidação [séc. XIX] eram os historiadores moldados de Ranke que viam a escrita da história como o que ‘tinha acontecido’” (RAIDER, 2009, p.145, tradução nossa)

Taylor (1984, p.26, tradução nossa) ironiza: “o modelo de Ranke como um protótipo, minando as ricas veias da prova documental e encontrar uma das mais incríveis indústrias pesadas saindo da idade do vapor”.

No início do século XIX, começou-se a aplicar métodos da diplomática para o arranjo e descrição nos arquivos medievais, servindo de subsídios para traçar o percurso histórico de formação das nações europeias.

Num momento posterior, na segunda metade do século XIX, é perceptível a aproximação dos arquivistas-historiadores holandeses com as ideias já mais modernas da *École des Chartes*.

Terry Cook (1997, p. 21, tradução nossa), em trabalho sobre os fundamentos históricos da Arquivística, faz a seguinte acepção a respeito do livro holandês:

Muller, Feith, e Fruin produziram seu manual para a associação de Arquivistas Holandeses em cooperação com o Arquivo Nacional e o Ministério do Interior. Cada uma das cem regras no manual foi formalmente discutida pela sociedade durante os anos de 1890. Típico dos trabalhos feitos por comitês, é escrito com muito cuidado e com uma série de exemplos. Mesmo em relação às regras é perceptível esse aprofundamento. O manual também reflete as ideias de Muller tomadas da teoria Francesa, devido aos seus estudos na *École des Chartes* e do conceito alemão de proveniência, utilizado em uma série de arquivos da Holanda.

Esta obra pode ser considerada não só um marco para a disciplina, em sentido estrito, mas como o engenho de uma nova formação discursiva, no sentido de instaurar premissas básicas para a classificação/arranjo e a descrição em arquivos, reunindo em sua discussão boa parte dos enunciados promulgados na área até então.

Décadas mais tarde, outro autor irá marcar o campo teórico dos arquivos e da arquivística. Hilary Jenkinson irá publicar outro "manual" que irá apoiar-se principalmente no manual holandês no que diz respeito à descrição e arranjos dos arquivos e em sua própria experiência frente ao *Public Record Office*.

Jenkinson iniciou seus estudos a partir do trabalho desenvolvido com os medievais no arquivo inglês, estudando

paleografia e diplomática³, este dado irá influenciá-lo durante toda a sua carreira profissional.

Pode-se considerar Jenkinson o grande naturalista da Arquivística. É possível encontrar, ao longo de sua obra, uma série de enunciados nesse sentido, como exemplo, em uma biografia do autor (DAVIS apud COOK, p. 1997 p.23, tradução nossa):

A carreira Arquivística é um serviço. Ele existe para manter a ordem e tornar o trabalho de outras pessoas possível... Seu credo, a santidade da prova, sua tarefa, a conservação de pedaços de Prova unidos aos documentos sob sua guarda; ele tem o objetivo de fornecer, sem prejuízo ou reflexão tardia, para todos aqueles que desejam conhecer os caminhos do conhecimento... O bom arquivista é talvez o mais altruísta devoto a Verdade que o mundo moderno produz.

A partir dessa citação é possível compreender a visão bastante positiva que o autor possuía dos arquivos e dos arquivistas. Os arquivos são objetivos, neutros, invisíveis e passivos; o arquivista é compreendido como um guardião dos documentos; o documento arquivístico é entendido como um resíduo natural da atividade administrativa, imbuído com uma única Verdade, que cabe ao historiador e ao ar-

³ Ver em Staplerton, R. Jenkinson and Schellenberg: Comparison, *Archivaria*. N.17, fall 1983 p 65-85.

quivista-historiador entendê-la. O arquivista não é responsável pela seleção dos documentos e não interfere conscientemente na documentação que guarda e organiza.

O olhar do autor, apesar de participar dos momentos que modificaram profundamente a sociedade moderna, volta-se claramente para a visão já cristalizada, dos arquivos e dos arquivistas do século XIX e utiliza o trabalho desenvolvido nos Países Baixos como base para elaboração do seu livro.

Complementando essa visão, é possível encontrar textos já no fim de sua carreira, em 1947, com a mesma perspectiva. (JENKINSON, 1980, p.238, tradução nossa). “Eles [os arquivos] vieram juntos e alcançaram seu arranjo final, por um processo natural: é um crescimento, como de um organismo ou como de uma árvore ou de um animal”.

Jenkinson acreditava ainda, que os arquivos eram antes de tudo naturais, e que a palavra “coleção” deveria ser abolida dos vocabulários arquivísticos.

Continua: “Um documento avulso de um fundo de arquivo não teria, por si só, maior expressão do que teria um único osso separado do esqueleto de um animal extinto e desconhecido”. No mesmo texto, vai ainda mais longe, sugerindo que os arquivistas também estão entre os animais.

A santidade da prova e verdade do documento arquivístico, como o próprio autor coloca ao longo de sua obra, colocam o arquivista em uma posição bastante cômoda, não possibilitando, nas grandes massas de arquivos modernos, o exercício da avaliação e da construção de uma visão mais crítica e menos passiva aos arquivistas-historiadores do início do século XX.

Porém, a "santidade da prova" encarando-a como uma posição enunciativa remetendo ao discurso da arquivística, nos diz que, a disciplina está endossando o positivismo histórico e aplicando-o profissionalmente nos arquivos, levando a sérios desdobramentos teóricos, enquanto a proveniência é entendida a partir de uma única perspectiva, a do órgão criador e do seu sistema de arquivamento, limitando as possíveis narrativas e visões dos usuários diretos e indiretos destes arquivos.

A partir da década de 1950 é iniciado um movimento de ampliação profissional, ainda que em essência a perspectiva do positivismo histórico permaneça na prática e teoria arquivística.

Segundo Stapleton (1983), Schellenberg assumiu a responsabilidade do recém-criado Arquivo Nacional Americano, em 1935, responsável pela custódia de dez milhões de metros cúbicos de documentos, acumulados por um período de um século e meio.

A Segunda Guerra Mundial foi responsável não só nos Estados Unidos, mas no Reino Unido, Canadá e Austrália, entre outros países, por um aumento considerável na produção de documentos jurídico-administrativos de órgãos que foram extintos no pós-guerra, aumentando os depósitos dos Arquivos Públicos e Nacionais consideravelmente.

Cook complementa essa assertiva (1997 p.10, tradução nossa):

Quando os arquivos nacionais em Washington foram criados em 1934[1935], herdaram uma reserva impressionante de aproximadamente um milhão de metros de documentos federais, com uma taxa de crescimento de mais de sessenta mil metros anualmente. Em 1943, com a expansão do estado devido à Grande Depressão e à Segunda Guerra Mundial, o crescimento atingiu mais de 600 mil metros de documentos anualmente.

Esse fenômeno de sedimentação e ampliação, perceptível em uma série de países, sinalizava um novo horizonte teórico e prático para os arquivos, ainda que arraigado no núcleo do pensamento arquivístico americano, canadense, dentre outros. Hillary Jenkinson (1922 e 1949) começa a ser refutado, principalmente no que se relaciona à avaliação de documentos e à um papel mais ativo do arquivista em relação aos documentos que coleta e descreve. Já que era impossível, devido ao aumento do acervo, manter o controle e a integridade

de dos arquivos sem nenhum tipo de procedimento de avaliação e seleção, “a fina arte da destruição” (1962), como enuncia W.K. Lamb e nos livros publicados por Schellenberg durante as décadas de 1950 e 1960.

É um período de ampliação teórica e revisão das antigas posições em relação aos arquivos, Schellenberg, o arquivista mais conhecido desta perspectiva, segundo Ridener (2009), passa a ver os arquivos com uma ótica mais relacionada à gestão - que evidentemente amplia aspectos práticos e teóricos da área, mas cria vários problemas de cunho terminológico, profissional e de identidade, porém, inegavelmente, reconfigura as relações dialógicas da disciplina.

Por outro lado, em relação à realidade brasileira, Marques (2007, 2011), em sua extensa pesquisa a respeito do desenvolvimento teórico e histórico da arquivística no Brasil, chega a encontrar incentivos à formação de arquivistas no Brasil já na década de 1910.

Contudo, o movimento ainda é profundamente rudimentar e não formalizado. Nessa época inicia-se a criação de um curso eventual de Diplomática, que só será efetivamente formalizado com a criação do Curso Permanente de Arquivos (CPA) na década de 1960. A partir disso, há um aumento significativo de ações voltadas para

a organização de arquivos e uma difusão do conhecimento arquivístico.

A avaliação irá inaugurar um novo campo para o desenvolvimento de políticas e técnicas relacionadas à seleção e disposição dos documentos arquivísticos, expandindo as relações discursivas do arquivista para além do campo historiográfico e, a partir deste momento, a disciplina irá desdobrar-se e expandir-se, estabelecendo intersecções prático-teóricas, com uma gama institucional maior.

4 POR UMA TEORIA DOS ARQUIVOS: A ARQUIVÍSTICA PÓS-1980

As décadas de 1980 e 1990 representam um momento diferente para a Arquivística, na medida em que os documentos eletrônicos começam a tomar a cena e os arquivistas percebem a necessidade de revisão e redefinição das políticas e métodos aplicados aos documentos tradicionais e aos recém-criados documentos eletrônicos.

É perceptível na realidade documental norte-americana e europeia, uma diversificação e uma pluralização das obras voltadas não só para as questões relacionadas aos documentos eletrônicos, mas à revisão, ora sob uma ótica conservadora, ora sob uma ótica inovadora sobre o papel dos arquivistas, dos arquivos e da organização, avaliação e uso dos mesmos e o

aumento da profissionalização dos arquivistas (Nesmith, 2004 e Nesmith, 2013).

No cenário latino-americano, os anos 1980 e os anos 1990 representam o aparecimento e aumento de instituições arquivísticas, da profissionalização dos arquivistas e dos cursos universitários voltados ao ensino e pesquisa acerca da teoria e práticas arquivísticas.

No caso brasileiro, o desenvolvimento teórico da Arquivística caminha entre as tradições norte-americana e Europeia em maior ou menor grau dependendo época e do contexto em que se discute.

A Arquivística, enquanto área profissional e carreira universitária, foi deixada de lado, devido em grande parte às características antidemocráticas e autoritárias do governo brasileiro, como aponta Jardim (1995 e 1999) ao longo de sua bibliografia, que culminaram com uma falta de incentivo político e financeiro.

Pode-se dizer que o desenvolvimento teórico da arquivística brasileira acontece em ondas, a maioria delas provocadas por políticas ou incentivos advindos do Arquivo Nacional, especialmente em seu estágio inicial com a visita de pesquisadores internacionais, quer seja para a emissão de pareceres a respeito da situação dos acervos ou para ministrar cursos voltados para a teoria e a prática arquivística.

Nos últimos anos, entre 1995 – 2012, foi possível perceber uma aproximação com as correntes teóricas ao redor do globo, com a vinda de pesquisadores dos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra para proferir cursos, palestras e outras atividades acadêmicas ou estágios de professores/pesquisadores brasileiros em território canadense. Dentre os pesquisadores, podemos destacar Terry Cook, Tom Nesmith, Laura Millar, Terry Eastwood, Luciana Duranti, dentre outros pesquisadores advindos da teoria canadense e de outros países.

Assim, a respeito das décadas de 1980 e 1990, é possível dizer que foi época da institucionalização dos arquivistas enquanto profissionais especializados e dos arquivos enquanto instituições culturais e de gestão.

O momento econômico e político do país tem um reflexo profundo nessas mudanças ocorridas nos últimos 20 anos, uma vez que, o acesso e uso dos documentos públicos, fazem parte de uma sociedade que, em princípio, se estabelece como democrática.

Os anos 1980 no Canadá foram anos marcados pela reconfiguração, revisão conceitual e a descentralização administrativa e institucional e também pelo estabelecimento dos primeiros cursos universitários voltados à Arquivística.

Porém, foi um momento de crise. Se o percurso da arquivística foi até aqui, especialmente no caso canadense, fundamentalmente positivo e calcado em uma visão de crescimento e de um projeto subsidiado à história e administração, a década de 1980 foi a época da revisão e da reconstrução de paradigmas e, um dos grandes responsáveis por isso dentre outros autores, foi Hugh Taylor.

Os anos 1980 representam na realidade norte-americana, o início de uma crise profissional e teórica, conforme os documentos eletrônicos iniciam um processo de mudança na produção de documentos e na realidade das organizações.

Como bem coloca Bearman (1989, p.55, tradução nossa) "Ocasionalmente uma revolução introduz novas formas de comunicação, e com elas novas definições do conteúdo informacional que elas cobrem".

Também é um momento de rearranjo, não só de relação dos arquivos e a administração, mas também um momento de rearranjo da sua relação com a história. A realidade da historiografia já não era a mesma daquela, presente nas décadas de 1960 e 1970 e isso levava a uma intensificação desta crise.

Hugh Taylor irá buscar em seu trabalho reconhecer padrões e buscar, dentre outras coisas, uma integração maior e mais

dinâmica entre a gestão de arquivos e os arquivos histórico-culturais, ele vê problemas graves na gestão de documentos.

“O sistema lida admiravelmente bem com a 'limpeza doméstica' e operacionalização dos documentos no nível da série, mas falha em controlar a correspondência dos altos níveis da administração[...]” (TAYLOR, 1984, p.28, tradução nossa).

A sua perspectiva tinha por trás os estudos de McLuhan o filósofo canadense da comunicação, que irá influenciá-lo em seu entendimento a respeito do conceito de informação.

Taylor (1984) irá apontar também que seria necessária uma maior aproximação entre os arquivistas e outros profissionais que trabalham com a aquisição e disseminação de documentos, citando bibliotecários e especialistas em informação, destacando que o foco das ciências humanas, sociais, artes, ou seja, a gama de usuários que só se diversifica e amplia, não é mais nos documentos históricos em si mesmos, mas a herança cultural multimídia.

Sua posição é crítica e ampliadora, busca desmitificar preceitos preestabelecidos nas décadas anteriores e encarar a incipiência dos modelos de avaliação e descrição "nossos inventários que mal arranham a superfície das valiosas e recuperáveis informações em nossa custódia." (TAYLOR, 1984, p.30, tradução nossa).

Assim, Taylor irá desencadear a partir da década de 1980 um novo movimento de revisão e redefinição e um rearranjo mais crítico das práticas arquivísticas.

Taylor (1984 e 1993) sugere que não existe separação entre os documentos "correntes" e "arquivísticos", e que existe a necessidade de treinamento e integração entre ambos, na medida em que os departamentos e usuários gerais dos arquivos precisam compreender o sistema como um todo, o que ele chama de uma visão ecológica dos arquivos e da informação arquivística.

Para o autor (Taylor, 1993, p.210, tradução nossa) "Enquanto o século XIX foi o centro da redescoberta da história como a conhecemos e os velhos guardiões de documentos provinham à maioria das fontes materiais, o século XX é o da redescoberta da complexidade da informação".

Porém, Taylor (1993, p.210, tradução nossa) pondera, o arquivista deve seguir seu próprio caminho e não cair no mundo dos cientistas da informação "Nos devemos ser cuidadosos com a sirene do hipertexto nos atraindo aos recifes da proveniência perdida".

Sua posição é buscar relações com outras profissões, mas manter a independência teórica da arquivística, que, de um lado têm-se os cientistas da informação que se encontravam em ascensão nos Esta-

dos Unidos na década de 1990, do outro existiam os profissionais da cultura material, tão importantes para a realidade arquivística como a aplicação a ligação com bases de dados e hipertextos.

Na medida em que a ACA (*Association of Canadian Archivists*) apresenta-se como uma associação profissional e uma sociedade científica voltada aos estudos dos arquivos, inicia-se também o processo de separação entre os arquivistas e os historiadores, uma vez que no Canadá, em um contraponto com o Brasil, manteve por décadas uma relação direta com os historiadores e o campo historiográfico.

Essa percepção é possível ao longo da obra da Taylor (1984, 1988 e 1993) e outros, como Eastwood (1985). O estudo da história deixa de ser obrigatório e passa a ser desejável, a relação com o documento arquivístico passa a ser vista como distinta, de um lado o historiador, voltado ao estudo de relações entre os documentos, buscando refletir sobre o passado no presente, do outro, o arquivista, responsável por facilitar o acesso, avaliar e descrevê-los, não só para os historiadores, mas para a sociedade.

Taylor (1984), apesar de não defender o que ele chama de "profissionalização" do arquivista, com um profissional independente e fechado em si mesmo ele defende que, cada vez mais, a abordagem histórica dos arquivos parece ser mais res-

tritativa, o que causa problemas para avaliação e descrição, que deve contar com uma gama maior de conteúdos para a sua elaboração. Uma abordagem mista entre o universo da gestão e o universo historiográfico.

Os anos de 1980 e 1990 representam, realmente, uma mudança de foco da arquivística no Canadá. Começam a existir divergências e diferentes profissionais vão buscar novas maneiras de tratar e dar acesso aos documentos.

Ainda é, também, uma época do aumento do débito federal e a partir de 1985, o repasse de recursos ao Arquivo Público⁴ começa a ficar escasso, Millar (1998) e Taylor (1984).

Os *arquivos totais*, política que permaneceu na prática arquivística canadense durante os anos 1970 início de 1980, como política de aquisição de documentos, deixará de ser o fundamento básico conforme sua aplicação demandava uma quantidade razoável de recursos humanos e financeiros. Isso pode ser constatado quando o *Canadian Council of Archives* criado em 1985, como parte da iniciativa de cons-

⁴ Na atualidade *Library and Archives Canada* é uma instituição federal, adquirido, preservando e dando acesso ao patrimônio cultural canadense, combinando o Arquivo Público do Canadá (fundado em 1972, renomeado Arquivos Nacionais Canadenses em 1987 e a Biblioteca Nacional (fundada em 1953). Ver em LIBRARY AND ARCHIVES CANADA. << <http://www.collectionscanada.gc.ca/index-e.html> >> Acesso em 20 de Março de 2013

trução de uma rede de cooperação entre o Arquivo Público e os Arquivos Provinciais, criando comitês e relatórios⁵ voltados a estabelecer parâmetros, buscando normalizar práticas de descrição dentre outras atividades. Nem chegam a citar a política, era o momento realmente de revisão e redefinição da prática, que leva a reflexos latentes na teoria arquivística durante as décadas de 1980 e 1990.

Millar (1998) irá dizer que a política nacional em arquivos passa dos Arquivos Totais, para a busca por um sistema nacional de arquivos que, de certa forma, levará a um desenvolvimento de políticas de maneira mais coordenada entre os arquivos públicos do país.

Essas mudanças estruturais e conceituais na prática arquivística canadense devem-se também ao fato do aumento irreversível da descentralização administrativa, levando a mudanças na forma em que as instituições públicas e privadas irão se constituir. Para Taylor (1993) a tendência era essa descentralização intensificar-se nas décadas seguintes.

É neste período, mais precisamente em 1986, que irá ser editada uma das primeiras normas internacionais para a descrição de documentos a RAD (*Rules for Archival Description*) que servirá como

uma das bases para a formulação da norma do ICA na década de 1990, aplicada na atualidade em uma série de países, inclusive no Brasil.

A partir dos anos 1980 e 1990 a teoria canadense bifurca-se e torna-se mais rica e complexa à medida que os fatores institucionais e organizacionais modificam-se.

O surgimento da *macroappraisal* como uma política de avaliação documental e a resignificação do conceito de proveniência, na realidade canadense e australiana, irão provocar mudanças profundas no cenário teórico e prático da disciplina. A Arquivística funcional ou pós-moderna, baseia-se nos estudos de Nesmith, Cook e Tylor. Segundo Cook (2005, p.111, tradução nossa):

Em um resumo de uma sentença a *macroappraisal* refere-se ao valor social de ambos os contextos funcionais e estruturais e a cultura organizacional em que os documentos são criados e usados por seus criadores e a relação entre os cidadãos grupos, organizações – ‘o público’ – desse contexto estrutural e funcional.

A avaliação é entendida como uma política contextualizada pelo seu valor social: “*Macroappraisal* envolve uma teoria para determinar o valor dos documentos e uma nova prática de criar (estratégia, metodologia e critérios) para implementar a avaliação, que determina o valor” (COOK, 2005 p.112, tradução nossa).

⁵Ver em CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES: <<<http://www.cdncouncilarchives.ca/intro.html>>> Acesso em 20 de Janeiro de 2013

A *macroappraisal* envolve a decomposição dos fundos documentais em funções e a triangulação da relação que estabelece entre o produtor de documentos, o cidadão e o que Cook, chama de *hospots*, que nada mais são que as áreas de conflito entre as esferas de valor que se estabelecem entre os cidadãos e a instituição documental.

É possível, baseando-se na trajetória descrita ao longo deste artigo, que a Arquivística em seu percurso histórico e conceitual tenha se filiado a um conjunto conceitual e profissional diverso a fim de buscar responder as demandas sociais e institucionais.

Passou de um estágio embrionário relacionado ao positivismo histórico do século XIX e tem buscado partir dos últimos 30 anos, deixá-lo no passado e se relacionar com a história e outras áreas de maneira menos subserviente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Arquivística, ainda que uma área recente apresentou, durante seu estágio inicial e desenvolvimento posterior, um percurso contínuo de desenvolvimento, na medida em que ocorriam mudanças institucionais e sociais.

Esta aceção é perceptível a partir da realidade canadense, que na década de 1980 teve mudanças paradigmáticas, uma

vez que, o campo entra em crise quer seja pela descentralização administrativa ou pela produção eletrônica de documentos.

Levando a rearranjos metodológicos e ao desenvolvimento de novas políticas, como no caso da *macroappraisal*, buscando uma ampliação teórico-prática que persevere de maneira mais eficiente documentos considerados fundamentais, relacionados aos os direitos e deveres fundamentais de uma determinada sociedade, sem cair na dicotomia reducionista dos valores primários/secundários.

Se em algum momento da história da área, a proveniência era compreendida de maneira restrita e o papel do arquivista resumia-se ao de guardião documental, hoje ainda que a "santidade" da prova paire sob algumas políticas e advindas de países Europeus, a realidade institucional altera a lógica de organização e de abordagem do arquivista frente a essas instituições.

A Arquivística ocupa uma posição privilegiada na atualidade, especialmente nos países emergentes e recentemente redemocratizados, como o Brasil e África do Sul, dentre outros, que podem, sob a égide do percurso recente da arquivística, apresentar novas maneiras de dar acesso e legitimar os direitos recentemente adquiridos por essas sociedades.

Apresentaram-se algumas considerações com um viés histórico a respeito do

percurso da Arquivística, considerando que esta é uma das características fundamentais da análise do discurso que pode contribuir, desvendar e demonstrar relações que se estabelecem entre área do saber e as posições ocupadas em uma determinada conjuntura.

Enquanto princípio metodológico, podemos focar em uma determinada instituição ou em uma determinada política, ou mesmo, em como um determinado grupo social e perceber o arquivista ou como o arquivista é representado na cultura popular.

Buscou-se aqui descrever de maneira panorâmica como os fenômenos ocorreram na teoria arquivística, especialmente

na realidade brasileira e canadense, representando universos, que, apesar de distintos apresentam uma crescente importância no cenário internacional.

Parafraseando Nesmith (2004), o retorno ao "arquivo" da própria arquivística é algo fundamental na medida em que se amplia e renova a relevância social e o conhecimento profissional, criticando-o e explorando-o.

O passado de como a Arquivística fundamentou-se, reitera a importância da profissão não só para a construção da identidade ou da memória de um determinado grupo ou nação, mas alerta sobre os percursos nem sempre tão claros da organização e teoria relacionada aos arquivos.

FOR THE ARCHEOLOGY OF ARCHIVAL SCIENCE: HISTORICAL ELEMENTS OF ITS CONSTITUTION

ABSTRACT

The Archival Science field has experienced in the past 30 years profound changes in its practical and theoretical universe. These changes as well as those who established the discipline during the nineteenth century, and that the rearranged in the 1950s. Were fundamental to the current field stage. We seek with this article describe historical elements of the Archival Science in order to demarcate discursive and conceptual aspects of the field. We cover Archival Science aspects through analysis, sometimes historical, sometimes discursive by key authors responsible in the first instance by the enunciation of archival theory and methodology and as part of a second phase, we discuss about the expansion and multiplicity of the latest archival theory exploring the Brazilian universe, representing a more recent territory of theoretical and professional development and the Canadian universe, representing an place with more consolidated theoretical discussion and practical application of the policies established post-1980.

Keywords: Discourse Analysis. Archival Science History. Epistemology.

Informação Arquivística, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 6-28, jul./dez., 2014

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BRANDÃO, N.H.H. **Introdução à análise do discurso**. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993

BARONAS, R. L. **Ensaio em análise do discurso: questões analítico-teóricas**. São Carlos: EdUFScar, 2011

BEARMAN, D. **Automated systems for archives and museums** : acquisition and implementation Pittsburgh: Archives & Museum Informatics, 1989.

CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES: Disponível em:
<<http://www.cdncouncilarchives.ca/intro.html>> Acesso em 20 jan. 2013.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 500

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, v. 43, p. 18-63, Spring 1997.

_____. Macroappraisal in theory and practice: origins, characteristics, and implementation in Canada, 1950-2000 **Archival Science** v. 2, n. 5, p. 101-161, 2005.

DOSSE, F. **História do estruturalismo**. Campinas: Ed da Unicamp, 1.v, 1993.

_____. **História do estruturalismo**. Campinas: Ed da Unicamp, 2.v, 1994.

_____. **A História a prova do tempo**: da História de migalhas ao resgates dos sentidos. São Paulo, Ed. da UNESP, 2001.

EASTWOOD, T. Going nowhere in particular: the association of Canadian archivists ten years after. **Archivaria**, n.21, p.186-90, Winter 1985.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **A arqueologia do saber**. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HOBBSAWM, E.J. **A revolução francesa**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2008.

HORSMAN, P., KETELAAR, E & THOMASSEN, T. New respect for the old order: the context of the dutch manual. **American Archivist**. n. 66, p.249-270, Winter/Spring 2003.

JARDIM, J.M. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: Ed. da UFF, 1995.

JARDIM, J.M.; FONSECA, O.M. **A Formação do arquivista no Brasil**. Niterói: Ed. da UFF, 1999.

JENKINSON, H. **Selected writings of Sir Hilary Jenkinson**. Gloucester: Alan Sutton, [1949] 1980.

_____. **A manual of archive administration**: including the problems of war archives and archive making. Oxford: The Clarendon Press, 1922.

LAMB, W. Kaye The Fine Art of Destruction. In: Albert Hollaender, ed., **Essays in Memory of Sir Hilary Jenkinson**: Chicago, 1962 ok

LIBRARY AND ARCHIVES CANADA. Disponível em: <<http://www.collectionscanada.gc.ca/index-e.html>> Acesso em: 20 Mar. 2013.

MARQUES, A.A.C. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

_____. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado) - Programa De Pós-graduação Em Ciência da informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MALDIDIER, D. Elementos para uma História da Análise do discurso na França. In: ORLANDI, In: ORLANDI, E.P. **Gestos de Leitura**: da História no discurso. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994. Cap.1, p.15-28.

MILLAR, L. Discharging our debt: the evolution of the total archives concept in English Canada **Archivaria** n. 46, p. 103-46, Fall 1998.

NESMITH, T. What's History Got to Do With It?: Reconsidering the Place of Historical Knowledge in Archival Work, **Archivaria**, v. 57, p. 1-27, Spring 2004.

_____. *The Foundation of ACA*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <xxxxxx@shaw.ca>. em: 10 jan. 2013.

ORLANDI, P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. **Discurso**: Estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2008.

_____; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997e, p.163-252.

RIDENER, J. **From polders to postmodernism**: a concise history of archival theory. Litwin Books: Duluth, 2009.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. Tradução Nilza Teixeira Soares. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

STAPLERTON, R. Jenkinson and Schellenberg: Comparison, **Archivaria**. n.17, p. 65-85, fall 1983.

STRATHERN, P. **Foucault**: philosophy in an hour. Harper press: London, 2000. Kiddle Edition.

TAYLOR, H. Information ecology and the archives of the 1980s. **Archivaria**, n.18, p. 25-37, Summer 1984.

_____. My very act and deed: some reflections on the role of textual records in the conduct of affairs. **American Archivist**, v.51, n.4, p. 456-69, Fall 1988.

_____. Recycling the future: the archivist in the age of ecology. **Archivaria**, n. 35, p. 203-13, Spring 1993.

Trabalho recebido em: 15 jul. 2014

Trabalho aceito em: 23 out. 2014

GESTÃO DE DOCUMENTOS, APRENDIZAGEM E INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL EM HOSPITAIS ^{1 2 3 *}

Francisco José Aragão Pedroza Cunha**

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma pesquisa em desenvolvimento que defende os documentos como mecanismo de difusão de conhecimentos gerenciais entre os sistemas e redes de atenção à saúde. Conhecimento e inovação são fenômenos de ordem, desordem e organização nesta Era de redes telemáticas. Tais fenômenos são dependentes de informações produzidas, acumuladas e difundidas, por meio da adoção e assimilação de tecnologias avançadas de gestão de documentos entre os sujeitos e as organizações/instituições de atenção à saúde, a exemplo dos hospitais.

Palavras-chave: Gestão de Documentos. Aprendizagem e Inovação Organizacional. Hospitais.

* Trabalho – modalidade Comunicação Oral – do Eixo Temático “Gestão Documental”, apresentado em 23 de outubro de 2014 no VI Congresso Nacional de Arquivologia.

** Doutor em Difusão do Conhecimento e Professor Adjunto do Departamento de Documentação e Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). *E-mail:* pedrozaici@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma pesquisa, ora em andamento, que caracteriza *conhecimento* e *inovação* como fenômenos de ordem, desordem e organização nesta ‘Era’ de redes telemáticas. Tais fenômenos são dependentes de *dados* e *informações* que precisam ser produzidos, acumulados e difundidos, por meio da adoção e assimilação de *tecnologias avançadas de gestão de informações arquivística ou de documentos (GD)* e da *aprendizagem organizacional (AO)* entre os sujeitos e as organizações/instituições de atenção à saúde (e.g. de hospitais).

Tais dependências requerem das *organizações* um comportamento reticular, isto é, de *interações*. Nesta pesquisa, as interações são compreendidas como

[...] ações recíprocas que modificam o comportamento ou a natureza de *elementos*, corpos, objetos, *fenômenos* em presença ou em influência. As interações 1. supõem elementos, *seres* ou objetos materiais que podem se encontrar; 2. supõem *condições de encontro*, quer dizer, agitação, turbulência, fluxo contrário, etc.; 3. obedecem a *determinações/imposições* ligadas à natureza dos *elementos*, objetos ou *seres* que se encontram; 4. tornam-se, em certas condições, inter-relações (associações, ligações, combinações, *comunicações*, etc.), ou seja, dão origem a *fenômenos de organização* (MORIN, 2005, p. 72, grifo nosso).

A adoção e a assimilação destes fenômenos possibilitam a geração e a difusão de conhecimentos, permitindo a esses sujeitos (re)significarem as suas ações organizacionais via *redes de aprendizagem* com a finalidade de gerar *inovações gerenciais (IG)*, compreendidas nesta pesquisa como inovações tecnológicas. Redes desta natureza pressupõe um arranjo entre organizações fundamentadas em estruturas capilares, fomentando fluxos de bens e informações e propiciando processos e fatores para promover a competência dos seus integrantes (CUNHA, 2012, p. 116).

As *redes sociais* subsidiam interações entre as organizações do *SUS*. Primeiramente esta pesquisa toma como *objeto empírico* os serviços de atenção à saúde (e.g. de uma Rede de Hospitais, a *Rede InovarH-BA*). A *InovarH-BA* é uma iniciativa de cooperação técnica da Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e Ministério da Saúde (MS), voltada para a qualidade da atenção prestada na rede hospitalar do *SUS*. A Rede foi legitimada pela Portaria N°1.773 do MS, de 28 de julho de 2006, que dispõe sobre o apoio institucional no que diz respeito à cooperação técnica e financeira para estrutura e funcionamento da Rede.

Essa Rede é compreendida como uma tecnologia avançada de gestão organizacional capaz de expressar, em seu arranjo de relações, as ideias políticas e econômicas inovadoras, nascidas do desejo de resolver demandas sociais e laborais para o desenvolvimento sustentável de um dado *território sanitário*. Ela representa um grau de complexidade política de uma determinada comunidade com a missão de *difusão* de *IG*, as quais são dependentes dos processos de *AO*. A difusão pode ser entendida como um processo pelo qual uma inovação é comunicada por meio de canais, no tempo, e entre membros de um sistema social (ROGERS, 2003).

A *problemática* se configura a partir da premissa que a melhoria da gestão dos serviços de atenção à saúde é um desafio para os profissionais, pesquisadores, financiadores, usuários, instituições e autoridades do *SUS*. A aprendizagem dos indivíduos é um fator, condição ou base para as perspectivas de inovação nesses serviços. Isto posto, parte-se dos seguintes pressupostos: a) o *SUS* fomenta modelos e técnicas de gerenciamento avançado, tais como: *produtos e serviços informacionais* (e.g. de documentos e sistemas de arquivos), organizações aprendentes (SENGE, 2010), tecnologias de informação e comunicação (TICs) e redes de

inovação e aprendizagem com vistas à melhoria da gestão dos serviços de atenção à saúde; e b) os gestores dos serviços de atenção à saúde baianos estão sensibilizados em adotar técnicas desta natureza para a difusão de suas práticas e gerar *IG* em serviços de atenção à saúde propiciando melhora no *SUS* no contexto das premissas de um sistema local de inovação (SLI).

Os argumentos para esta pesquisa consideram as *redes de inovação* como condição necessária para uma gestão colaborativa, democrática e de cunho social, em razão delas serem compreendidas como *mecanismos de difusão de conhecimento*. A configuração deste tipo de rede é um campo que requer dos sujeitos um *novo habitus* (BOURDIEU, 2008) para alcançar os objetivos organizacionais de cada integrante/sujeito a partir do compromisso social e da subjetividade desses integrantes/sujeitos no espaço político e social.

O termo *habitus* é utilizado com a conotação ressignificada a partir dos trabalhos de Pierre Bourdieu. Para este sociólogo,

[...] o *habitus*, como sistema de *disposições para a prática*, é um fundamento objetivo de condutas regulares, logo da *regularidade das condutas*, e, se possível *prever práticas* [...] é porque o *habitus* faz com que os agentes que o possuem comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias (BOURDIEU, 2004, p. 98, grifo nosso).

Embora Bourdieu utilize este termo associando-o ao conjunto de disposições que moldam a prática dos sujeitos, nesta investigação é assumido que este conjunto de disposições é constantemente impactado pelas relações sociais, ocasionando transformações, renovando o próprio conjunto e, assim, as novas disposições incorporadas que serão denominadas um *novo habitus* (CUNHA, 2012 e 2014).

Nesse sentido, *esta pesquisa visa ampliar o conhecimento sobre*: a representação e a organização de mecanismos de difusão de conhecimento nos hospitais baianos (e.g. de documentos e de serviços de arquivos; da gestão da informação arquivística). A ampliação deste conhecimento justifica-se a partir dos estudos realizados intitulados “Da adesão à participação em uma rede de hospitais como promoção da AO e da IG: um olhar sobre a Rede InovarH-BA” (CUNHA, 2012) e “A gestão da informação nos hospitais: importância do prontuário eletrônico na integração de sistemas de informação em saúde” (CUNHA, 2005). Naqueles estudos foram recomendadas algumas ações estruturantes para os hospitais investigados em consequência das conclusões encontradas.

Tais conclusões evidenciam: as possibilidades e os limites para a atuação da

Rede InovarH-BA; as características da *Rede InovarH-BA* semelhantes às de um SLI; a fragilidade dos hospitais no que se refere à interação e à expansão da rede; a inobservância da prática de gestão dos ativos intangíveis nos hospitais pesquisados; o desconhecimento dos gestores hospitalares sobre a importância da gestão da informação arquivística com a utilização da telemática, associado a produtos e serviços informacionais (e.g. de documentos e sistemas de arquivos) para uma efetiva gestão em saúde.

Assim, questiona-se então: *De que maneira esses serviços utilizam mecanismos e estruturas de transferência de informações gerenciais? Como os hospitais baianos estão realizando a gestão da informação arquivística produzidas, acumuladas e recebidas em razão dos serviços prestados?*

Neste contexto, entender as (trans)formações das organizações à luz dos processos de AO vinculados aos do registro do conhecimento é recomendável a promoção de IG. O principal problema vinculado a esta pesquisa é a *gestão de documentos e os sistemas de arquivos*, compreendidos como mecanismos e estruturas de transferência de informações gerenciais, e que representam as bases para a AO e a IG nos hospitais baianos, extensivos aos hospitais do SUS.

2 A GESTÃO DE DOCUMENTOS PARA OS HOSPITAIS

A *Rede InovarrH-BA*, criada desde 2006, tem como ideia central construir uma ampla e consistente rede de cooperação entre centros acadêmicos, agências de fomento, instituições governamentais e hospitais integrantes do *SUS*, a fim de promover ações voltadas para a qualificação institucional, mediante o desenvolvimento e fortalecimento de melhores padrões gerenciais para os hospitais participantes. Assim sendo, esta rede tem como proposta subsidiar ações para melhoria destes padrões gerenciais. Embora diversos hospitais tenham assinado o termo de adesão à *Rede InovarrH-BA*, ainda não existem nenhum estudo que discuta as formas como esses hospitais estão realizando a gestão de documentos e dos sistemas de arquivos.

As gestões de documentos e dos sistemas de arquivos estão relacionadas às diretrizes preconizadas na *Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS)*. A *PNIIS* tem como propósito principal:

Promover o uso inovador, criativo e transformador da tecnologia da informação, para melhorar os processos de trabalho em saúde, resultando em um *Sistema Nacional de Informação em Saúde* articulado, que produza informações para os cidadãos, a gestão, a prática profissional, a geração de conheci-

mento e o controle social, garantindo ganhos de eficiência e qualidade mensuráveis através da ampliação de acesso, equidade, integralidade e humanização dos serviços e, assim, contribuindo para a melhoria da situação de saúde da população (BRASIL, 2004 p.15, grifo nosso).

Para um efetivo *Sistema Nacional de Informação em Saúde* é recomendável a adoção e a incorporação do processo de gestão documental entre os organismos produtores dos serviços de saúde. A gestão de documentos, também, é considerada como basilar para o processo de aprendizagem organizacional (*AO*), conseqüentemente, para o de inovação gerencial (*IG*). Tanto a *gestão de documentos* e os *sistemas de arquivos* são associados às tecnologias de informação e comunicação (*TICs*) e, assim, podem promover a melhoria dos processos de trabalho em saúde.

Ressalta-se que as *TICs* são uma forte aliada na construção de uma organização aprendente desde que vinculadas *aos processos de representação do conhecimento/informação*. Esses processos são voltados à “simbolização notacional ou conceitual do saber humano”, e convergem *técnicas de classificação, de indexação e do conjunto de artefatos “informáticos e linguísticos”* (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.322).

Para Vasconcelos e Mascarenhas (2007), a estruturação do fluxo de informa-

ções por meio das *TICs* possibilita horizontalizar a organização, diminuindo ou eliminando níveis médios que, antes, costumavam enrijecer o fluxo de conhecimento organizacional. Tais tecnologias viabilizam a criação de uma memória organizacional que tenha a capacidade de captar, armazenar e recuperar conhecimentos gerais e específicos das ações organizacionais, favorecendo a *AO* e, consequentemente, as inovações.

Reconhecidamente as *TICs* são suportes informáticos fundamentais para o sistema de gestão que inclui a Gestão de Documento (*GD*), a Gestão Informação (*GI*) e que compõe a Gestão Conhecimento (*GC*). Entretanto, independentemente do suporte informático, a sustentabilidade de uma organização depende de compartilhamento e de memória organizacional, que se verticaliza a partir dos processos da *GD* até a de *GC* (SANTOS, 2007) (CUNHA et al., 2013) (CUNHA et al., 2014).

A *Rede InovarH-BA* se pauta na ideia central de construir uma ampla e consistente rede de cooperação entre centros acadêmicos e hospitais integrantes do SUS. Dentre suas metas está a de promover ações voltadas para o fortalecimento da *AO*, mediante o desenvolvimento e fortalecimento de um novo perfil gerencial para os hospitais participantes. Essa iniciativa busca superar difi-

culdades em algumas áreas: a) da comunicação entre os agentes de criação e reprodução de tecnologias, decorrentes do custo de técnicas de interação; b) *do intercâmbio de documentos e mensagens de forma rápida e eficiente*; c) da reprodução de materiais didáticos. Tais dificuldades limitam o desenvolvimento e a aplicação de novas práticas de gestão nos hospitais (CUNHA, 2012).

Assim, pesquisa aqui apresentada tem caráter multidisciplinar por articular um arcabouço conceitual relacionado ao fenômeno das redes sociais, aos sistemas de inovação e aos processos de *AO* dependente dos de representação da informação (i.e *gestão de documentos e sistemas de arquivos*). Essa articulação multidisciplinar possibilitará gerar um Plano de Gestão de Documentos e de Sistemas de Arquivos para os hospitais pesquisados, e extensivos aos hospitais do SUS.

Para alcançar os objetivos propostos, é desenvolvida uma pesquisa empírica, tendo como objeto hospitais com os termos de adesão à *Rede InovarH-BA*, relacionando-o aos fenômenos das *redes sociais* e aos *processos de aprendizagem organizacional e de inovação gerencial dependentes dos de representação da informação arquivística* (aportes conceituais). Além de considerar aportes documentais, a exemplo da *Lei de*

Acesso, Lei de Arquivos e da construção da *PNIS* pelo Ministério da Saúde. Essa pesquisa, portanto, visa corroborar para a difusão do conhecimento de redes sociais de inovação e aprendizagem e *gestão de documentos* e *sistemas de arquivos* entre as organizações que compõem a *network* do *SUS*.

Apesar da importância de redes tais como a *Rede InovarH-BA* para a geração e difusão do conhecimento, são poucos os estudos que apresentam discussões e resultados sobre *gestão de documentos e sistemas de arquivos em organizações prestadoras de serviços intensivos em conhecimento, em particular, os hospitais*. Assim sendo, espera-se que os resultados sejam divulgados entre universidades, institutos de pesquisa, instituições de educação superior e demais organizações sociais, preferencialmente ligadas às questões da gestão em serviços de saúde, ciência, tecnologia e inovação.

Essa pesquisa, também, é motivada pela expectativa de que seus resultados contribuam para fortalecer os sistemas de saúde e de inovação, inserindo-os em um campo organizacional estratégico para a efetividade do *SUS*, na medida em que pretende-se avaliar o uso de mecanismos e estruturas de transferência de informações gerenciais em hospitais com termo de adesão à Rede Ino-

varH-BA, os quais são inseridos nos sistemas e nas redes de atenção à saúde do *SUS*.

3 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral da pesquisa, ora em andamento, é avaliar o uso de mecanismos e estruturas de transferência de informações gerenciais em hospitais com termo de adesão à *Rede InovarH-BA*, os quais são inseridos nos sistemas e nas redes de atenção à saúde do *SUS*. Para tanto, são traçados quatro objetivos específicos, a saber: 1) *Conhecer* as tecnologias avançadas de produção, de circulação e de acesso a informações gerenciais dos hospitais da *Rede InovarH-BA*; 2) *Identificar* os tipos e os usos de fontes da informação dos hospitais da *Rede InovarH-BA*; 3) *Diagnosticar* a gestão de documentos e dos sistemas de arquivos dos hospitais da Rede; 4) *Compreender* os mecanismos de acessibilidade e de disponibilidade das informações geradas e recebidas dos hospitais da *Rede InovarH-BA*.

4 METODOLOGIA

O estudo tem *caráter multi-institucional* (e.g. dos grupos de pesquisas: GEPICC do Instituto de Ciência da Informação da UFBA e ObservaPolíticas ⇔ *Rede InovarH-BA*, da Escola de Administração da

UFBA; Informática, Computação e Sociedade ⇔ Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)) e *multidisciplinar* (e.g. Ciência da Informação, Administração, Arquivologia, Biblioteconomia, Sociologia, Economia, Comunicação, Computação, Ciências Cognitivas, Saúde Coletiva, Matemática, Educação, Ciência de Redes) por articular um arcabouço conceitual relacionado ao fenômeno das redes sociais, aos sistemas de inovação e saúde e aos processos de *AO* e da *representação do conhecimento*. Essa *articulação multi-institucional-disciplinar* possibilitará inferir assertivas sobre geração de *IG* a partir da representação e da difusão do conhecimento por meio de sistemas e redes sociais. Tais sistemas e redes nesta pesquisa são compreendidos como os hospitais com termo de adesão a Rede InovarH-BA, os quais *produzem, acumulam e recebem documentos arquivísticos* diariamente.

Para alcançar os objetivos propostos, vem sendo desenvolvido uma pesquisa empírica, tendo como objeto os hospitais com termo de adesão à *Rede InovarH-BA*, relacionando-o aos fenômenos das redes sociais e aos processos de *AO* e de *IG*, os quais são dependentes do *fenômeno Informação*, em particular, nesta pesquisa os relacionados a *gestão de documentos e sistemas de arquivos* (aportes teóricos). A pesquisa empírica

está sendo operacionalizada por meio de 05 fases, conforme relatado no Quadro 1.

Essa investigação corrobora para a representação do conhecimento por meio de redes sociais de inovação e aprendizagem entre as organizações que compõem a *network* do *SUS*, caracterizando-o como uma pesquisa aplicada. Nesta perspectiva, a existência de redes sociais depende de contato, interação e colaboração entre pessoas. Dada à complexidade do tema – conhecimento, redes e sistemas – adota-se neste trabalho, a perspectiva multirreferencial, ou seja, por óticas e sistemas de referência diferentes, não redutíveis uns aos outros e explicitados com abordagens e terminologias distintas, exigindo dos pesquisadores uma postura aberta aliada à capacidade de síntese (FRÓES BURNHAM, 1998). Assim, a pesquisa a conjuga saberes de diversas fontes, ainda que algumas destas sigam linhas filosóficas opostas, porém, desde que as abordagens dos diversos autores agreguem conhecimentos para uma melhor compreensão do fenômeno interação como condição para a configuração de mecanismos de transferência de conhecimento (e.g. de documentos e sistemas de arquivos).

O objeto conceitual é pautado em uma revisão sobre aportes teóricos relacionados a *conhecimento e informação, redes*

sociais, AO e IG em consonância com aportes documentais sobre as *Leis de Acesso à Informação e de Inovação no Brasil* e aquelas que *regulam o SUS* e, também, sobre os documentos que tratam sobre a construção da *Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS)*. Essa revisão documental visa à sistematização de bases conceituais sobre Sistemas de Arquivos, de Inovação e de Saúde associada a bases conceituais sobre redes sociais colaborativas de inovação e aprendizagem em gestão dos serviços de atenção à saúde.

A pretensão não é estudar o porquê da ocorrência dos fatos, mas compreender as relações entre a participação das organizações de serviços de saúde em redes e sistemas, e a promoção da *representação do conhecimento*, da *AO* e da *IG*. Tal pretensão caracteriza os princípios do pensamento complexo, que se pautam em emergências, influência e interdependência (i.e. os aportes conceituais associados aos resultados da pesquisa de campo, caracterizando as influências e as interdependências desses na contribuição final desta pesquisa) (MORIN, 2003 e 2007).

Quadro1: Fases da Proposta da Pesquisa

FASES DA PESQUISA	OBJETOS	TIPOS DE PESQUISA	ESPECIFICAÇÕES
FASE 1	Objeto Conceitual	Revisão aportes teóricos ⇔ bibliográfica	Gestão de Documentos e Sistemas de Arquivos
FASE 2			Revisão aportes documentais ⇔ documental
FASE 3	Objeto Empírico	Pesquisa de Campo	Lei de Arquivos Lei de Acesso Regulamentação do SUS Política Nacional de Informação e Informática em Saúde
FASE 4			Pesquisa de Levantamento
		Conhecer as tecnologias avançadas de produção, de circulação e de acesso a informações gerenciais de no mínimo 20% dos hospitais da Rede InovarH-BA	
		Identificar os tipos e os usos de fontes da informação de no mínimo 20% dos hospitais da Rede InovarH-BA Diagnosticar a gestão de documentos e dos sistemas de arquivos de no mínimo 20% dos hospitais da Rede InovarH-BA Compreender os mecanismos	

			de acessibilidade e de disponibilidade das informações geradas e recebidas de no mínimo 20% dos hospitais da Rede InovarH-BA
FASE 5	Objeto Conceitual e Empírico	Bibliográfica/Documental/de Levantamento	Tratamento das informações prospectadas.
			Elaboração de Relatórios parciais
			Elaboração de Artigos
			Plano de Gestão de Documentos e de Sistemas de Arquivos
			Elaboração de Relatório Final

Fonte: o autor.

Considera-se a pesquisa, em relação aos seus objetivos, *exploratória* e *descritiva*. É *exploratória* por ser realizada em uma área onde há pouco conhecimento acumulado e sistematizado sobre o problema. No tangente ao aspecto *descritivo*, associa-se às questões de expor características de determinada população (hospitais) ou de um determinado fenômeno (informação e conhecimento em saúde), e ao estabelecimento da relação entre os registros de informações e a gestão de documentos em hospitais (TOBAR; YALOUR, 2001, p. 69).

A pesquisa caracteriza-se como quali-quantitativo e, por conseguinte, as técnicas utilizadas estarão relacionadas com estas abordagens. Acredita-se que o objeto desta pesquisa é um fenômeno social e, consequentemente, incapaz de ser identificado independentemente de sujeitos inseridos no contexto dos serviços de saúde, de organizações governamentais e acadêmicas, e de instâncias não governamentais, acoplados ao cognoscível dos pesquisadores, enquanto

geradores de indicadores sociais observáveis.

Nesse sentido, a pesquisa requer a abordagem qualitativa associada a uma abordagem quantitativa. No que se refere ao caminho de uma pesquisa qualitativa, afirma-se que se caracteriza como um esforço cuidadoso para a descoberta de novas informações ou relações e para a verificação e ampliação do conhecimento existente (GODOY, 1995, p. 58). Não obstante, esse esforço, quando associado a informações tratadas por meio de estatísticas descritivas (i.e. tabelas e gráficos) e de grafos (i.e. representação matemática de relacionamentos ⇔ Análise de Redes Sociais para as Tipologias Documentais nos Serviços de Saúde), “permitem ao pesquisador verificar até que ponto determinadas relações ou diferenças são sistêmicas ou não” à temática investigada (GÜNTHER, 2003, p.28).

No que se refere aos procedimentos, esta pesquisa se caracteriza como pesquisa de campo, com a finalidade de um posicio-

namento interpretativo; e também se caracteriza como pesquisa de levantamento, pois envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer (GIL, 1991).

Ainda em relação aos procedimentos utilizados, dada à especificidade do objeto, empregar-se a revisão bibliográfica e a pesquisa documental, na perspectiva de fundamentar o trabalho. Uma revisão assim formata um cabedal de conhecimentos de outros sujeitos e gera “a crítica contínua” ao produto destes, o que corrobora com os resultados da nova pesquisa e provoca “o aprimoramento da ciência” (LUNA, 1999, p. 105). Para o levantamento das informações utiliza-se como instrumentos de pesquisa o questionário e roteiro semiestruturado para entrevista com a finalidade de alcançar os objetivos específicos da pesquisa de campo/levantamento.

5 CONCLUSÕES

O objetivo de apresentar este trabalho no VI Congresso Nacional de Arquivologia é o de difundir nacionalmente sobre a pesquisa, ora em desenvolvimento, que defende os documentos como mecanismo de difusão de conhecimentos gerenciais entre os serviços, sistemas e redes de atenção à saúde. O

alcance do objetivo geral proposto para a pesquisa, aqui apresentada, implica em operacionalizar estudos teóricos e aplicados sobre *produção, disseminação, transferência, mediação e apreensão da informação nos contextos dos serviços de atenção à saúde*. O objeto empírico é analisado à luz do conceito de *redes sociais de aprendizagem e inovação* associando-o ao de *representação do conhecimento*.

Os aportes teóricos e documentais que tratam sobre os sistemas de saúde evidenciam que esses sistemas funcionem configurados por meio de redes. Logo, o foco desta pesquisa consiste em alertar da *importância da gestão de documentos e dos sistemas de arquivos* para as deliberações dos sujeitos inseridos nas redes e nos sistemas de atenção à saúde. Estas redes e sistemas são formados por serviços que, com o aumento da competitividade, proporcionam ganhos de produtividade e melhoria de qualidade na atenção à saúde da população desde que os sujeitos inseridos nesses sistemas e redes tenham *habilidades na conversão dos seus conhecimentos* (CUNHA, 2012 e 2014).

Nesse sentido, a configuração de redes interorganizacionais – tais como a Rede InovarH-BA, com os benefícios que elas trazem, pode desempenhar um importante papel na gestão de serviços de saúde. Ao

mesmo tempo em que essa configuração multiorganizacional fortalece a competitividade, ela contribui para estabelecer redes locais e facilita as interconexões do serviço de saúde com os agentes promotores e gestores da atenção sanitária e do complexo industrial da saúde (CUNHA, 2012).

Apesar da importância de redes tais como a *Rede InovarH-BA* para a geração e difusão do conhecimento, são poucos os estudos que apresentam discussões e resultados sobre representação do conhecimento, *AO*, *IG* e redes sociais em organizações prestadoras de serviços intensivos em conhecimento voltados à atenção a saúde no campo da Ciência das Informação e da Arquivologia.

A pesquisa visa ampliar o conhecimento sobre *produtos e serviços informacionais* (e.g. *documentos, arquivos, sistemas de informação, redes sociais*), compreendidos como tecnologias ou técnicas de gerenciamento avançado de informações voltadas à dinâmica dos sistemas e redes de atenção à saúde. Tais tecnologias aplicadas aos serviços de saúde promovem os processos, os meios e os modos de informação e de comunicação, possibilitando a tradução, a transferência, a (re)apropriação e a (re)construção do conhecimento em aprendizagem e inova-

ção na gestão dos serviços de atenção à saúde.

Espera-se que esta pesquisa contribua para ampliar o escopo epistemológico da Arquivologia e o da Ciência da Informação aplicado a *processos de AO e de IG* e da *tecnologia de sistemas e de redes sociais de serviços de atenção à saúde*, entendendo que os seus objetos de estudos são voltados às questões sociais, a *Informação Arquivística* e a *Informação*, respectivamente (SILVA et al., 1998) (SILVA; RIBEIRO, 2002) (SILVA, 2006). Essa pesquisa pode ser compreendida como um dos esforços para minimizar os obstáculos entre os sujeitos e as organizações/instituições na adoção e na assimilação de tecnologias de *gerenciamento avançado de produção, de circulação e de acesso a informações gerenciais nos serviços de atenção à saúde*.

NOTAS EXPLICATIVAS

1 Projeto de pesquisa aprovado no Edital FAPESB n.º 020/2013 – Programa de Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde – PPSUS – BA – FAPESB/SESAB.

2 Projeto de pesquisa aprovado por mérito - Edital Chamada CNPq – Universal 14/2013.

3 Projeto de Pesquisa contemplado no Edital PROPICI-PROEXT-PROPG/UFBA 01/2013 PROUFA – Programa Pense, Pesquise e Inove a UFBA.

RECORDS MANAGEMENT, LEARNING AND INNOVATION ORGANIZATIONAL IN HOSPITALS

ABSTRACT

The main goal of this work is to present an ongoing research that defends records as diffusion tools of management knowledge between the health care systems and networks. In the current Age of telematic networks knowledge and innovation are phenomena of order, disorder and organization. Such phenomena depends on all pieces of information produced, accumulated and disseminated by the adoption and assimilation of advanced technologies on records management, adopted, and assimilated, by individuals and health care organizations / institutions, such as hospitals.

Keywords: Record management. Organizational learning and innovation. Hospitals.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9 ed. Campinas: Papyrus, 2008.

CUNHA, F. J. A. P. **A gestão da informação nos hospitais: a importância do prontuário eletrônico na integração de sistemas de informação em saúde**. Dissertação de Mestrado. UFBA- Instituto de Ciência da Informação, 2005.

_____. **Da adesão à participação em uma rede de hospitais como promoção da aprendizagem organizacional e da inovação gerencial: um olhar sobre a Rede InovarH-BA**. Tese de Doutorado. UFBA – Faculdade de Educação, 2012.

_____. *O complexus do conhecimento, inovação e comunicação em serviços de atenção à saúde*. In: CUNHA, Francisco J.A. Pedroza; LÁZARO, Cristiane P; PEREIRA, Her-

nane B.de B. (Orgs.). **Conhecimento, inovação e comunicação em serviços de saúde**. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014, p. 221-236.

_____.; RIBEIRO, N.M.; PEREIRA, H.B.de. Records management: a basis for organizacional learning and innovation. In: **TransInformação**, Campinas, SP, v. 25, n.2, maio/ago, 2013, p. 159-165.

_____.; RIBEIRO, N.M.; PEREIRA, H.B.de. Redes como estratégias para a difusão de inovação em hospitais. In: Colóquio Internacional “A medicina na Era da Informação (MEDINFOR)”, Salvador. **Anais eletrônicos...** Universidade Federal da Bahia e Universidade do Porto: POSICI, 2014. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/0036874778c43bb349b4c>>. Acesso em: 22/07/2014.

CUNHA, M.B.; CAVALCANTI, R.O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

FROES BURNHAM, T. Complexidade, multirreferencialidade, subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar. In BARBOSA, Joaquim (Org.). **Reflexões em torno da abordagem multireferencial**. São Carlos: EdUFSCAR, 1998, p. 35-56.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**. São Paulo, v.35, n.2, p.57-63, mar./abr. 1995.

LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 1999.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? In: **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MORIN, E. A necessidade de um pensamento complexo. In: **Representação e complexidade**. Candido Mendes (Org.); Enrique Larreta (Ed.). Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 69 – 78.

_____. **O método 1: A natureza da natureza**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Trad.: Eliane Lisboa. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

REDE INOVARH. **Portal da Rede InovarH**. Disponível em: <www.inovarh.ufba.br>, acesso em: 29 de agosto de 2014.

ROGERS, E. M. **Diffusion of innovations**. 5. ed. New York: Free Press, 2003.

SANTOS, V. B. dos. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. In: **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento**. SANTOS, V. B. dos; INNARELLI, H. C.; SOUSA, R. T. B. de. (organizadores). Distrito Federal: SENAC, 2007.

SENGE, P. **A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende**. São Paulo: Best Seller, 2010.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F; RAMOS, J.; REAL, M. L. **Arquivística – Teoria e Prática de uma Ciência da Informação**. . Porto: Edições Afrontamento, 1998.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. **Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, A. M. da. **A informação**. Da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

TOBAR, F.; YALOUR, M. R. **Como fazer teses em saúde pública: conselhos e idéias para formular projetos e redigir teses e informes de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

VASCONCELOS, I. F. G. de; MASCARENHAS, A. O. **Organizações em aprendizagem**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

Trabalho recebido em: 15 jul. 2014

Trabalho aceito em: 23 out. 2014

PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS AUTÊNTICOS: ESTUDO DO “PROJETO DE EXTENSÃO ELETRÔNICO” DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA*

Eliandro dos Santos Costa**

Lucinéia de Araújo Caporalli***

RESUMO

Essa pesquisa foi desenvolvida utilizando-se dos requisitos de autenticidade e confiabilidade recomendados pelo InterPARES para as informações no documento em meio digital. Adotou-se como procedimentos metodológicos pesquisa exploratória e bibliográfica e de natureza qualitativa. Apresentaram-se conceitos e definições referente a Arquivologia no contexto de aplicação do documento arquivístico digital, mais precisamente o projeto de extensão eletrônico, no âmbito da Universidade Estadual de Londrina (UEL), aplicando os critérios do InterPARES. Analisando esse documento mediante o acesso ao Sistema UEL na interface *Web*, desde a fase de cadastro, tramitação até sua destinação final, buscando identificar se este documento digital possui os requisitos necessários para ser considerado autêntico e confiável. Obteve-se como resultado, que o Projeto de Extensão Eletrônico é estável com a sua forma fixa inalterável, a partir do seu cadastro no Sistema UEL, impedindo que ocorram alterações no seu conteúdo inicial, entretanto, observa-se que o documento poderia ser produzido mais próximo de atender as necessidades dos seus usuários, oferecendo uma avaliação de cada projeto pelos funcionários da PROEX, a qual estaria verificando se as informações estão registradas da forma correta para serem repassadas para a avaliação das comissões. Assim, comprova-se que o projeto de extensão eletrônico apresenta um melhor desempenho quando identificados os fatores que fornecem a autenticidade e a confiabilidade para seus usuários, transmitindo maior confiabilidade na tarefa registrada junto ao Sistema. Esse projeto pode ser observado como um projeto piloto para a aplicação nos demais módulos, processos e unidades administrativas e acadêmicas da UEL, possibilitando inúmeras pesquisas para aprimoramento da área nessa Instituição.

Palavras-chave: Arquivística. Diplomática Arquivística. Projeto de Extensão Eletrônico. Preservação Digital. InterPARES.

* Trabalho – modalidade Comunicação Oral – do Eixo Temático “Documentos Arquivísticos Digitais” apresentado em 22 de outubro de 2014 no VI Congresso Nacional de Arquivologia.

** Bacharel em Arquivologia e Mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Docente do Departamento de Ciência da Informação na Universidade Estadual de Londrina (UEL).
E-mail: eliandrocosta@gmail.com

*** Bacharel em Arquivologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). *E-mail:* lucineiacaporalli@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A busca pelas informações é tida como diferencial diante do aumento da competitividade do mercado, onde as organizações almejam atender as necessidades e exigências do seu público alvo, incluindo a geração de possíveis novas demandas.

Diante desse cenário, o gerenciamento e controle de acesso e a preservação e disseminação dos documentos de arquivo são fundamentais para melhorar a gestão da informação organizacional, consideradas insumo para a geração de conhecimento e, conseqüentemente, motivar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelas organizações, elevando seu potencial inovador e competitivo diante dos concorrentes.

A vinda e o uso dos recursos informáticos trouxeram agilidade na comunicação e disseminação de informações. No entanto, as informações processadas em meio eletrônico são passíveis de modificações, e essas adulterações, difíceis de serem detectadas, incitam várias discussões a propósito de identificar quais são as alternativas disponíveis para garantir a autenticidade e a confiabilidade dessas informações nos documentos eletrônicos, gerados eletronicamente e/ou migrados para o meio eletrônico.

Optou-se por investigar as instituições universitárias de ensino superior, as quais ainda carecem, no contexto geral, de procedimentos que possibilitem a maior segurança para a produção de documentos eletrônicos nas suas inúmeras atividades corriqueiras.

Dessa forma, esta pesquisa visou analisar quais seriam os requisitos para a autenticidade de documentos arquivísticos digitais, em um estudo de caso no documento Projeto de Extensão da Universidade Estadual de Londrina, no Paraná, Brasil. O Projeto de Extensão é um documento responsável pelo cadastro das ações extensionistas dos docentes dessa instituição e representa um excelente meio de registro das atividades de interação com a comunidade londrinense e região.

Estudou-se a gênese do Projeto de Extensão, especificamente no seu formato eletrônico no Portal Web da Instituição, no perfil de usuário Docente, observando se o mesmo cumpre os requisitos recomendados pelo Projeto InterPARES para documentos arquivísticos digitais autênticos, confiáveis e estáveis.

O Projeto de Extensão compreende um entre demais funções do Sistema UEL¹

¹ Sistema UEL – Trata-se de uma ferramenta de software para gestão integrada para Instituições Universitárias, criada pela Assessoria de Tecnologia da Informação (ATI) da UEL, e utilizado somente

dentre as seguintes áreas: acadêmica, recursos humanos, projetos de pesquisa, ensino e extensão, entre outras.

Em face ao crescente aumento das informações, cresce também o número de documentos produzidos, os quais são gerados em meio eletrônico e também migrados do papel ou microfilme para o formato digital. Gerenciá-los, preservá-los autênticos e confiáveis e tornar disponíveis as informações neles contidas é trabalho dos Arquivistas, conforme descreve o Art. 2º da Lei 6546/78².

As práticas de preservação de documentos têm o objetivo de preservar as informações, assegurar sua autenticidade e confiabilidade, bem como a integridade física dos suportes, e assim promover o acesso íntegro a essas informações.

Nesse contexto, os fatores que mais afetam a integridade física dos documentos digitais são: uso indevido, mudanças rápidas de tecnologias, a durabilidade dos suportes, bem como a obsolescência dos hardwares e softwares.

nessa Instituição. O acesso para a o cadastro do Projeto de Extensão, inicialmente se dá digitando no navegador da internet o endereço eletrônico: <www.uel.br> e optando por clicar no Menu “Sistemas UEL”, onde é solicitado o Número de Matrícula (docente, técnico e aluno), disponibilizando de funcionalidades conforme o seu perfil de usuário.

² Lei 6.546/78 – Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 05 Fev. 2015.

Nesse sentido, pretende-se com este estudo, indagar sobre a seguinte questão: O documento Projeto de Extensão eletrônico apresenta os critérios de autenticidade e confiabilidade recomendados pelo estudo InterPARES?

Os desafios da preservação do conteúdo informacional digital e o aumento periódico desses documentos pela sua eficiência nas relações jurídicas e administrativas apontam para a necessidade de estudos dirigidos que fomentem soluções inovadoras.

Observam-se principalmente o fator dos documentos digitais serem produzidos e incorporados aos sistemas informatizados tendo como ponto de vista seu uso primário e sua operacionalização, com pouca ou nenhuma preocupação em relação à sua gestão e preservação” (INNARELLI, 2011).

A preocupação com a autenticidade dos documentos em meio eletrônico é constante por se tratar de um ambiente passível de modificações. “Contudo, a simplicidade com que alterações podem ser introduzidas, a rapidez com que estas podem ser disseminadas e a dificuldade inerente a sua detecção tornam o problema sensivelmente mais complexo” (FERREIRA, 2006, p. 50).

Nesse sentido, as políticas de preservação vêm sendo foco de discussões por

apresentarem-se como o caminho para a proteção da informação, lembrando que a questão da autenticidade aqui exposta refere-se à visão dos Arquivistas.

De modo geral, esta pesquisa visa a contribuir com os profissionais da informação, sobretudo com os Arquivistas, abordando as estratégias de preservação documental no âmbito digital que promovem a autenticidade e confiabilidade das informações.

Na contextualização dessa pesquisa, limitou-se a aplicação dos critérios do Projeto InterPARES no âmbito de uma Instituição Universitária – Universidade Estadual de Londrina (UEL), mais especificamente na unidade administrativa - Sistema de Arquivos da UEL (SAUEL), em relação do Projeto de Extensão Eletrônico.

Utilizaram-se algumas técnicas e métodos de obtenção de dados, dentre eles, o estudo de caso, visando a investigar os requisitos de autenticidade e confiabilidade do Projeto de Extensão Eletrônico, documento gerado pelo Sistema Informatizado da UEL, e gerenciado pelas unidades SAUEL, Pró Reitoria de Extensão (PRO-EX) e Assessoria de Tecnologia da Informação (ATI). O Projeto de Extensão é produzido pelo próprio docente da Instituição, no momento do desenvolvimento de suas ações extensionistas com a comuni-

dade/mercado. Pozzebon e Freitas (1998, p. 145) explicam que:

O estudo de caso é definido como aquele que examina um fenômeno em seu ambiente natural, pela aplicação de diversos métodos de coleta de dados, visando a obter informações de uma ou mais entidades. Essa estratégia de pesquisa possui caráter exploratório, sem nenhum controle experimental ou de manipulação.

Utilizou-se, também de pesquisa bibliográfica e exploratória, ou seja, o levantamento de publicações científicas sobre um determinado tema, nesse caso, a preservação de documentos em meio eletrônico e digital, verificando se cumprem os requisitos de autenticidade e confiabilidade.

Para Cervo, Bervian e Da Silva (2007), a pesquisa bibliográfica busca conhecer e analisar as contribuições culturais e científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema, podendo apenas utilizar-se de bases teóricas ou ser desenvolvida conjuntamente ou como parte integrante das pesquisas do tipo descritivas ou experimentais.

Da mesma forma, Salvador (1986, p. 10) afirma que:

A pesquisa feita em documentos escritos é chamada de pesquisa bibliográfica, quando se utiliza de fontes, isto é, documentos escritos originais primários;

chama-se de consulta bibliográfica ou estudos exploratórios, quando se utiliza de subsídios, literatura corrente ou obras de autores modernos.

Em se tratando da pesquisa exploratória, Gil (2009, p. 27) considera que “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Para tanto, a pesquisa científica é realizada com o objetivo de obter respostas para a solução de problemas sociais, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico da humanidade.

Desse modo, pode-se dizer que “O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (GIL, 2009, p. 26).

Para Rodrigues (2007, p. 2), “Pesquisa científica é um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para os problemas propostos mediante o emprego de métodos científicos”.

A abordagem desse estudo é qualitativa por não utilizar-se de dados quantificáveis, por intermédio de fontes bibliográficas existentes e análise das funcionalidades do Sistema de Arquivos da UEL, mais

especificamente considerando o documento Projeto de Extensão, em que pôde-se verificar se o mesmo apresenta todos os requisitos de autenticidade e confiabilidade definidos pelo Projeto InterPARES, conforme visualizados no capítulo de referencial teórico.

Strauss e Corbin (2008) consideram que a pesquisa qualitativa é qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados por meio de procedimentos estatísticos ou por outros meios de quantificação.

Os dados e informações foram selecionados a partir de fontes impressas (livros, periódicos científicos, dissertações, teses) e fontes eletrônicas (bases de dados, artigos científicos disponíveis na internet), além da análise do documento Projeto de Extensão baseando-se nos critérios de autenticidade e confiabilidade do InterPARES, mostrando as telas do sistema que contém, desde o cadastro desse documento, sua tramitação e a destinação final.

Assim, por meio da aplicação da teoria do conhecimento Arquivístico sobre preservação digital, observando os elementos constituintes do documento digital e o seu contexto (evidência da atividade de uma instituição ou pessoa física, relação orgânica, conteúdo estável, forma fixa, uso e manutenção), objetivou-se contribuir para melhorias na prática do trabalho do Ar-

quivista e fomentar novas pesquisas. Esse recurso é importante no aumento do grau de segurança e confiabilidade no acesso ao sistema, considerando o grande risco com a mobilidade dos usuários em poder estar “logando” em quaisquer computadores em suas residências ou nas estações da Universidade.

A partir da publicação da Resolução nº. 1295/88/UEL³, aprovou-se a política de Extensão da Universidade Estadual de Londrina, tornando possível uma maior aproximação com as ações extensionistas e com as organizações públicas e privadas da cidade de Londrina e região metropolitana.

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX⁴), por sua vez, é responsável por promover eventos e ações extensionistas na UEL, buscando parcerias com financiadores para projetos de ensino e pesquisa em graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado, favorecendo assim, o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico.

Essa unidade administrativa apresenta-se como um importante setor para o desenvolvimento das atividades extensionistas e de interação com o mercado. É identificada e buscada por todos os departamentos visando à aproximação das teori-

as com as práticas de cada formação acadêmica.

Para esse estudo, foi analisado um documento produzido e gerenciado por essa unidade administrativa (PROEX), documento denominado como Projeto de Extensão. Esse documento será devidamente descrito na seção de Resultados.

Dessa forma, objetivou-se identificar os requisitos de autenticidade e confiabilidade recomendados pelo Projeto InterPARES no documento de Projeto de Extensão da UEL em ambiente eletrônico. Na sequência, tem-se os referenciais utilizados para a pesquisa, os resultados obtidos e as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo pode-se visualizar os referenciais utilizados como base para o desenvolvimento dessa pesquisa, mostrando a literatura desde os conceitos e definições da Arquivologia, especificamente acerca do seu objeto de estudo, o documento arquivístico, partindo para o estudo da preservação digital e análise dos critérios recomendados pelos estudos da confiabilidade e autenticidade dos documentos arquivísticos digitais, focando no estudo desenvolvido no Projeto InterPARES.

A Arquivologia é definida no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arqui-

³ Resolução n. 1295/88/UEL – Disponível em: <www.uel.br/proex/Download/res_12951988.doc>. Acesso em: 05 Fev. 2015.

⁴ PROEX – Disponível em: <www.uel.br/proex>. Acesso em: 05 Fev. 2015.

vística (Conarq, 2005, p. 37) como: “disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos. Também chamada de Arquivística”.

Para Bellotto (2002), o objetivo da Arquivística, em relação aos seus objetos de estudo e por meio de suas teorias, metodologias e aplicações práticas, é dar acesso à informação arquivística.

Para melhor visualizar a Arquivologia no campo científico, Natalis du Wailly em 1841, historiador francês, chefe da Seção Administrativa dos Arquivos Departamentais do Ministério do Interior Francês, desenvolveu o princípio da proveniência, inspirando seu Ministro Sr. Duchatel através do conteúdo de uma circular que consiste em manter agrupados os documentos, sem os misturar com os outros, os quais sejam provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou moral (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

O princípio da proveniência forneceu base para a teoria Arquivística, sendo essa inserida na ciência como uma área de conhecimento a ser desenvolvida por meio de inúmeras necessidades do campo de atuação e diante de uma abordagem interdisciplinar.

Bellotto (2002, p. 20) considera que o princípio da proveniência:

[...] fixa a identidade do documento, relativamente a seu produtor. Por este princípio, os arquivos devem ser organizados em obediência à competência e às atividades da instituição ou pessoa legitimamente responsável pela produção, acumulação ou guarda dos documentos.

Para Rousseau e Couture (1998), a disciplina Arquivística é fundamentada, além do princípio da proveniência, por mais dois princípios: o da territorialidade e o da abordagem das três idades. Contudo, esse estudo trata do princípio da proveniência e da abordagem das três idades que será conceituada no subcapítulo de Gestão de Documentos.

Segundo os autores supracitados, a abordagem das três idades assenta nas etapas de vida dos documentos, produto das reflexões de Arquivistas, para resolver o problema da massa documental acumulada.

A preocupação em registrar as informações surgiu de forma natural e progressiva, pela necessidade do homem em transmitir as informações aos seus sucessores.

O indivíduo e a sociedade, seja ela uma instituição pública ou privada, ou grupos sociais como a família, um grupo religioso, associação de moradores de um bairro, dentre outros, buscam preservar

para as gerações futuras o seu modo de ser e agir, bem como suas relações sociais.

Nesse contexto, é por meio do registro das informações que a humanidade tem seu progresso, pois, sem o registro das atividades desenvolvidas pelas pessoas e pelas organizações no decorrer de sua existência, não haveria indícios de sua cultura.

Dessa forma, observa-se a importância de melhor esclarecer os conceitos referentes ao objeto do Arquivo. Primeiramente por Vieira (2001, p. 1), o qual descreve como o “documento é tudo que registra uma informação independente do valor que a ela venha a ser atribuído. O mesmo documento ou informação muda de valor pela ótica de quem visualiza”.

Paes (2006, p. 26) conceitua documento como sendo o “Registro de uma informação independente da natureza do suporte que a contém”.

Desse modo, subentende-se que Paes (2006) refere-se à natureza dos suportes que evoluíram concomitantemente com a sociedade e as tecnologias de informação, pelo registro das informações em suportes variáveis, como papiro, pergaminho, papel, discos magnéticos, discos ópticos, entre outros, assumindo características intrínsecas e extrínsecas.

Em se tratando do Arquivo como instituição de guarda de documentos, Paes (2006) define como “unidade administrati-

va cuja função é reunir, ordenar, guardar, e dispor para uso conjuntos de documentos, segundo os princípios e técnicas arquivísticos”.

Roncaglio, Szvarça e Bojanoski (2004) diferem documentos de arquivo pelo fato de os documentos de arquivo serem produzidos ou acumulados organicamente no decorrer das atividades de uma pessoa, família, instituição pública ou privada, sendo criados de forma linear pela necessidade de sua produção, e ressaltam a questão da organicidade dos documentos de arquivo.

Belloto (2002, p. 22) considera que os documentos de arquivo apresentam caráter orgânico pelo fato de que,

As informações arquivísticas têm a peculiaridade de ser produzidas no universo das funções/objetivos a que se propõem as entidades. Nesse sentido é que as informações são orgânicas, por guardarem entre si as mesmas relações que se formam entre as competências e as atividades das entidades.

Para Rondinelli (2005, p. 59), “a relação orgânica se manifesta no arranjo físico, no protocolo e no código de classificação de documentos, o qual torna explícita a relação entre o documento e a ação que o gera”.

Ainda segundo Rondinelli (2005), o que define essa relação é o contexto docu-

mental, o conjunto de documentos necessários para comprovar que algo realmente aconteceu num determinado espaço de tempo ou lugar, suas relações com as ações e as pessoas a elas vinculadas, seu contexto organizacional, social e legal.

O termo documento digital é usado para designar tanto o próprio documento digital quanto o eletrônico, mas é importante destacar que o documento eletrônico é o que é gerado no meio eletrônico, ou seja, é constituído nos domínios de computadores, já os digitais são os documentos que se tornam digitais por serem migrados para o formato digital.

Alguns autores tratam os documentos digitais e eletrônicos como sinônimos. Nesse contexto, Ferreira (2006, p. 21) aborda essa questão da seguinte forma:

Um objecto digital pode ser definido como todo e qualquer objecto de informação que possa ser representado através de uma sequência de dígitos binários. Esta definição é suficientemente lata para acomodar tanto, informação nascida num contexto tecnológico digital (objectos nado-digitais), como informação digital obtida a partir de suportes analógicos (objectos digitalizados).

Os documentos digitais são representados por uma estrutura de símbolos denominados dígitos binários, e esses constituem-se de números (zero e um), ca-

da objeto recebe uma sequência de bits estruturada que o fazem legível ao usuário por intermédio de uma máquina, constituída de parte física e lógica (hardware, software) (BODÊ, 2008).

O caminho percorrido pelo documento digital durante o processo de sua produção ou mesmo sua migração de suporte, faz com que o documento, por vezes, perca sua confiabilidade, considerando inúmeros fatores que possibilitam a facilidade de adulteração ou mesmo perda de seus elementos constitutivos.

Nesse caso, a fidedignidade é muito discutida no contexto digital, junto da autenticidade. Enquanto a primeira é a capacidade de o documento arquivístico sustentar os fatos que atesta, a segunda se reveste da capacidade de provar que o documento arquivístico é o que diz ser (RONDINELLI, 2005).

A fidedignidade do documento nasce no momento de sua criação; é a confiabilidade das informações registradas e está relacionada com a assinatura, testemunhas, selo, carimbo, entre outros.

A autenticidade está vinculada ao modo de transmissão e preservação do documento no meio digital, tem a ver se o documento carrega as mesmas características de fidedignidade que obtivera em sua produção e se isso pode ser comprovado.

Rondinelli (2005) trata a questão da autenticidade e fidedignidade abordadas pela ótica diplomática, a seu ver, os elementos suficientes para tornar um documento convencional completo e fidedigno como a data e a assinatura não são suficientes para tornar um documento digital, estes precisam de complementos como a inclusão da hora de transmissão aos destinatários e o dossiê a qual pertence os documentos.

O mesmo acontece com a assinatura. A facilidade de adulteração torna-a um elemento frágil, sendo imprescindível a adoção de medidas, como o acréscimo automático do nome do autor no cabeçalho do documento ou mesmo por meio de uma assinatura eletrônica ou digital (Rondinelli, 2005).

Para Ferreira (2006, p. 50), “Definições mais abrangentes de autenticidade giram em torno dos conceitos de autenticação, integridade, completude, veracidade, validade, conformidade com o original, significância e adequabilidade ao fim a que se destina”.

Assim, Ferreira (2006, p. 50) considera que para atingir o objetivo de demonstrar que um objeto digital é aquilo que se propõe ser,

[...] é fundamental documentar devidamente a proveniência do objecto, contextualizar a sua existência, descrever a sua

história custodial e atestar que sua integridade não foi comprometida, provar que existe um conjunto de propriedades, consideradas significativas, que foram corretamente preservadas ao longo do tempo.

Dessa forma, por meio do gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos, abrangendo a aplicação dos corretos meios de preservação, não somente a preservação do suporte físico, mas das propriedades intrínsecas, como a proveniência e autenticidade dos documentos, é possível dizer que um documento digital é um documento arquivístico.

A aplicação de métodos de trabalho e a implantação de políticas de preservação digital direcionadas a problemas e casos específicos da documentação gerada em computadores tornam-se fundamentais para o atendimento dos critérios de autenticidade, assegurando que um documento, além de arquivístico, também é verdadeiro e pertencente ao ambiente descrito em seu conteúdo.

Os documentos produzidos em meio eletrônico e os migrados para meio eletrônico podem ser compreendidos como um objeto digital a ser trabalhado, mantido, conservado e armazenado nas mídias de armazenamento, correspondendo ao espaço de arquivo permanente, cumprindo seu prazo de guarda para valor histórico e informativo.

No Brasil, a Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que “Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências”, em seu art. 3º, capítulo I, apresenta a seguinte definição de gestão de documentos: trata-se de um conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

Observando a definição para gestão de documentos, observa-se a importância para o uso da Abordagem das Três Idades, a qual contempla o ciclo vital dos documentos, proporcionando a seleção, a guarda e a eliminação consciente dos documentos destituídos de valor.

“A gestão documental abrange desde a produção até a eliminação ou guarda permanente, portanto, abrange a Teoria das Três Idades, ou seja, corrente, intermediária e permanente” (VALENTIM, 2012, p. 16).

Nesse sentido, o primeiro passo é a elaboração de instrumentos de apoio como o plano de classificação e a tabela de temporalidade, a partir dos processos de produção, classificação, avaliação, descrição e utilização de documentos.

Os procedimentos adequados de gestão proporcionam a redução do volume

documental, possibilitando a conservação e preservação daqueles documentos considerados de valor (seja como fonte de testemunho, de pesquisa e/ou de reconstrução da memória organizacional).

Assim, nessa visão sistêmica o documento digital engloba várias características que o diferenciam dos tradicionais, dentre elas, a que se destaca para este estudo, é o fato do documento eletrônico ou digital não estar acessível para a compreensão humana, necessita de um hardware e de um software, os quais somados possam fazer a intermediação possibilitando o acesso à informação (FERREIRA, 2006).

Desse modo, Ferreira (2006) considera que o documento digital independe do suporte, a exemplo disso vale destacar que este pode ser copiado quantas vezes forem necessárias, conservando-se as suas propriedades, as quais devem refletir a estrutura documental, fornecendo as bases de sua existência e sua autenticidade.

A preservação digital compreende todas as técnicas de preservação dos documentos convencionais, mas coloca os gestores da informação diante de um dilema complexo, a fragilidade dos suportes e a obsolescência das tecnologias. Conforme trata a Carta para Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital (2005),

Preservação de documentos arquivísticos tem por objetivo garantir a autenti-

cidade e a integridade da informação, enquanto o acesso depende de os documentos estarem em condições de serem utilizados e compreendidos. O desafio da preservação dos documentos arquivísticos digitais está em garantir o acesso contínuo a seus conteúdos e funcionalidades, por meio de recursos tecnológicos disponíveis à época em que ocorrer a sua utilização.

3 O INTERPARES

O Projeto InterPARES ou Pesquisa Internacional sobre Documentos Arquivísticos Autênticos Permanentes em Sistemas Eletrônicos (International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems), é um projeto que vem sendo desenvolvido sob a direção geral da professora Luciana Duranti e coordenado pela Universidade de British Columbia, no Canadá. “É uma iniciativa acadêmica de pesquisa em preservação digital, especificamente voltada para os documentos arquivísticos, de enorme alcance” (ROCHA, 2009, p. 82).

Segundo Rocha (2009), os objetivos desse Projeto eram identificar e definir os requisitos para a produção, o uso e a preservação de documentos eletrônicos confiáveis e autênticos, tendo como base conceitual e teórica, a integração dos prin-

cípios e conceitos da diplomática e da arquivística.

O projeto passou por três fases no período de 1999-2012: a primeira fase foi desenvolvida no período de 1999 a 2001, objetivando identificar requisitos conceituais para avaliar e manter a autenticidade dos documentos digitais "tradicionais" produzidos no curso das atividades administrativas e legais (ARQUIVO NACIONAL, 2013).

Em sua segunda fase, realizada no período de 2002 a 2006, o projeto “teve por foco os documentos arquivísticos produzidos em ambientes complexos, por sistemas interativos, dinâmicos e experienciais, no curso de atividades artísticas, científicas e de governo” (ROCHA, 2009, p. 84). A autora explica que:

Além das questões relativas à autenticidade, o projeto tratou da confiabilidade e acurácia dos documentos, envolvendo todo o ciclo de vida dos documentos, desde sua produção até a destinação final. Esta segunda fase incorporou mais de 100 pesquisadores, de 21 países em 5 continentes (ROCHA, 2009, p. 84).

Com relação às duas primeiras fases do projeto, a autora observa que elas resultaram em “contribuições importantes para apoiar a produção, a gestão e a preservação de documentos arquivísticos digi-

tais confiáveis, autênticos e acurados” (ROCHA, 2009, p. 84).

O projeto InterPARES 3, em sua terceira fase, teve a duração de cinco anos, no período de 2007 a 2012, e objetivou “capacitar programas e organizações responsáveis pela produção e manutenção de documentos arquivísticos digitais a desenvolver estratégias de preservação e acesso de longo prazo a esses documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2013).

Rocha (2009) observa que entre os parceiros que já desenvolvem estudos de caso estão: Turquia, Noruega, África, Brasil, Catalunha, China, Cingapura, Coreia, Holanda, Bélgica, Canadá, Itália, México, Reino Unido, e novos países já se inseriram no projeto, entre eles estão Eslovênia, Japão, Nova Zelândia e Suécia.

Nesse projeto o Brasil recebe a denominação TEAM Brasil, e esteve sob a coordenação do Arquivo Nacional no decorrer de todo o processo, o qual contou com a participação de pesquisadores acadêmicos, profissionais e colaboradores das instituições que atuaram como parceiras de testes, sendo elas: o Ministério da Saúde, a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, a Câmara dos Deputados e o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP (ARQUIVO NACIONAL, 2013).

Dessa forma, as instituições parceiras do TEAM Brasil desenvolveram, com o apoio de coaplicantes externos, 9 (nove) estudos de casos que tinham por objetos documentos arquivísticos ou sistemas de manutenção de documentos. Com base em análises diplomáticas e dos contextos em que os objetos de estudo se inseriam, foram traçados planos de ação com foco na sua preservação (ARQUIVO NACIONAL, 2013).

Esses estudos tiveram como fundamento os conceitos de documento arquivístico, autenticidade, autenticação, confiabilidade, acurácia, sistema de preservação de confiança, custodiador confiável e cadeia de preservação.

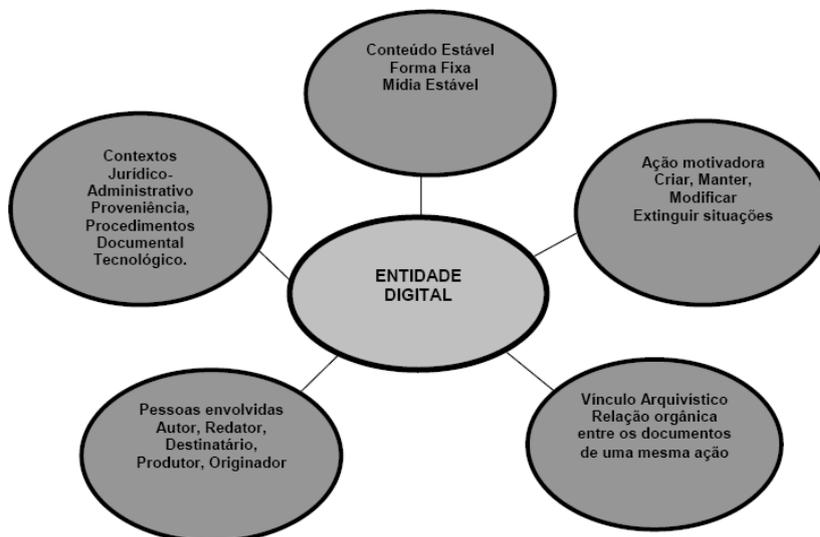
Para esses estudos, foi necessária essa identificação de elementos que são essenciais para que um documento arquivístico seja considerado autêntico e confiável em um sistema de arquivo informatizado. Esses elementos que constituem o documento arquivístico foram obtidos como resultados dessa pesquisa, os quais são utilizados nos estudos de caso para investigar se os documentos específicos ou sistemas informatizados apresentam a devida segurança para a produção e gerenciamento da informação.

Assim, no InterPARES, descreve-se os critérios de autenticidade e confiabilidade do documento digital através os

elementos constituintes de um documento arquivístico digital, os quais podem ser

visualizados na Figura 1, a seguir:

Figura 1: Elementos constituintes do Documento Arquivístico Digital



Fonte: InterPARES⁵ (2012)

Na visão de Rondinelli (2005), os elementos diplomáticos constitutivos do documento arquivístico digital que devem ser observados num Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) estão subdivididos em sete (7) itens: suporte, conteúdo, forma (ou estrutura), ação, pessoas, relação orgânica, contexto.

Para tanto, observa-se que há importantes elementos que deverão sempre

ser identificados para certificar-se que um documento é autêntico, confiável e verdadeiro. Esses critérios deverão ser utilizados para analisar o “Projeto de Extensão Eletrônico”, devidamente testados e mostrados na seção de Resultados.

Dessa forma, Rocha (2009) considera que a Legislação Arquivística Brasileira também incorporou os requisitos de autenticidade do InterPARES, como pode ser observado nas resoluções do CONARQ, dentre elas:

A Resolução n. 24 do Conarq, de 3 de agosto de 2006, que estabelece as diretrizes para transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas públicas.

A Resolução nº 25, de 27 de abril de 2007 que Dispõe sobre a adoção do

⁵ Silva, Fábio R. Pinheiro da. InterPARES 3 Project. Estudos de Caso da UNICAMP no âmbito do InterPARES 3. III Fórum de Informação em Saúde. Campinas: Arquivo Central/SIARQ-UNICAMP. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/IIIifis/pdf/InterPares_Parte2.pdf>. Acesso em: 05 Fev. 2015.

Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.

A Resolução nº 36, de 19 de dezembro de 2012 que Dispõe sobre a adoção das Diretrizes para a Gestão arquivística do Correio Eletrônico Corporativo pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.

A Resolução nº 37, de 19 de dezembro de 2012 que aprova as Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais.

Do mesmo modo, tem-se o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil - é um documento que estabelece requisitos mínimos para um SIGAD, independentemente da plataforma tecnológica em que for desenvolvido e/ou implantado. Foi “elaborado no âmbito da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos no período de 2004 a 2006” (CONARQ, 2011).

O Glossário elaborado pela CTDE do CONARQ tem como objetivo principal definir os termos utilizados pelos componentes da CTDE no âmbito de suas discussões, termos estes que são: da Tecnologia da Informação, da Arquivologia e da Di-

plomática relacionados com a gestão arquivística e a preservação de documentos digitais (CONARQ, 2010).

O documento elaborado pela CTDE com o título de Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais tem como objetivo garantir a identidade e integridade desses documentos e minimizar os riscos de modificações, a partir do momento em que foram salvos pela primeira vez e em todos os acessos subsequentes. (CONARQ, 2012).

Dessa forma, a participação em conjunto dos representantes dos diversos países no projeto de pesquisa sobre a preservação dos documentos digitais, inclusive a participação do Brasil, trouxe melhorias que refletem nos instrumentos e normas elaborados pelos órgãos responsáveis pela preservação da informação digital que é de suma importância na sociedade atual, devido ao aumento progressivo na quantidade de documentos produzidos e armazenados em formatos digitais e eletrônicos.

4 O PROJETO DE EXTENSÃO ELETRÔNICO

Nesta seção, demonstra-se os resultados obtidos investigando o Portal do Servidor da UEL, mais especificamente o Portal do Docente, analisando como é produzido e tramitado o documento do “Projeto

de Extensão Eletrônico da UEL”, considerando os critérios de autenticidade e confiabilidade do InterPARES.

Nesta pesquisa, adotou-se os critérios do InterPARES, considerando a importância desse estudo para aplicar nos ambientes de organizações públicas, visando a contribuir mais positivamente para a produção documental, nos fatores de segurança e confiabilidade dos documentos produzidos em meio eletrônico ou digital.

O documento investigado - Projeto de Extensão Eletrônico - é reconhecido dentre as atividades fim da Instituição, assim descritas: Ensino, Pesquisa e Extensão. Sendo o objeto da UEL e das demais instituições de ensino superior (IES) do Brasil.

Desse modo, esse estudo que visa a analisar se é autêntico e confiável o docu-

mento “Projeto de Extensão Eletrônico”, certamente apresenta profunda relevância para as ações extensionistas da Instituição, bem como para a gestão documental das unidades acadêmicas e administrativas.

Na sequência, o que pretende-se demonstrar se restringe apenas a interface referente ao Projeto de Extensão Eletrônico, observando a variedade e a dimensão das funcionalidades disponíveis no Sistema UEL.

Na Figura 2, a seguir, visualiza-se a tela de acesso no Portal do Professor do Sistema UEL, com a sua interface Web, onde solicita-se o Número da Matrícula ou Chapa (01), a Senha Pessoal (02), como fator de segurança, os caracteres de criptografia (03), e para acessar, basta clicar na opção “Login”.

Figura 2: Tela de *Login* no Portal Web do Professor

Fonte: Manual do Usuário - SGP⁶

Nessa Tela anterior (Figura 2), observa-se a necessidade de inserir um código de criptografia (03), geralmente utilizado para aumentar a segurança no acesso ao Sistema UEL. Esse código é exigido para todos os tipos de usuários (Portal do Professor, Aluno e Servidor). As três (03) barreiras de controle de acesso permitem ao Administrador do Sistema (ATI – Assessoria de Tecnologia da Informação da UEL), ter a certeza que o usuário que está acessando realmente pode ser o utilizador cadastrado nos módulos a serem considerados, ou seja, que o usuário é o real utilizador das funcionalidades destinadas a este usuário, diminuindo a margem de erro ou risco de exposição do sistema a contraventores (hackers) ou elementos mal intencionados.

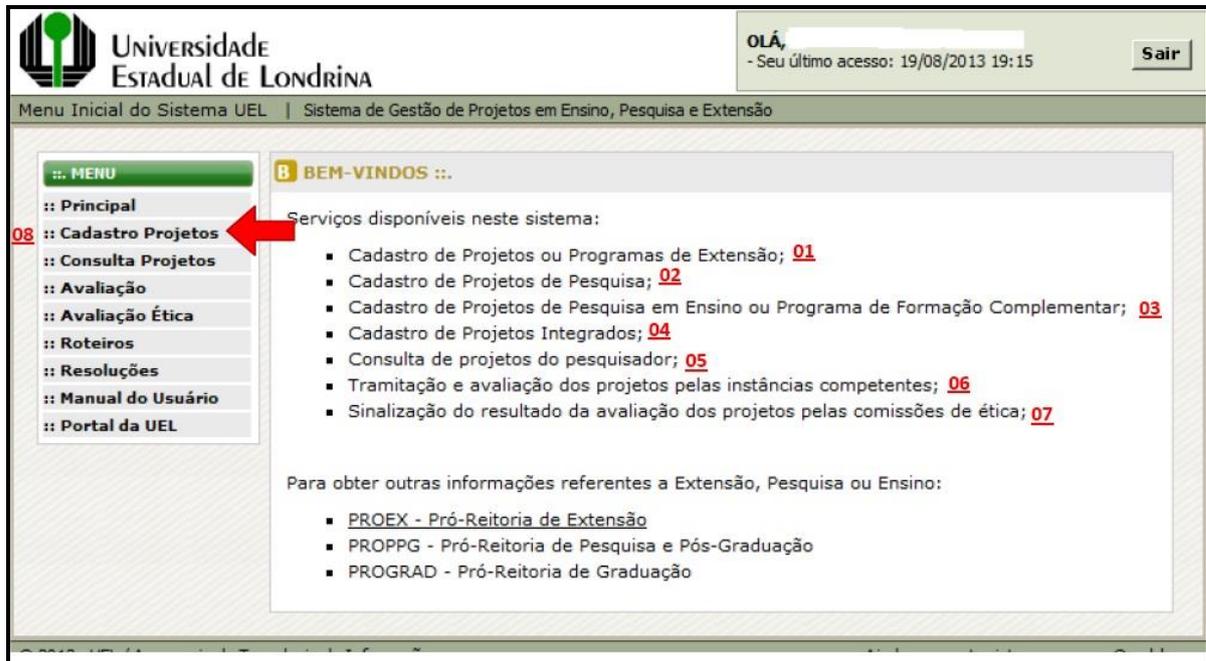
Dessa forma, nessa restrição de acesso, desde o momento do Login, observou-se a adoção dos critérios do InterPA-RES, dentre eles: forma fixa – quando permite-se, conforme o seu perfil, que o conteúdo dos documentos, acessados pelo usuário somente sejam modificados se o usuário ter a liberação dessa modificação, ou ter solicitado essa liberação.

No caso investigado do Sistema UEL, desenvolvido por equipe multidisciplinar envolvendo a ATI e o SAUEL, quando o usuário Docente precisa inserir quaisquer dados no Projeto Inicial (Projeto de Extensão), ou seja, nos dados do cadastro do Projeto é necessário que esse usuário procure a ATI para que possa ser inserido. Por exemplo, novas palavras-chave, novos membros colaboradores, novas fases, ou quaisquer dados que ainda não tinham sido programados no início do Projeto e que não poderiam ser feitos na forma de novos projetos adicionais a esse Projeto de Extensão inicial.

A seguir, pode-se visualizar a tela do Portal Web do Professor (Figura 3), o qual disponibiliza as funcionalidades de Cadastro de Projetos, Consulta Projetos, Avaliação e Avaliação Ética – que é visível conforme o perfil do Professor cadastrado no Sistema, em caso de exercer atividades de Coordenação de Comissão de Extensão, Pesquisa ou Ensino, ou ainda Comissão Ética ou outras que possam exigir do Docente a realização de tarefa para a avaliação do conteúdo dos projetos cadastrados.

⁶ Manual do Usuário – SGP. Disponível em: <https://www.sistemasweb.uel.br/system/prj/gp/arquivos/manual_usuario_v2.pdf>. Acesso em 05 Fev. 2015.

Figura 3: Tela de Acesso no portal do professor



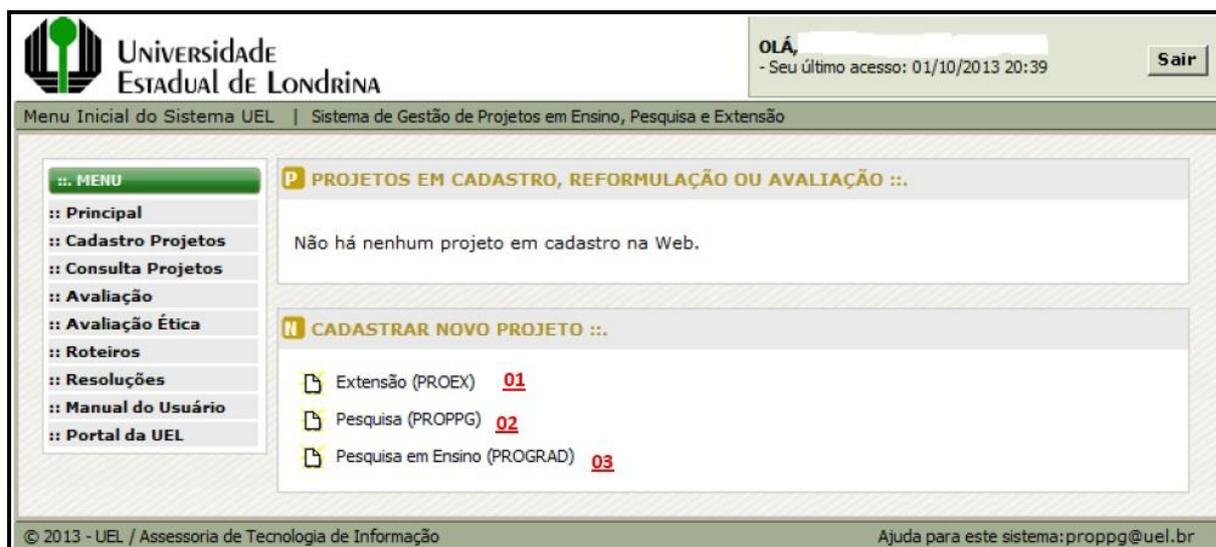
Fonte: Manual do Usuário - SGP

Na Figura 3, visualizada anteriormente, pode-se observar também que na opção de “Cadastro Projetos” (8) o usuário “professor” tem acesso aos serviços, em que, por meio dessa interface, o professor visualiza a Tela do Sistema de Gestão de Projetos em Ensino, Pesquisa e Extensão, ao qual dispõe dos serviços de Cadastro de Projetos ou Programas de Extensão e outros (1); Cadastro de Projetos de Pesquisa (2); Cadastro de Projetos de Pesquisa em Ensino ou Programa de Formação Complementar (3); Cadastro de Projetos Inte-

grados (4); Consulta de projetos do pesquisador (5); Tramitação e avaliação dos projetos pelas instâncias competentes (6); Sinalização do resultado da avaliação dos projetos pelas comissões de ética (7);

Diante dessa grande variedade de funcionalidades dispostas nessa Interface Web do Sistema UEL (Figura 3), identifica-se com um cursor em vermelho a função de “Cadastro Projetos” (08), clicando nessa opção, o usuário passa a visualizar as opções a serem preenchidas (Figura 4), a seguir.

Figura 4: Tela de Escolha do tipo de Projeto no portal do professor



Fonte: Manual de Usuário - SGP

Nessa Figura 4, têm-se as três (03) opções de tipos de projetos a serem criados na UEL, relativos às atividades fim e desenvolvidos por uma IES: Extensão (01), Pesquisa (02) e Ensino (03). A partir disso, optou-se por trabalhar com a Extensão, considerando que o objeto dessa pesquisa é o documento “Projeto de Extensão Eletrônico”, tratando-se, esse, de um conjunto de documentos que compõem o cadastro e demais atividades desenvolvidas durante a realização de um planejamento de ações extensionistas, como meio para aproximar a teoria da prática e a Universidade do Mercado, respectivamente.

Ressaltando que o Projeto de Extensão é cadastrado desde o ano de 2009 somente em meio eletrônico, utilizando-se do Sistema UEL, bem como é acompanhada a sua tramitação e geração de relatórios por meio do mesmo acesso, no caso, do usuário Docente.

Dessa forma, o cadastro do Projeto de Extensão é desenvolvido por meio do preenchimento dos dados em seus respectivos campos, iniciando-se com o Cadastro de Dados Básicos (Passo 1), conforme visualizado na Figura 5, até o quinto passo (Passo 5).

Figura 5: Tela de Cadastro do Projeto no portal do professor (em branco)

The screenshot shows a web interface for project registration. On the left is a vertical menu with the following items: MENU, Principal, Cadastro Projetos, Consulta Projetos, Avaliação, Avaliação Ética, Roteiros, Resoluções, and Portal da UEL. The main content area is titled 'CADASTRO DE DADOS BÁSICOS - PASSO 1'. It contains several form fields: 'Título' (a large text input area), 'Tipo de Cadastro' (a dropdown menu with a search icon and 'detalhes' link below it), 'Área Temática' (a dropdown menu), 'Linha de Extensão' (a dropdown menu), and 'Duração total' (a dropdown menu).

Fonte: Manual do Usuário - SGP

Sendo esta interface (Figura 5) de “Cadastro de Projeto - Passo um (1), em que o usuário professor deve cadastrar os dados básicos do Projeto, denominados metadados, que representam a informação registrada junto ao documento investigado. Esses dados serão muito relevantes para a tramitação do Projeto de Extensão.

Na sequência, descreve-se os passos seguintes, como não é considerada necessária a visualização desses passos através de ilustrações, evidencia-se a seguir os passos elencados a partir do Passo dois (2) até o Passo cinco (5):

Passo 2 – inclusão de participantes: nesse passo incluem-se os participantes, podendo ser docentes, discentes e agentes universitários ou colaboradores externos. Esses participantes devem ser cadastrados como coordenador, consultor ou colabora-

dor. Cadastrando também o número de horas a serem destinadas para atuar junto ao Projeto para cada participante, sendo que consultores não precisam cadastrar horas para participação.

Passo 3 – Vinculação de projetos ao programa de extensão – essa opção é utilizada somente se estiver cadastrando o programa de extensão. No caso, é limitado ao estudo do Projeto de Extensão. Nessa mesma fase são incluídas as palavras-chave vinculadas ao tipo de projeto.

Passo 4 – inclusão de arquivos anexos – nessa fase devem ser devidamente incluídos os arquivos referentes ao projeto, dentre eles o formulário “Roteiro Descritivo do Projeto”, modelo disponível no Portal Web da PROEX. E também o arquivo do “Convênio” que possa ser utilizado para

comprovar a existência do vínculo para desenvolver a ação extensionista.

Passo 5 – finalização do cadastro do Projeto – nesse passo é incluída a opção de “Li e concordo com os termos da resolução 70/2012”, afirmando uma comprovação regulamentária para o cadastro do Projeto, a qual deve ser observada pelo Docente que irá coordenar essa iniciativa. Finalizado o cadastro do Projeto, este é automaticamente enviado para a avaliação das comissões, respectivamente: Comissão de Extensão do Departamento, Comissão de Extensão do Centro e, após aprovado para a Comissão de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UEL.

Analisando todos os passos (Passo 1 ao 5), observa-se que é permitido cadastrar-se após ter todas informações necessárias, e assim que efetivar o cadastro, clicando em “finalizar”, este Projeto pode ser remetido a avaliação da Comissão de Extensão do Departamento vinculada ao Docente Coordenador do Projeto e, após aprovado nessa instância, irá para avaliação das demais comissões e conselhos.

Nesse contexto, observou-se a importância do papel dos usuários agentes universitários da PROEX, os quais são responsáveis por prestar informações à comunidade universitária sobre o funcionamento das ações extensionistas. Durante a investigação no estudo de caso, coletou-

se as informações com os usuários agentes universitários, ao qual relataram que o projeto de extensão, em sua diversidade, pode ser cadastrado por etapas, às quais podem retornar e continuar a ser alteradas normalmente. Entretanto, após a finalização desse cadastro não há mais como modificar, somente em exceções, quando as comissões avaliadoras solicitarem novas informações ou arquivos necessários para a execução do Projeto.

Observou-se por meio dos relatos dos usuários agentes universitários, que o Sistema UEL, especificamente o cadastro do Projeto de Extensão, ainda carece de um melhor monitoramento por parte da PROEX, que representa importante papel desde o auxílio na criação dos Projetos, prestando informações aos Docentes que irão coordenar, bem como a devida fiscalização do conteúdo destes Projetos, se estão pertinentes com as ações pretendidas a serem realizadas. Sendo assim, se ocorrerem quaisquer problemas no preenchimento, a PROEX não tem o recurso de comunicar ao usuário Docente, para que este providencie reparos antes do encaminhamento para a Comissão de Extensão do Departamento.

Permitindo-se um maior detalhamento da análise do Projeto de Extensão, conforme os critérios do InterPARES (2012), descreve-se a seguir:

1 - Conteúdo Estável, forma fixa e mídia estável: O documento Projeto de Extensão Eletrônico da UEL apresenta conteúdo estável, pois suas informações, depois de serem registradas a partir do término do preenchimento do formulário (Passo 1 ao 5), não podem ser alteradas sem a intervenção da ATI, mediante solicitação formal por meio da PROEX.

O documento Projeto de Extensão Eletrônico da UEL possui forma fixa, pois toda vez que é consultado ele se apresenta da mesma forma que possuía no momento de sua produção.

O Projeto de Extensão está fixado em uma mídia estável, pois se encontra armazenado em servidor do tipo storage HP.

2 - Contexto jurídico-administrativo, proveniência, procedimentos documentais tecnológicos: O documento Projeto de Extensão foi criado a partir da Resolução n. 1295 de 24 de novembro de 1988 que aprova a política de Extensão da Universidade Estadual de Londrina. O vínculo, ou relação orgânica, remete o Projeto de Extensão diretamente à PROEX, por sua natureza e gerenciamento integrado junto ao Sistema UEL. A proveniência, da mesma forma, remete-se ao Grupo de Documentos da PROEX, considerando que os documentos são destinados ao gerenciamento das ações extensionistas da UEL,

incluindo as informações cadastrais de cada membro do Projeto (Coordenador, Colaborador e Consultor).

3 - Pessoas envolvidas: Autor, Redator, Destinatário, Produtor, Originador. As pessoas envolvidas no Projeto de Extensão são os docentes, discentes, as comissões de avaliação e os funcionários da PROEX. Os discentes são limitados a serem apenas colaboradores, os docentes podem ser coordenadores e consultores. Entretanto, as comissões de avaliação são formadas por docentes e os autores e editores do documento podem ser os próprios docentes também, os funcionários da PROEX somente acompanham a tramitação e auxiliam com informações.

4 - Ação motivadora: Criar, Manter, Modificar, Extinguir situações: A ação que motivou a criação da entidade digital é a extensão universitária, já que os projetos de pesquisa em ensino de graduação, pesquisa, extensão e integrados constituem parte integrante e indissociável do processo educativo vivenciado na Universidade. Também evidencia a necessidade de reconhecer a produção acadêmica e científica docente, facilitando a tramitação de projetos e incentivando seu cadastramento na Instituição (Resolução CEPE/uel n°. 274, 2005).

5 - Vínculo Arquivístico: relação orgânica entre os documentos de uma

mesma ação – O vínculo arquivístico é evidente entre os documentos que compõem o conjunto de documentos que envolvem o Projeto de Extensão, considerando as etapas e os demais procedimentos que seguem a execução das ações extensionistas devidamente programadas ou adaptadas, conforme o contexto vivenciado para a realização do Projeto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contextualização da teoria dos arquivos estabeleceu-se as relações entre os documentos de arquivo tradicionais e eletrônicos, evidenciando-se que os requisitos que tornam um documento tradicional autêntico e confiável são os mesmos no contexto digital. Porém, os documentos digitais exigem maior atenção no fator autenticidade e acessibilidade.

A partir do estudo InterPARES, constatou-se a identificação de requisitos que são essenciais para que o documento arquivístico digital ou eletrônico possa ser considerado autêntico e confiável ao longo do tempo.

O estudo revelou que a entidade digital analisada, o documento Projeto de Extensão Eletrônico da UEL, é um documento arquivístico em potencial. Considerando que um Projeto somente se torna completo a partir do momento que for fina-

lizado, então esse documento apresenta-se como autêntico e confiável, já que o mesmo não pode ser editado ou modificado em nenhum momento após concluída a última etapa do processo de cadastro do documento no sistema, podendo ser somente incluído algum novo arquivo, quando solicitado pelas comissões avaliadoras.

O reconhecimento dos fatores de segurança da informação em meio eletrônico propiciou o confronto do documento Projeto de Extensão Eletrônico da UEL, constatando a serventia desse estudo para a gestão de documentos eletrônicos em ambientes universitários.

Ressalta-se ainda, que dentre os projetos possíveis de serem criados referentes à Extensão, foi dada ênfase ao Projeto de Extensão, considerando a sua importância para a produção de ações extensionistas e aproximação da academia com o mercado, potencializando os talentos dos docentes e discentes.

Dessa forma, identifica-se que o documento é autêntico e confiável, podendo somente ser acrescentado de um melhor acompanhamento pela PROEX, visando a evitar a necessidade de inclusão de arquivos anexos após ter sido finalizado o cadastro do Projeto de Extensão.

**PRESERVATION OF DOCUMENTS DIGITAL ARCHIVAL AUTHENTIC: STUDY
“ELECTRONIC EXTENSION PROJECT” OF STATE UNIVERSITY OF LONDRINA
(UEL)**

ABSTRACT

This research was performed using the authenticity and reliability requirements recommended by InterPARES to the information in the document in digital media. Exploratory and bibliographic research of a qualitative nature was adopted as methodological procedures. Concepts and definitions regarding Archival Science in the context of digital archival document application, specifically the electronic extension project at State University of Londrina (UEL), were presented by applying the InterPARES criteria. By analyzing this document through access to UEL System in interface *Web*, from registration phase and processing to final disposal, the aim was to identify whether this digital document has the necessary requirements to be considered authentic and reliable. As a result, the Electronic Extension Project is stable, with its unalterable fixed form from its registration in the UEL system, preventing changes in its initial content. However, it is observed that the document could be produced closest to its users' needs, offering an evaluation of each project by PROEX employees, which would verify if the information is recorded correctly in order to be passed on to the evaluation commissions. Thus, it is shown that the electronic extension project has a better performance when the factors that provide the authenticity and reliability to its users are identified, transmitting greater reliability in the task registered in the system. This project can be considered a pilot project for implementation in other modules, processes and administrative and academic units at UEL, allowing several researches to improvement of this field in this institution.

Keywords: Archivistic. Diplomatic Archivistic. Electronic Extension Project. Digital Preservation. InterPARES.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Ações internacionais**. Projeto InterPARES.

Disponível em:

<<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=328&sid=42>>. Acesso em: 05 Fev. 2015.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli.

Arquivística: objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

_____. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BODÊ, Ernesto Carlos. **Preservação de documentos digitais**: o papel dos formatos de arquivo. 2008. Dissertação de Mestrado (Pós Graduação em Ciência da Informação), Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em:
<<http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/td>

e_busca/arquivo.php?codArquivo=4529>.
Acesso em: 05 Fev. 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.159**, de 08 de Janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 8 jan. 1991.

_____. **Lei nº 6.546**, de 04 de Julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 4 jul. 1978.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Publicações técnicas, n. 51. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf>. Acesso em: 05 Fev. 2015.

_____. Câmara técnica de documentos eletrônicos. **Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil**: versão 1.1, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/media/e-arq-brasil-2011-corrigido.pdf>>. Acesso em: 05 Fev. 2015.

_____. Câmara técnica de documentos eletrônicos. **Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, dez. 2012. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/diretrizes_presuncao_autenticidade_publicada.pdf>. Acesso em: 05 Fev. 2015.

_____. **Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

Disponível em:

<<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/carta.pdf>>. Acesso em: 05 Fev. 2015.

_____. **Resolução n. 25 de 27** de abril de 2007. Dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - **e-ARQ Brasil** pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Diário Oficial da União, Brasília, 27 de abril de 2007.

DURANTI, Luciana. (Coord.).

InterPARES Project: International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems. Disponível em: <<http://www.interpares.org>>. Acesso em: 05 Fev. 2015.

FERREIRA, Miguel. **Introdução a preservação digital**: conceitos, estratégias e actuais consensos. ed. electrónica. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>>. Acesso em: 05 Fev. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

INNARELLI, Humberto Celeste.

Preservação digital: a influência da gestão dos documentos digitais na preservação da informação e da cultura. **Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 72-87, jan./jun. 2011. Disponível em:

<<http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=15590>>. Acesso em: 05 Fev. 2015.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo teoria e prática**. 3. ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: FGV, 2006.

POZZEBON, Marlei; FREITAS, Henrique M. R. de. Pela Aplicabilidade - com um maior Rigor Científico dos Estudos de Caso em Sistemas de Informação. **RAC**, v.2, n.2, p.143-170, maio/ago. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v2n2/v2n2a09.pdf>>. Acesso em: 15 Fev. 2015.

ROCHA, Claudia Lacombe. Projeto InterPARES: Entrevista com Luciana Duranti. **Ponto de Acesso**, América do Norte, 3, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3316/2425>>. Acesso em: 15 Fev. 2015.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**. Paracambi: Faetec/IST, 2007. Disponível em: <http://professor.ucg.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3922/material/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf>. Acesso em: 15 Fev. 2015.

RONCAGLIO, Cynthia; SZVARÇA, Décio Roberto; BOJANOSKI, Silvana de Fátima. Arquivos, gestão de documentos e informação. **Enc. BIBLI: R. Eletr. Bibl. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. esp., 2º sem. 2004. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/913/1/ARTIGO_ArquivoGestaoDocumentosInformacao.pdf>. Acesso em: 15 Fev. 2015.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. 11. ed. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **Gestão de documentos eletrônicos**: uma visão arquivística. 2. ed. Brasília: Abarq, 2005.

SILVA, Fábio R. Pinheiro da. **InterPARES 3 Project**. Estudos de Caso da UNICAMP no âmbito do InterPARES 3. III Fórum de Informação em Saúde. Campinas: Arquivo Central/SIARQ-UNICAMP. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/IIIfis/pdf/InterPares_Parte2.pdf>. Acesso em: 20 Fev. 2015.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Londrina**. Disponível em: <<http://www.uel.br/sauel/portal>>. Acesso em: 20 Fev. 2015.

_____. **Pró-Reitoria de Extensão**. Disponível em: <<http://www.uel.br/proex/?novo-portal=true>>. Acesso em: 20 Fev. 2015.

_____. **Resolução n. 1295** de 24 de novembro de 1988. Aprova política de Extensão da Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <<http://www.uel.br/proex/?content=legisla.html>>. Acesso em: 20 Fev. 2015.

_____. **Sistema de Gestão de Projetos (SGP)** - Manual do Usuário. Versão 2.0. Disponível em: <https://www.sistemasweb.uel.br/system/p/rj/gp/arquivos/manual_usuario_v2.pdf>. Acesso em: 20 Fev. 2015.

_____. **Resolução CEPE n. 274** de 01 de novembro de 2005. Estabelece normas e procedimentos específicos para projetos de Pesquisa em Ensino de Graduação, Pesquisa, Extensão e Integrados. Disponível em: <http://www.uel.br/comites/cepesh/res_2742005.htm>. Acesso em: 20 Fev. 2015.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Estudos avançados em arquivologia**.

Marília: Cultura Acadêmica (Unesp), 2012. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf>. Acesso em: 20 Fev. 2015.

VIEIRA, Sebastiana Batista. **Técnicas de arquivo e controle de documentos**. Rio de Janeiro: Temas & Idéias, 2001.

Trabalho recebido em: 15 jul. 2014

Trabalho aceito em: 23 out. 2014

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI: UMA TRAJETÓRIA DE PARCERIAS*

Elenira Inês Prux**

Tadiane Tronca***

RESUMO

Relato sobre a trajetória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, órgão ligado à Secretaria Municipal da Cultura de Caxias do Sul, e os projetos desenvolvidos em parceria com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, visando à preservação, guarda, acesso e difusão do patrimônio documental público de Caxias do Sul.

Palavras-chave: Patrimônio documental. Projetos. Parcerias. Preservação.

* Trabalho – modalidade Comunicação Oral – do Eixo Temático “Inovação e sustentabilidade em arquivos”, apresentado em 22 de outubro de 2014 no VI Congresso Nacional de Arquivologia.

** Curso Superior em História - Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* eiprux@caxias.rs.gov.br

*** Curso Superior em Educação Física e Direito - Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* ttronca@caxias.rs.gov.br

É comum as instituições públicas, principalmente as de cunho cultural, apresentarem dificuldades em manter seus projetos e programas apenas com as verbas destinadas em seus orçamentos e por esta razão buscam apoio externo para garantir e aprimorar suas ações.

O Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami de Caxias do Sul faz parte desta realidade e, por essa razão, em toda sua trajetória, desenvolveu projetos em parceria com várias instituições, como adiante será relatado.

Criado em 05 de agosto de 1976, pelo Decreto Municipal nº 4047, destinava-se à guarda da documentação oficial e privada de interesse da História local e regional. Vinculado administrativamente ao Museu Municipal e funcionando em prédio anexo ao mesmo, ambos estavam subordinados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o que limitava ainda mais os recursos para suas atividades.

Vinte anos depois, em novembro de 1996, o acervo do Arquivo Histórico Municipal foi transferido para uma edificação¹ do início do século XX, tombada pelo Estado do Rio Grande do Sul, em 1986, e pe-

¹ A edificação conhecida como *antigo Hospital Carbone*, originou-se como *Casa de Negócios de Vicente Rovea & Cia*, tendo, na década de 1920, abrigado a *Casa de Saúde Dr. Carbone* e, posteriormente, o *Hospital Beneficente Santo Antonio*.

lo Município de Caxias do Sul, em 2002, ocupando-a parcialmente.



Figura 1: Prédio onde funcionou o Arquivo Histórico Municipal de 1976 a 1996, anexo ao Museu Municipal.



Figura 2: Atual prédio do Arquivo Histórico Municipal, situado na Avenida Júlio de Castilhos, 318.

Em 1997, pela Lei Municipal nº 4704, foi denominado Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami em homenagem ao cidadão caxiense que manteve, por muitos anos, o Centro Informativo da História Caxiense, destacando-se como pesquisador e escritor, apesar de trabalhar como barbeiro e alfaiate. Os documentos por ele recolhidos e preservados foram fundamentais para o início da formação do

acervo que hoje constitui o patrimônio documental público de Caxias do Sul.

Em 1998, pela Lei nº 5026, o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami foi desvinculado administrativamente do Museu Municipal, ano em que também foi criada a Secretaria Municipal da Cultura de Caxias do Sul e o Departamento de Memória e Patrimônio Cultural. Essas ações representaram não só um avanço significativo para o próprio Arquivo, mas também para a preservação da memória e do patrimônio, valorizando a cultura da cidade.

A primeira grande conquista da instituição refere-se ao próprio prédio, atual sede da instituição. Em 1979, a edificação estava por ser demolida e a equipe do Museu e Arquivo Histórico Municipal liderou uma exitosa campanha que contou com a participação da sociedade caxiense. A forma encontrada para viabilizar a sua preservação foi inédita: uma parceria foi estabelecida entre a Prefeitura e empresários da cidade, tendo sido a área adquirida por 18 empresas que permutaram a edificação por índices construtivos a serem utilizados no terreno remanescente. A permuta condicionava a destinação do prédio: abrigar a documentação histórica do município.

Já propriedade do Município², durante a década de 1980³ até meados de 1990, o prédio passou por várias reformas, sendo definitivamente entregue à comunidade, com total capacidade de uso, em dezembro de 1999.

Paralelamente aos esforços pela preservação do prédio e cientes do papel e da importância que o acervo representava para a cidade, a instituição destacou-se por sua dinamicidade naquele período inicial, desde a participação na elaboração das primeiras leis de proteção ao patrimônio histórico-cultural, até o desenvolvimento de atividades acima das suas reais possibilidades de orçamento, seja na realização de exposições e publicações, seja na classificação e guarda dos acervos recolhidos ou doados.

A então proximidade administrativa entre o Museu e o Arquivo Histórico Municipal propiciou a execução de atividades conjuntas, visto que as doações de peças museológicas normalmente eram acompanhadas de documentos relacionados às famílias, indivíduos e instituições, os quais eram encaminhados ao Arquivo. Assim,

² Em 25 de outubro de 1985, foi lavrada a escritura pública de sua doação ao Município.

³ Em dezembro de 1984, a Lei Municipal nº 2.946 autorizou o Poder Executivo a firmar convênio com a Fundação Nacional Pró-Memória, com a intervenção da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, a fim de iniciar o processo de melhorias o prédio.

por longo tempo, foi priorizado o trabalho com os acervos privados, pois a diversidade documental decorrente das diferentes origens fornecia amplo material para o desenvolvimento de atividades nas duas instituições.

Neste contexto, um grande volume de imagens fotográficas e de periódicos editados em Caxias do Sul foi reunido e, tratados como documentos especiais, tanto pelo suporte quanto pela guarda e descrição, foram responsáveis pelo desenvolvimento de dois importantes projetos na década de 1980: *Resgatando Velhas Imagens: levantamento e análise da produção fotográfica na região nordeste do Rio Grande do Sul – município de Caxias do Sul, 1875-1950* e *Imprensa, Memória e Preservação: recuperação e microfilmagem dos periódicos em Caxias do Sul 1897/1984*.

O primeiro deles, *Resgatando Velhas Imagens: levantamento e análise da produção fotográfica na região nordeste do Rio Grande do Sul – município de Caxias do Sul, 1875-1950*, resultou em convênios firmados entre a Prefeitura de Caxias do Sul e a Fundação Nacional de Artes - FUNARTE.

Tais convênios⁴ tinham por objetivo a realização de levantamento e divulgação, por meio de exposições e publicações, do

acervo fotográfico do município de Caxias do Sul e região. Para tanto, havia necessidade de localizar novos acervos de fotografias e documentos, realizar entrevistas para levantamento das biografias dos fotógrafos e adotar procedimentos técnicos de preservação, guarda e acesso.

Os convênios previam visitas técnicas da FUNARTE em forma de assessorias, destinação de equipamentos para montagem de laboratório fotográfico, bem como o fornecimento das fichas de identificação do acervo fotográfico pela instituição. O Município, por sua vez, representado pelo Museu e Arquivo Histórico Municipal, responsabilizava-se pelo levantamento, tratamento, pesquisas para descrição e a divulgação do acervo fotográfico.

Como resultado da parceria, houve uma significativa ampliação do acervo fotográfico. A importância desses registros para a história da cidade e da imigração resultou na organização de exposições temporárias realizadas na Sala de Exposições do Museu Municipal e no projeto Museus de Rua, que se constituía na montagem de painéis expositores para mostras fotográficas realizadas principalmente na praça central de Caxias do Sul.

As exposições *Caxias, Sua Gente, Sua História e Família & Cidade I e II*, realizadas neste período, marcaram o trabalho do Museu e Arquivo Histórico Mu-

⁴ Convênios n.ºs 164/82, 100/83, 105/85 e 91/87.

nicipal e moldaram sua identidade com a comunidade. Organizadas a partir do acervo doado, as exposições traziam um grande e diversificado público para dentro da instituição que demonstrava orgulho de ver-se retratado nas mostras, assim como do entrelaçamento de suas histórias com a da cidade e passou a colaborar não só com a identificação das fotografias, mas realizando novas doações.

O sucesso dessas exposições e das posteriores, cuja temática era sempre extraída de pesquisas realizadas durante o processamento dos acervos museológico, documental e dos registros de memória oral, transformou o Museu e Arquivo Histórico Municipal em um espaço de referência de cultura na cidade.

A parceria com a FUNARTE manteve-se ao longo dos anos, sendo que a instituição é sempre uma referência em relação ao tratamento dos acervos fotográficos.

Também como decorrência do trabalho e das pesquisas realizadas sobre os acervos, a instituição passou a sistematizar as informações através de publicações historiográficas. Foram criados boletins gráficos que cumpriam a função de divulgação do acervo, tais como o boletim *Cenas*, destinado à divulgação dos resultados de pesquisas sobre fotografias e fotógrafos de Caxias do Sul; o boletim *Memória*, sobre temas relacionados aos acervos e a história

local e o boletim *Ocorrências*, destinado a divulgar e registrar as pesquisas realizadas para a montagem de exposições, em grande parte centrada na história oral.

Além dos boletins, outro importante projeto foi desenvolvido com a Empresa Jornalística Pioneiro, no período de 1983 a 1986. Semanalmente, era veiculada no Jornal Pioneiro⁵ a página *Memória*, cujo texto era elaborado por integrantes da equipe do Arquivo Histórico Municipal.

Utilizando-se de uma linguagem jornalística, a publicação semanal tornou-se referência para pesquisas e um importante canal de comunicação. Por meio dela, diversos temas históricos locais foram explorados, sendo utilizada, também, como forma de divulgação da importância da preservação dos acervos público e privados.

⁵ O Jornal Pioneiro é um importante jornal da cidade fundado em 1948 e que permanece em circulação até os dias atuais.



Figuras 3 e 4: reproduções da página *Memória*, do Jornal *Pioneiro*.

O segundo importante projeto desenvolvido na década de 1980 foi *Impren-*

sa, Memória e Preservação: recuperação e microfilmagem dos periódicos em Caxias do Sul 1897/1984, que resultou em convênio firmado entre a Fundação Nacional Pró-Memória, Biblioteca Nacional, SPHAN e Prefeitura de Caxias do Sul/Museu e Arquivo Histórico Municipal, com o objetivo de realizar o levantamento, recuperar e microfilmar periódicos editados na cidade.

O projeto foi inserido no Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros e executado nos anos de 1984 a 1988, quando foram microfilmados todos os jornais existentes no Arquivo até aquela data e outros títulos cedidos por particulares. Coube à Biblioteca Nacional fornecer os filmes diazo e prata necessários à microfilmagem⁶ que foi realizada pela Rede Brasil Sul em Porto Alegre, sob orientação técnica daquela instituição. Os microfilmes em prata integraram o acervo da Biblioteca Nacional e as cópias diazo foram encaminhadas ao Arquivo Histórico Municipal, bem como às outras instituições que fizeram parte do projeto.

⁶ A lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, em seu artigo 1º, parágrafo 1º, diz: *Os microfilmes de que trata esta Lei, assim como as certidões, os traslados e as cópias fotográficas obtidas diretamente dos filmes produzirão os mesmos efeitos legais dos documentos originais em juízo ou fora dele;* e, em seu artigo 2º, *Os documentos de valor histórico não deverão ser eliminados, podendo ser arquivados em local diverso da repartição detentora dos mesmos.*

Pertencentes ao próprio acervo, destacam-se os jornais microfilmados *A Época*, de 1938 a 1956; *Caxias*, de 1927 a 1932; *Diário do Nordeste*, de 1951 a 1954; *Il Giornale Dell' Agricoltore*, de 1934 a 1939; *Jornal de Caxias*, de 1973 a 1985; e *O Momento*, de 1933 a 1951.

Os jornais *Cittá Di Caxias*, de 1918 a 1922, e *O Brasil*, de 1909 a 1924, assim como outros títulos, foram acrescentados na microfilmagem com exemplares da Biblioteca Nacional que o Arquivo não possuía.

Do conjunto total, incluindo os pertencentes a acervos particulares, salientam-se os primeiros jornais editados em Caxias, como *O Caxiense*, de 1897 e 1898; o *Il Colono Italiano*, de 1898; e *O 14 de Julho*, de 1902 a 1904, na época pertencente à família Eberle e que recentemente foram adquiridos com recursos próprios do Município.

Os jornais *Correio Riograndense*, de 1948 a 1954; e *Pioneiro*, de 1948 a 1985, foram cedidos pelas empresas responsáveis para complementação final das coleções na microfilmagem.

No decorrer do trabalho, o projeto foi ampliado e, além do levantamento e busca de novos acervos, o Arquivo Histórico Municipal realizou entrevistas com antigos jornalistas, editores, diretores, colaboradores de jornais da cidade, sendo o resultado do trabalho publicado no caderno

Histórias da Imprensa em Caxias do Sul, em 1988.

Na década de 1980, o grande avanço para as instituições arquivísticas se constituía na microfilmagem, até hoje reconhecida na forma da lei. Porém, com o avanço da tecnologia, a digitalização tornou-se a ferramenta mais utilizada na disseminação das informações. Em função disso, a partir de 2008, em parceria com a Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, a coleção de jornais foi digitalizada e está disponível para pesquisa no site www.camaracaxias.rs.gov.br.

Avançando na linha do tempo, outra importante fonte de apoio foi o Programa de Apoyo al Desarrollo de Archivos Iberoamericanos - ADAI, com sede na Espanha e intermediação do Arquivo Nacional, no Brasil. O Programa se constitui em um fundo financeiro multilateral de fomento ao desenvolvimento de arquivos dos países ibero-americanos para ações de preservação, conservação e restauração de arquivos, ampliação do acesso e a difusão dos documentos arquivísticos. Pelo referido Programa, foram aprovados 03 projetos nos últimos anos.

Na I Convocatória de Ayudas a Proyetos Archivisticos lançada pelo Programa, em 1999, o Arquivo conquistou a aprovação do projeto Preservando a nossa história: recuperação de conjuntos docu-

mentais do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, no valor de U\$ 11.170,00. Desenvolvido de maio de 2000 a janeiro de 2001, viabilizou a contratação de 05 estagiários que atuaram na Unidade de Documentação de Origem Particular, no Arquivo Permanente da Administração Pública, e na conservação e restauração. O projeto viabilizou, também, a microfilmagem de documentos do Arquivo Permanente da Administração Pública. Em contrapartida, o Arquivo Histórico Municipal designou servidores que coordenaram as atividades e atuaram em conjunto com os estagiários, forneceu o material necessário ao desenvolvimento das atividades, além de publicar o *Guia de Acervo*, contendo a descrição dos fundos documentais sob a guarda da instituição.

No desenvolvimento do projeto, foi realizado o processamento técnico dos conjuntos documentais correspondentes às diferentes fases da administração pública de Caxias do Sul: os produzidos pela Diretoria da Colônia (1875 a 1884), pela Comissão de Medição das Terras e Lotes (1884 a 1896) e pela Intendência Municipal (1890-1930), bem como o processamento técnico de conjuntos documentais de origem privada, composto por doações realizadas por famílias, indivíduos e empresas não governamentais, enfocando

aquelas relacionadas à produção vitivinícola da cidade.

Os arquivos foram higienizados, organizados, classificados e inventariados, totalizando mais de 200 mil documentos que receberam tratamento técnico e, paralelamente ao trabalho de classificação, foi realizada a restauração de documentos que necessitavam intervenção.

Finalizado o projeto, um grande volume de documentos pode ser disponibilizado para a pesquisa, atendendo a todos os objetivos de uma instituição arquivística.

Em 2002, com a aquisição do acervo fotográfico do Studio Geremia⁷ pela Prefeitura de Caxias do Sul, um novo projeto foi encaminhado ao Programa ADAI, dentro da IV Convocatória. O projeto intitulado *Imagens do Tempo – Recuperação do acervo fotográfico do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami*, no valor de U\$ 7.432,73, foi aprovado e desenvolvido de maio de 2003 a junho de 2004, possibilitando a preservação do acervo de negativos em vidro e sua disponibilização para a pesquisa.

A quantidade de material e a qualidade dos mesmos em termos de registro histórico, bem como a complexidade do trabalho, levaram o Arquivo a solicitar à

⁷ O *Studio Geremia* exerceu suas atividades no centro de Caxias, de 1911 a 1997, retratando ao longo de quase um século, a cidade sob os mais variados aspectos.

FUNARTE uma assessoria técnica para orientar a higienização, acondicionamento e processamento arquivístico.

Como resultado da assessoria, a FUNARTE encaminhou proposta de convênio ao Ministério da Cultura - MinC para realização de uma oficina de preservação e um curso de reprodução de negativos de vidro em Caxias do Sul, o que instrumentalizou, também, representantes de laboratórios fotográficos que poderiam executar o trabalho de reprodução do material conforme proposto no projeto.

A oficina *Introdução à Conservação e Preservação Fotográfica*, realizada no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, de 1º a 05 de dezembro de 2003, com carga horária de 40 horas, foi direcionada a arquivos, museus, bibliotecas e profissionais da área da fotografia. Foi ministrada pelas técnicas Sandra Baruki, Nazareth Coury e Ana Maria Ribeiro, contemplando dezesseis profissionais do Rio Grande do Sul, sendo três deles funcionários do Departamento de Memória e Patrimônio Cultural de Caxias do Sul.

O curso *Reprodução Fotográfica e Duplicação de Negativos de Vidro* foi realizado no Centro de Teledifusão Educativa de Caxias do Sul – CETEL, da Universidade de Caxias do Sul, em função da estrutura disponível naquele espaço, no período de 15 a 19 de dezembro de 2003, com car-

ga horária de 40 horas. Direcionado a profissionais que trabalhavam com reprodução de fotografias, o curso foi ministrado pelos técnicos Daniela Cristina Silva e Cleber Santos Sardinha, contemplando dez profissionais do Rio Grande do Sul, sendo quatro deles de Caxias do Sul.

Concluído o projeto, foram processados 8.349 negativos em vidro de dimensões variando entre 06x06cm e 25x30cm. Como havia previsão de reproduzir somente uma parte do acervo, foram selecionadas imagens de interesse coletivo como paisagens urbanas, eventos religiosos, políticos e da economia da cidade. O resultado foi a reprodução de 1.500 negativos de diferentes tamanhos, com a geração de cópia contato, produção de negativo de segunda geração e cópia em papel fotográfico.

Ao final do projeto, com os rendimentos da verba repassada pelo Programa ADAI, o Arquivo publicou um boletim *Cenas* sobre o projeto *Imagens do Tempo*, bem como sobre a produção do *Studio Geremia*.

A aquisição do acervo e a consequente realização do projeto representaram um avanço significativo na política cultural de preservação da memória e valorização do patrimônio cultural tanto pela importância dos registros fotográficos, quanto pela destinação direta de recursos do orçamento municipal para a compra do

mesmo. Ressalta-se que, além dos negativos em vidro, o fundo possui em torno de 200 mil imagens em negativos de acetato que ainda hoje estão recebendo tratamento técnico pela instituição.

Em 2008, o projeto intitulado *A Voz da Memória – o passado preservado na tecnologia digital* foi aprovado na XI Convocatória do Programa ADAI e contemplou a captação, digitalização e restauração de entrevistas realizadas pelo setor Banco de Memória ao longo dos anos, gravadas em fitas K7, totalizando 436 fitas. O recurso, no montante de 6.751,82 €, foi repassado em abril de 2010 e sua execução deu-se até julho de 2011.

As fitas foram encaminhadas semanalmente à empresa vencedora do processo licitatório, a Holder Caxias – soluções em Áudio e Vídeo, que realizou a captação, digitalização e, quando possível, melhorias no áudio, retirando ruídos e sons que interferiam nas gravações.

O trabalho resultou na geração de cópias em CDs e DVDs, sendo que as fitas analógicas foram mantidas, com os procedimentos de preservação e guarda, na sala climatizada do Arquivo Histórico Municipal. Todas as entrevistas digitalizadas foram revisadas, sendo possível recuperar trechos que estavam inaudíveis, indexadas na base de dados da instituição e suas

transcrições disponibilizadas em formato pdf.

Salienta-se que o setor Banco de Memória possui um acervo de mais de 1.000 entrevistas, além de palestras, discursos e debates com políticos da cidade, e a recuperação e migração das entrevistas gravadas em suportes analógicos para o digital asseguram a preservação dessas fontes orais.

Em 2005, o Arquivo Histórico Municipal, buscando nova fonte externa de recursos, participou do edital nº 01/2005 do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com o projeto *Preservação do Acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami*. O projeto tinha por objetivo aprimorar e modernizar as condições de guarda e preservação do acervo documental da instituição, por meio da aquisição de sistemas de arquivos deslizantes e climatização da sala para a guarda do acervo iconográfico.

Num total de 463 projetos apresentados, 295 foram pré-selecionados na primeira etapa e 35 na segunda etapa, e, destes, somente 20 aprovados, sendo apenas um projeto no Rio Grande do Sul, aquele apresentado pelo Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

O BNDES repassou a verba de R\$ 306.856,00 e a Prefeitura participou com a

contrapartida de R\$ 68.515,30, perfazendo um total de R\$ 375.371,30 investidos na realização do projeto.

A concretização do projeto deu-se a partir de 2007 com a execução da primeira etapa da licitação que contemplou a aquisição e instalação de dois sistemas de arquivos deslizantes destinados à Hemeroteca, Biblioteca e Arquivos Privados, o que ocorreu nos meses de setembro a dezembro daquele ano.



Figura 5: Arquivo deslizante - hemeroteca e biblioteca.



Figura 6: Arquivo deslizante - arquivos privados.

A segunda etapa da licitação ocorreu nos meses de abril a julho de 2008, resultando na aquisição e instalação de quatro sistemas de arquivos deslizantes destinados à guarda dos documentos de origem pública e do acervo fotográfico e, ainda, na aquisição de um sistema de climatização para a sala específica de guarda do acervo iconográfico da instituição.

Esse projeto foi de grande importância para o aprimoramento das condições de guarda, reafirmando o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami como uma referência para as instituições arquivísticas e museológicas da região.



Figuras 7 e 8: Arquivo deslizante - arquivo público.



Figuras 9 e 10: Arquivo deslizante - acervo iconográfico.

Outro relevante projeto transpôs o Arquivo Histórico Municipal dos métodos tradicionais de trabalho ao uso de sistemas informatizados. Desenvolvido em parceria com a Associação dos Amigos da Memória e Patrimônio de Caxias do Sul - Mousai, o projeto *Informatização do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami de Caxias do Sul* foi inscrito e aprovado no Edital 002/2005 do Programa Caixa de Adoção de Entidades Culturais, permitindo

a aquisição de equipamentos de informática e desenvolvimento de um sistema de base de dados, perfazendo um valor total de R\$ 114.129,00. Destaca-se que em um universo de 197 participantes, somente 31 foram contemplados.

Os equipamentos adquiridos foram os seguintes: 01 Servidor ML 150, 14 microcomputadores, 01 *Switch* 24 portas, 01 impressora Multifuncional, 01 impressora *Deskjet*, 01 impressora Laser, 03 *Scanner* digitalização, 02 gravadores de voz digital, 01 Estação *Wireless* e 01 *Print Server*.

A base de dados foi desenvolvida pela empresa Control S.A., de Porto Alegre, de acordo com as necessidades de descrição arquivística dos fundos documentais de origem pública e privada, em consonância com as especificidades respeitando a origem e os diferentes suportes sob a guarda da instituição.

Inicialmente implantada na plataforma Winisis, necessitou ser migrada para o Programa ABCD. Atualmente, estuda-se a migração dos dados para o Programa Ica-AtoM, de acordo com as normas de descrição arquivística.



Figura 11: Terminais de pesquisa.



Figura 12: Treinamento dos servidores na base de dados.

As novas tecnologias são importantes para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades arquivísticas. Dessa forma, a informatização qualificou não só o processamento técnico e a descrição do acervo documental, mas também ampliou o acesso à informação e as condições de pesquisa, potencializando a comunicação

entre o Arquivo Histórico Municipal e seus usuários.

Ressalta-se que a pesquisa é realizada na forma presencial, porém, atualmente, estão sendo realizados estudos para ampliação do site da Secretaria da Cultura/Prefeitura de Caxias do Sul, contemplando a inserção da base de dados da instituição.

Na mesma época em que o Arquivo Histórico Municipal foi contemplado pelo edital da Caixa Federal, foi também inserido no projeto *Valorização do Turismo Integrado à Identidade Cultural dos Territórios - VICTUR*, financiado pela União Europeia, que envolveu colaboradores de cinco países, tendo Caxias do Sul como cidade coordenadora.

Uma das etapas do projeto foi a realização do inventário do patrimônio arquitetônico que teve como subsídio para a pesquisa, o acervo fotográfico da instituição. Pelo projeto foram adquiridos os equipamentos: 01 máquina fotográfica Sony DSC-W50, 01 micro computador AMD ATHLON, 01 scanner MICROTEK 9800XL e 02 softwares Adobe Photoshop CS2, que contribuíram para o aprimoramento das atividades do setor.

Também pelo Projeto VICTUR foram realizados curso e seminário relacionados à informatização de arquivos fotográficos.

O curso *Digitalização de Arquivos Fotográficos* foi realizado de 23 a 27 de abril de 2007, no Arquivo Histórico Municipal. Ministrado por Gian Lucca Eulisse e Fiametta De Salvo, técnicos do Arquivo Histórico da Província de Treviso, Itália, foi dirigido aos técnicos das instituições envolvidas no projeto VICTUR.

O Seminário *Arquivos Fotográficos na Era Digital* foi realizado nos dias 26 e 27 de abril, na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, e, além dos técnicos italianos, contou com a participação da especialista brasileira Solange Garcia de Zúniga.



Figura 13: Curso *Digitalização de Arquivos Fotográficos*



Figura 14: Seminário *Arquivos Fotográficos na Era Digital*

Por fim, em mais uma iniciativa conjunta entre o Arquivo Histórico Municipal e a Moúsai, o projeto de restauração do álbum fotográfico *Recordação das Colônias Conde D'Eu, Dona Isabel, Alfredo Chaves, Antonio Prado e Caxias – Rio Grande do Sul*, no valor de R\$ 33.645,00, foi apresentado e aprovado no sistema da Lei de Incentivo Municipal à Cultura de Caxias do Sul, em dezembro de 2013. O referido projeto teve como patrocinadora a empresa Randon S/A e, desta forma, o álbum produzido nos anos de 1880/1900, cujas fotografias registram os primórdios da imigração na região nordeste do Rio Grande do Sul, pode ser encaminhado, no início de 2014, para ser restaurado por empresa indicada pela FUNARTE, sediada no Rio de Janeiro.

O processo de restauro prevê a desmontagem, tratamento e remontagem do álbum; a digitalização e tratamento das imagens; o tratamento do papel suporte e das 67 fotografias, bem como o registro das intervenções de restauro.

O resultado final, previsto para o corrente ano, permitirá que esse raro documento histórico seja preservado e difundido na comunidade em condições à altura de seu valor.



Figura 15: Álbum *Recordação das Colônias Conde D'Eu, Dona Isabel, Alfredo Chaves, Antonio Prado e Caxias – Rio Grande do Sul*.



Figura 16: Restauração do álbum, maio de 2014

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul iniciou suas atividades como instituição anexa ao Museu Municipal e a ele subordinado e, com o passar dos anos, conquistou uma nova sede, sua desvinculação administrativa, autonomia e direção própria.

Uma característica fundamental da equipe sempre foi a de buscar o estabelecimento de parcerias, financiamentos por meio de editais de apoio ou similares, com

o objetivo de ampliar o acervo e aprimorar não só os procedimentos técnicos adotados pela instituição, mas os programas e projetos voltados à comunidade, pois além do trabalho de descrição, guarda e preservação, a instituição desenvolve também pesquisas e publicações com o objetivo de divulgar o conteúdo de seu acervo e contribuir para o conhecimento da história do Município.

Assim, ao longo do tempo, o Arquivo Histórico Municipal trabalhou juntamente a instituições nacionais e internacionais, desenvolvendo projetos importan-

tes de preservação, guarda, acesso e difusão do seu acervo. As ações desenvolvidas nestes 37 anos de existência da instituição construíram lentamente uma instituição de referência nacional e internacional em matéria de preservação e acesso às fontes de pesquisa, principalmente em relação aos temas imigração e povoamento na Região Nordeste do Rio Grande do Sul.

Atualmente, o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami é uma referência consolidada em sua área de atuação, uma trajetória marcada por lutas, parcerias e dedicação do quadro funcional.

MUNICIPAL HISTORICAL ARCHIVE JOÃO SPADARI ADAMI: A PATH OF PARTNERSHIPS

ABSTRACT

Report about the trajectory of Municipal Historical Archive “João Spadari Adami”, connected to Caxias do Sul Department of Culture, and the projects developed in partnership with public and private, national and international institutions aiming at the preservation, custody, access and dissemination of Caxias do Sul public documental heritage.

Keywords: Documental heritage. Projects. Partnerships. Preservation.

REFERÊNCIAS

HENRICHES, Liliana Alberti. (Org.). **Patrimônio Cultural de Caxias do Sul:** museus e acervos. Caxias do Sul: Secretaria da Cultura, 2013.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro e DAL BÓ, Juventino. Memória, educação e cidadania. In: **Ciências & Letras.** – n. 1 (ago.1979) – Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 1999.

MUSEU E ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. **Histórias da imprensa de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Empresa Jornalística Pioneiro, 1988.

MUSEU E ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. **Relatórios de atividades**. Ca-

xias do Sul: Secretaria da Cultura, 1976-2013.

TONUS, João Wianey; TRAVI, Claudete Maria Taiarol. **Projeto URB-AL/VICTUR**: valorização do turismo integrado à identidade cultural dos territórios. Caxias do Sul, RS: Belas Artes, 2007.

Trabalho recebido em: 15 jul. 2014

Trabalho aceito em: 23 out. 2014

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ARQUIVO: UMA INICIATIVA NO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO DA COC*

Felipe Almeida Vieira**

Jefferson Almeida Silva***

RESUMO

O trabalho traz o relato de uma iniciativa de educação patrimonial do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz: a publicação de um livro ilustrado voltado para o público infanto-juvenil, resultado de uma metodologia de trabalho multidisciplinar e fortemente alicerçada sobre a pesquisa bibliográfica e documental, na qual se pretende retratar a história da saúde pública no Brasil através do vasto acervo documental sob guarda dessa instituição arquivística. Assim, a publicação aqui apresentada é pensada como parte de um processo educativo que tem o “patrimônio cultural como fonte primária”. Para tal, busca-se compreender a emergência do conceito de educação patrimonial como consequência da ressignificação das noções de patrimônio cultural e memória social ocorrida em meados do século XX. Com isso, a educação passou a ser um recurso estratégico de aproximação da sociedade com seus bens culturais. No Brasil, essa relação entre patrimônio e educação não é recente, porém entre as instituições arquivísticas e centros de documentação as experiências ainda são reduzidas e pontuais. Dessa forma, a reflexão proposta tem por objetivo estabelecer uma prática de educação patrimonial permanente e sistemática no arquivo, unindo-se a outras experiências que a Casa de Oswaldo Cruz desenvolve nesse campo.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Arquivo. História da Saúde. Brasil.

* Trabalho – modalidade Comunicação Oral – do Eixo Temático “Patrimônio documental e memória”, apresentado em 22 de outubro de 2014 no VI Congresso Nacional de Arquivologia.

** Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). *E-mail:* felipevieira@fiocruz.br

*** Mestre em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atua na Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). *E-mail:* jeffersonalmeida@fiocruz.br

1 INTRODUÇÃO: O CONCEITO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Elaborar projetos educativos voltados para a disseminação de valores culturais, formas e mecanismos de resgate, preservação e salvaguarda, assim como para a recriação e transmissão desse patrimônio às gerações futuras é, sobretudo, um projeto de formação de cidadãos livres, autônomos e sabedores de seus direitos e deveres. (CASCO, s. d.)

Uma das características mais marcantes da realidade cultural das sociedades modernas, sobretudo a partir de meados do século XX, é a crescente preocupação com a preservação e valorização de seu patrimônio. Em verdade, desde seu início, a modernidade traz consigo esta preocupação, tendo em vista a necessidade de forjar identidades coletivas responsáveis por estabelecer um sentimento de pertencimento capaz de conferir sentido e coesão ao novo tipo de organização social baseada em Estados nacionais. Por conseguinte, a necessidade de afirmar particularidades e distinções de caráter nacional, bem como a de legitimar a estrutura socialmente desigual no interior das modernas sociedades capitalistas, puseram em marcha, ainda que variando a intensidade de país a país, um projeto de homogeneização cultural alicer-

çado sobre a edificação de monumentos e a criação de instituições capazes de oficializar e salvaguardar às futuras gerações os bens patrimoniais que, mesmo assentados nos padrões e valores caros especificamente às elites, evocavam o todo, pretender-se-iam representativos da história e da cultura de toda a nação; assumindo, pois, a condição de repositórios materiais¹ da memória nacional (LE GOFF, 2012).

Não obstante, com o fim da Segunda Grande Guerra e a crescente expansão dos valores democráticos que a ela se seguiu mundo afora, teve lugar uma transformação significativa e duradoura deste cenário. Em detrimento à afirmação de identidades nacionais e à homogeneização cultural que daí decorria, foi ganhando cada vez mais espaço a partir de então aspectos que lhes são opostos. Isto é, o “nacional” vem cedendo lugar tanto ao “global” quanto ao “local”, e a consequência que se vê decorrer deste processo de maneira crescente é a busca pelo respeito às diferenças – sejam elas étnicas, sociais, regionais, raciais, etc. – e a valorização da diversidade cultural da humanidade.

Os efeitos desta transformação paradigmática se fizeram (e se fazem) sentir em diversos âmbitos e esferas da vida social. Entretanto, tendo em vista os limites deste

trabalho, atentamos especificamente para três deles, pois, nos parecem particularmente importantes devido a relação que possuem entre si: 1) O declínio da História Política tradicional em detrimento à História Cultural e à Antropologia como chaves interpretativas privilegiadas na produção acadêmica em ciências humanas (CARDOSO, 1997; FALCON, 1997; LE GOFF, 2012); 2) A reformulação de preceitos teóricos importantes na área da Educação e a renovação pedagógica que a acompanha, de modo que, a educação fora da escola, não-formal, passa ser crescentemente valorizada, e a relação ensino-aprendizado procura se definir com base na individualidade do aluno e na realidade socioeconômica e cultural em que está inserido (MORAES, 2003), e; 3) A ampliação das ações de preservação do patrimônio e sua própria redefinição conceitual, na qual se afasta cada vez mais do “histórico e artístico nacional” em favor do “cultural”, reconhecendo e legitimando a grande variedade de formas de se organizar e viver que caracterizam a humanidade, e alargando suas dimensões cognitivas para enquadrar também sob sua égide os aspectos imateriais da cultura.²

Em síntese, convém destacar que apesar de estarem distintamente localizadas, estas três ordens de fatores se associam e, tanto no Brasil quanto no exterior, se influ-

enciam mutuamente no horizonte de um movimento mais amplo de expansão dos valores democráticos no qual estão inseridas; e que se caracteriza, em larga medida, pelo crescente reconhecimento e valorização dos diferentes grupos e modos de vida. Tal conjuntura está, pois, na base de um processo de ressignificação das noções então aceitas de patrimônio cultural e memória social.

Assim, passam adotar uma conotação política e social nova, na medida em que têm se convertido em estratégia das mais relevantes para a afirmação de preceitos democráticos, tendo em vista sua crescente mobilização no sentido do reconhecimento de direitos, do acesso à cidadania, e mesmo da reprodução das condições de existência, para um número cada vez maior de indivíduos e grupos sociais geralmente localizados fora dos espaços mais valorosos e prestigiados da estrutura social.

No entanto, também adotam um sentido teórico-metodológico inteiramente diverso enquanto consequência direta das transformações paradigmáticas enunciadas anteriormente. Ou seja, ao passo que a política de preservação cada vez mais se estrutura intelectualmente sobre os princípios da Antropologia e de seu método etnográfico, as ações efetivas de salvaguarda do patrimônio e de resgate da memória se afastam da

“história épica” preconizada pelas elites para se aproximarem do elemento popular, valorizando e protegendo seus bens culturais, através de uma intervenção progressivamente focada na cultura viva que emana da vida local, da vida comunitária.³

Estes novos sentidos assumidos pelo patrimônio cultural e pela memória social convergem, pois, para reforçar ainda mais a necessidade de cumprimento satisfatório dos objetivos fundamentais da política de preservação do patrimônio e das instituições que a realizam; ou seja, a difusão e a apropriação social dos bens culturais salvaguardados. É, pois, em função desta realidade que a pedagogia contemporânea está cada vez mais associada às ações de preservação. Suas novas bases teóricas e práticas têm permitido fazer da educação um recurso estratégico relevante para uma maior aproximação da sociedade com seus bens culturais; contribuindo enormemente para o incremento da cidadania cultural e da legitimidade destas ações (FRATINI, 2009). A política de preservação do patrimônio encontra na educação, portanto, uma aliada de primeira hora.

Contudo, educação e patrimônio não têm uma relação recente. As instituições museológicas há muito tomaram para si a responsabilidade de estabelecer um caráter educativo às suas atribuições. Para se ter

uma ideia, no Brasil, “já no anteprojeto para a criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN [1936], Mário de Andrade apontava para a relevância do caráter pedagógico estratégico dos museus” (FLORÊNCIO et. al., 2014, p. 5). Não por acaso, o que se entende hoje por educação não-formal, em grande parte, está diretamente vinculado à ação mesma destas instituições.

Entretanto, é a partir de meados do século, dentro do contexto de mudanças abordado acima, que a relação entre educação e patrimônio se aprofunda, ganhando novos contornos. Pode-se mesmo dizer que entra numa nova fase, uma vez que se constitui em um campo específico de reflexão e atuação, com métodos e técnicas que lhe são próprios, e que se estrutura com base no conceito de educação patrimonial; isto é, “o ensino centrado nos bens culturais, a metodologia que toma esses bens como ponto de partida para desenvolver a tarefa pedagógica; que considera os bens culturais como fonte primária de ensino” (GRUNBERG, E., sem data, p. 5). Espaço essencialmente interdisciplinar e multiprofissional é também multicêntrico. Atualmente, para além dos museus, iniciativas de educação patrimonial são desenvolvidas por diversas instituições da sociedade civil e do poder público – co-

mo escolas, instituições arquivísticas, ONGs, e etc. – com vistas a cumprir o papel de aproximar a sociedade de seu patrimônio cultural, e com isto, contribuir com a democratização do acesso à cultura e a promoção da cidadania. Como observa Fratini (2009, p. 41):

A educação patrimonial pode contribuir de forma muito relevante para a democratização da cultura e ao acesso à informação, para a incorporação do patrimônio por toda a sociedade – não somente por alguns –, e para a formação de cidadãos capazes de se reconhecer como parte desse patrimônio histórico-cultural.

Devido ao caráter interdisciplinar e multiprofissional que lhe constitui, sob o signo da educação patrimonial cada vez mais têm surgido iniciativas diferentes – na forma e no conteúdo – voltadas ao ensino construído com base nos bens culturais, sejam eles já sob proteção e guarda institucionais ou não. São eles as fontes privilegiadas para a produção do conhecimento em um número cada vez maior de exposições, publicações, oficinas, cursos, enfim, em uma gama extensa de projetos e iniciativas que faz com que, segundo pensamos, a melhor definição de educação patrimonial seja aquela defendida atualmente pela Coordenação de Educação Patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CEDUC/IPHAN), e

encontrada em Florêncio (et. al., 2014, p. 19):

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.

Em nosso país, os aspectos práticos e conceituais da educação patrimonial foram introduzidos por ocasião do 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado no Museu Imperial, na cidade de Petrópolis em 1983. (FRATINI, 2009). À luz da história da preservação do patrimônio no Brasil (FONSECA, 2005), trata-se, portanto, de um campo teórico-prático ainda recente e pouco explorado, mas que tem se desenvolvido bastante nos últimos anos. Inicialmente vinculada às instituições museológicas – seguindo uma tendência internacional –, a educação patrimonial rapidamente ampliou suas dimensões através de uma maior aproximação com as instituições formais de ensino, bem como por sua institucionalização no interior de órgãos e agências governamentais ocupadas com a preservação e valorização do patrimônio cultural brasileiro. Neste particular, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem assumido um papel de

destaque. Isto porque, em função mesmo de suas atribuições, se converteu na principal agência do governo federal para consolidar e ampliar a educação patrimonial no Brasil; algo que tem realizado através da implantação e gerenciamento de projetos e políticas públicas desenvolvidos em parcerias com escolas, universidades, entidades da sociedade civil, outros ministérios, etc. (FLORENCIO et. al., 2014).

Contudo, a despeito dos investimentos realizados nos últimos anos, e da extensa e variada gama de iniciativas que já surgem como resultado, a educação patrimonial ainda não é um campo bem consolidado no Brasil. A falta de uma sistemática adequada e o caráter desigual da presença de ações educativas nas diferentes organizações ocupadas com a preservação de nosso patrimônio cultural, são sintomáticas a este respeito (FRATINI, 2009).

De particular importância para nós é o caráter tardio e em número ainda pouco expressivo de iniciativas de educação patrimonial em nossos centros de documentação e instituições de arquivos históricos, permanentes. Enquanto instituições correlatas nos Estados Unidos e Europa – especialmente na França – já realizam desde a década de 1950 ações educativas as mais variadas com base no patrimônio documental sob sua custódia

(BELLOTTO, 2006), no Brasil, as iniciativas neste sentido surgem, em sua ampla maioria, somente a partir da última década.

Nos últimos anos tem se verificado um incremento do número de ações educativas em arquivos e centros de memória⁴, os quais têm oferecido serviços diversificados como oficinas para professores e alunos da educação básica, visitas guiadas aos acervos, publicações de materiais paradidáticos e de apoio, entre outros. Porém, embora tais ações possuam o sentido de contribuir com a preservação, a difusão e a ampliação do acesso ao seu patrimônio documental, o emprego destas atividades secundárias em instituições arquivísticas ainda está circunscrito a um pequeno círculo.

2 UMA INICIATIVA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO DAD/COC

Em grande medida, é também relativamente fora deste círculo que ainda se encontra localizado o Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (DAD/COC), de onde falamos. Na COC⁵, as ações relativas à educação patrimonial estão vinculadas mais diretamente ao Departamento de Patrimônio Histórico (DPH/COC), no qual são desenvolvidos cursos de profissionalização em nível técnico

nas áreas de conservação e restauro de bens arquitetônicos de valor histórico. Cursos de formação inicial e continuada desenvolvidos, também a partir do início dos anos 2000, por intermédio do núcleo de educação do departamento, e especialmente vinculado ao Projeto Oficina-Escola de Manguinhos (OEM)⁶.

Mas as ações de educação patrimonial da COC não se restringem apenas aos cursos de profissionalização desenvolvidos pelo DPH. Neste sentido merece destaque também, o Curso de Especialização em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, que objetiva formar especialistas na preservação e gestão dos patrimônios arquitetônico e documental relacionados às áreas de especialização da instituição: a saúde e as ciências biomédicas. Em sentido diverso dos cursos anteriormente mencionados, este se estrutura de uma maneira mais ampla, reunindo, inclusive, profissionais de outras instituições, no âmbito de uma iniciativa interdepartamental no interior da COC.

Aliás, este curso de especialização concentra a maior parte das ações de educação realizadas pelo seu Departamento de Arquivo e Documentação⁷, tendo em vista que responde pela conformação da área de concentração “Patrimônio Documental” do curso; e, no qual, boa parte de seus colabo-

radadores oferecem disciplinas sobre as especialidades de sua atuação.

Diferentemente de outros departamentos da COC, como o já citado DPH e o Museu da Vida (MV), o DAD não possui um núcleo ou serviço dedicado à realização de ações educativas com base em seu patrimônio documental, visto que não tem histórico de privilegiar a divulgação de seus acervos e o acesso às suas informações por meio de ações educativas. Mais recentemente, no entanto, o DAD vem iniciando um movimento mais claro em direção à educação. Exemplo disso é o que pretendemos apresentar neste trabalho, ou seja, a iniciativa de uma publicação elaborada pelo departamento em parceria com o Museu da Vida, e atualmente em fase final de revisão.

Provisoriamente intitulada *Arquivos [nada] secretos da saúde no Brasil*, a publicação em questão representa uma iniciativa até certo ponto incomum na história do DAD. É o que se verifica se levarmos em conta que se trata de um livro ilustrado que utiliza o patrimônio sob sua guarda, para remontar – para um público infanto-juvenil e com uma linguagem simplificada, não acadêmica – o desenvolvimento do setor de saúde no Brasil, através de momentos importantes de sua história.

A ideia da elaboração do livro surgiu no DAD em dezembro de 2012, através da Chefe de Departamento, a arquivista Maria da Conceição Castro, contando desde o início para a execução do projeto, além dos autores deste trabalho, com o historiador Ricardo Augusto dos Santos. Inicialmente, se tomou como modelo uma publicação elaborada pelo Arquivo Nacional, cuja proposta é apresentar a temática dos arquivos ao público infanto-juvenil, ilustrando passagens da história do Brasil com reproduções de documentos sob a guarda da instituição.

Em face dessa proposição de trabalho, logo se definiu que seria necessário contar com um grupo multidisciplinar de profissionais. Além da equipe já constituída no DAD, que elaborou a proposta inicial, buscou-se o auxílio de alguns setores do Departamento Museu da Vida da COC que trabalham com divulgação científica e educação em museus, envolvendo assim, além de arquivista, historiadores e cientista social, também jornalistas, pedagogo, programador visual e designer gráfico.⁸

Desde o projeto original, a ideia era de promover o interesse do público escolar no acervo arquivístico sob a guarda da COC. Notadamente, nesse grupo a procura pelas instituições arquivísticas, e em especial ao DAD, é bem pequena em relação ao número

total de pesquisadores que recorrem aos arquivos. É possível afirmar que existe ainda pouco conhecimento a respeito dos temas dos arquivos, dos documentos arquivísticos ou da preservação do patrimônio cultural e da memória entre a população em geral. O uso disseminado da internet, a criação de bases de dados e páginas virtuais pelas instituições arquivísticas certamente ampliou o acesso e a procura, mas talvez ainda permaneçam restritos ao público especializado que domina os códigos culturais necessários.

Acreditamos que no universo escolar o desconhecimento sobre essas temáticas não é muito diferente. Em geral, na escola as ações educativas que envolvem o conhecimento sobre os arquivos, ou mesmo o uso em sala de aula de documentos arquivísticos, ainda são muito pontuais e dependem da iniciativa exclusiva do professor, que muitas vezes não dispõem dos meios ou da qualificação adequados para tal. Recentemente, a atuação da Comissão Nacional da Verdade – criada pelo governo federal para apurar graves violações de Direitos Humanos, sobretudo durante a ditadura militar no Brasil – trouxe os holofotes da grande mídia para os arquivos. Portanto, esse é um momento propício para ações que tentem mudar esse quadro.

Nessa perspectiva, a premissa básica que pautou nossa iniciativa é de que as instituições arquivísticas só podem cumprir plenamente sua missão de dar acesso ao patrimônio cultural que preservam se o público conhecê-lo. Além disso, as instituições, sobretudo no caso de entes públicos, devem estar empenhadas nos objetivos de expandir e diversificar seu público, pensando o acesso ao patrimônio cultural como direito e aspecto importante no exercício da cidadania. Dessa forma, os arquivos devem tomar postura ativa na difusão cultural e no acesso, não somente preparando-se para receber os pesquisadores, mas, saindo da inércia e indo ao encontro do público em potencial. Apenas a compreensão do patrimônio cultural na sua dimensão sócio-histórica, o decorrente reconhecimento de sua importância e apropriação por parte da comunidade que o circunda, podem garantir a valorização e a preservação do mesmo. Assim, se o patrimônio permanece culturalmente inacessível para a maioria da população, mesmo que o acesso seja livre e garantido, sua preservação e os custos que isso envolve não se justificam plenamente. Portanto, as instituições arquivísticas também devem tomar para si funções educativas para cumprir melhor com suas atribuições, atuando “como agência educativa, como

veículos de participação da coletividade” (CHAGAS, 2006, p. 98).

Levando em conta esses pressupostos, a publicação elaborada pelo DAD foi sendo pensada, não só como iniciativa de difusão, mas uma ação educativa, propriamente, voltada para o público escolar na faixa etária de 10 a 15 anos. Propomos uma situação de aprendizagem, que possibilite um processo de ensino mais dinamizado e ampliado, tomando o “patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6). Com isso, definimos como objetivo, estimular a curiosidade do leitor a respeito do arquivo e dos documentos, através de informações e noções básicas sobre o tema e o destaque para a reprodução de alguns documentos arquivísticos, parte do rico patrimônio cultural sob a guarda da COC. Nesse sentido, considerou-se também que o produto em questão deveria ser atraente para esse público específico, tanto no conteúdo quanto na forma de apresentação, empregando linguagem simples e direta, bem como o uso de ilustrações gráficas.

Diante do vasto acervo arquivístico da COC, optou-se desde o princípio em um recorte temático que abordasse a história de criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Essa escolha não se deu de forma fortuita, pois se trata de tema de especial atenção da Fiocruz. De tal forma que a Fundação assume como sua missão institucional a tarefa de “produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde”. Ademais, a temática do SUS nos pareceu propícia para reforçar laços de pertencimento e identidade com o público leitor, pensando em uma proposta educativa de formação para a cidadania. Essa preocupação parte da premissa de que o SUS – um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo – mesmo com suas contradições e falhas, é também um patrimônio da população e sua garantia de acesso integral, universal e gratuito ao direito básico da saúde, que por vezes é ameaçado por interesses privatistas e precisa ser defendido e preservado.

Para apresentar ao leitor a história de criação do SUS e ao mesmo tempo apresentar o acervo da COC, optou-se por remontar a história das políticas de saúde pública e da organização da assistência médica no país, utilizando o maior número de fundos do acervo que tratam dessas questões e documentos em diversos formatos e tipos. A linha temporal do conteúdo definido abrange desde a criação do Instituto Soroterápico Federal, em 1900, até a criação do SUS, com

a promulgação da Constituição Federal de 1988, abordando as campanhas de vacinação e erradicação de doenças, as expedições científicas pelo interior do país, as ações de saneamento rural, a criação dos principais órgãos de gestão, além da reforma do Sistema Previdenciário sob o regime militar e a emergência do movimento da Reforma Sanitária como crítica a esse modelo e a VIII Conferência Nacional de Saúde. Dessa forma, pretende-se demonstrar que o SUS foi antecedido por inúmeras ações pontuais no campo da saúde pública, porém sem que houvesse, necessariamente, coordenação entre essas iniciativas. Além disso, essa abordagem cronológica enfatiza as inovações advindas com o Sistema Único, tais como a universalização da oferta e a gestão democrática dos serviços de saúde. A elaboração dos textos seguiu como princípio o estímulo à curiosidade e ao senso crítico do leitor sobre esses assuntos.

Ao longo do trabalho, o formato da publicação foi ganhando corpo e definiu-se utilizar o recurso de uma personagem da mesma faixa etária dos leitores, que incumbida pelo professor de realizar uma tarefa sobre a história de criação do SUS, vai pesquisar no arquivo do DAD junto com os colegas. A partir dessa “aventura” no arquivo, a menina elabora uma espécie de “cader-

no de campo” – que é a própria publicação aqui apresentada – no qual vai desenvolvendo o trabalho escolar, acrescentando reproduções dos documentos que encontrou no acervo, rabiscando comentários pessoais e desenhos. Dessa forma, pensou-se em envolver o leitor nesse universo dos arquivos e dos documentos com algo que lhe é mais familiar, de forma a estabelecer um vínculo com o tema.

A elaboração da referida publicação compreendeu diversas etapas de trabalho coletivo, como a pesquisa documental e bibliográfica, debates sobre a proposta e seu formato, elaboração e revisão dos textos, adaptação para linguagem apropriada, seleção e reprodução dos documentos arquivísticos, ilustração e design gráfico. Em breve, o material seguirá para a edição e impressão final, para em seguida ser distribuído gratuitamente ao público-alvo.

3 CONCLUSÃO

Na atual etapa, entendemos que a publicação não pode ser um fim em si mesmo,

mas parte de um processo educativo que pode e deve ser estabelecido como prática permanente e sistemática de uma instituição arquivística. Portanto, essa reflexão a respeito do processo de trabalho, que ainda não foi dado por concluído, toma como ponto de partida o escopo teórico da educação patrimonial, conforme exposto, para planejar novas e variadas ações educativas no DAD. Qualquer discussão sobre a criação de um núcleo ou serviço de educação em seu interior é ainda muito incipiente, as discussões estão apenas no início.

Contudo, o contexto atual da COC é muito favorável neste sentido, pois é o momento em que a instituição está dedicada a discutir de maneira ampla a educação que promove, inclusive postulando a criação de um plano e de uma política de educação geral para toda a unidade. O futuro parece promissor para que a publicação aqui apresentada não se torne uma iniciativa isolada, mas sim o trecho inicial de uma caminhada no sentido de consolidar cada vez mais as ações educativas em nosso Departamento.

EDUCACIÓN PATRIMONIAL EN ARCHIVO: UNA INICIATIVA EN DEPARTAMENTO DE ARCHIVO E DOCUMENTACIÓN DA COC

RESUMEN

La obra lleva la cuenta de una iniciativa de educación patrimonial del Departamento de documentación y archivo de la Casa de Oswaldo Cruz: la publicación de un libro ilustrado para jóvenes lectores, el resultado de una metodología de trabajo multidisciplinar y fuertemente basado en la investigación bibliográfica y documental, en el cual pretende retratar la historia de la salud pública en Brasil a través del vasto cuerpo de documentos bajo custodia de la institución archivística. La publicación en cuestión se considerada como parte de un proceso educativo que tiene el "patrimonio cultural como fuente primaria." Con este fin, se trata de comprender el surgimiento del concepto de la educación patrimonial como consecuencia de la redefinición de las nociones de patrimonio cultural y la memoria social a mediados del siglo XX. Por lo tanto, la educación se ha convertido en un recurso estratégico entre la sociedad con su patrimonio cultural. En Brasil, esta relación entre el patrimonio y la educación no es nuevo, pero las experiencias son todavía limitados y puntuales entre las instituciones de archivos y centros de documentación. Por lo tanto, la propuesta de reflexión tiene como objetivo establecer una práctica sistemática de la educación en el archivo, uniéndose a las otras experiencias que la Casa de Oswaldo Cruz desarrolla en este campo.

Palabras-clave: Educación patrimonial. Archivo. Historia de la Salud. Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS

1 No contexto em que estamos discutindo, que se estende via de regra até meados do século XX, eram reconhecidos como patrimônio nacional unicamente bens históricos e artísticos de natureza material, como obras de arte, monumentos, aspectos de arquitetura, entre outros. Algo que se modifica após este período, como abordaremos a seguir.

2 Em se tratando de Brasil, a noção ampliada do conceito de “patrimônio cultural” e o consequente reconhecimento de bens culturais imateriais, como técnicas de produção

artesanal, festas tradicionais, rituais, manifestações artísticas e etc. se tornaram possíveis partir da promulgação da Constituição de 1988 e de seu artigo 216, bem como da publicação do Decreto Federal 3.551 de 4 de agosto de 2000, que criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, respectivamente.

3 A este respeito importa mencionar que instituições oficiais do Estado brasileiro como o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) têm parte considerável de sua missão institucio-

nal atrelada ao conhecimento e/ou reconhecimento da memória coletiva e do patrimônio cultural de grupos sociais específicos. Por exemplo, as ações de regularização fundiária de comunidades quilombolas tradicionais, realizadas pelo INCRA, visando a concessão da propriedade coletiva da terra, somente ocorrem mediante minucioso relatório antropológico atinente às formas de organização social e o reconhecimento da especificidade de seus bens culturais materiais e imateriais. Por sua vez, as ações de registro e tombamento de bens culturais realizados pelo IPHAN também requerem avaliações técnicas neste sentido. Para maiores informações consultar <<http://www.incra.gov.br>> e <<http://portal.iphan.gov.br>>.

4 Merece destaque, o Arquivo Histórico Municipal Washington Luís (AHMWL), o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), o Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP (CE-MEUSP), o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APBH), o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), dentre outros, que já possuem programas estruturados e/ou serviços estabelecidos de educação patrimonial (ALVES & BRANDO, 2013; FRATINI, 2009).

5 A Casa de Oswaldo Cruz é a unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) que se dedica à preservação da memória da instituição e às atividades de pesquisa, ensino, documentação e divulgação da história da saúde pública e das ciências biomédicas no Brasil. Informações disponíveis em: <<http://www.coc.fiocruz.br/institucional>>.

6 O projeto OEM é uma ação de educação profissional técnica fundada sobre o uso do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manginhos (NAHM), como fonte primária do processo de ensino-aprendizado. Trata-se de uma iniciativa de educação patrimonial da COC que, como tal, além de contribuir para a preservação de seu patrimônio, preconiza também sua apropriação comunitária, uma vez que garante aos jovens das comunidades que rodeiam a Fiocruz, a prioridade para o ingresso nos cursos que promove.

7 Lembrando que exposições, seminários, visitas guiadas e, mais recentemente, cursos na modalidade de extensão universitária, também figuram entre as atividades educativas realizadas pelo departamento, embora de maneira não sistemática e descontínua.

8 Pelo Museu da Vida participaram da elaboração da publicação: Marina Ramalho,

Luís Amorim (Núcleo de Estudos de Divulgação Científica), Maria Paula Bonatto (Serviço de Visitação e Atendimento ao Público), Barbara Mello e Rita Alcantara (Serviço de Design e Produtos de Divulgação Científica).

REFERÊNCIAS

ALVES, C. L.; BRANDO, N. Ditadura, direitos humanos, arquivos e educação a partir do patrimônio: documentar a ditadura para que(m)? In: STAMPA, I; NETTO, R. S., **Arquivos da repressão e da resistência**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Centro de Memórias Reveladas, 2013. Disponível em:

<<http://www.an.gov.br/seminario/imagens/Arquivos%20da%20Repress%20e%20da%20Resist%20ancia.pdf>> Acesso em: 01 maio. 2014.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. **Decreto 3.551**, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 01 maio. 2014.

CARDOSO, C. F. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.), **Domínios da história: ensaios de**

teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 16-48.

CASCO, A. C. A. J. Sociedade e educação patrimonial. In: **Patrimônio - Revista eletrônica do IPHAN**. IPHAN; Labjor/Unicamp, sem data. Disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=131>>. Acesso em: 08 maio. 2014.

CHAGAS, M. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006.

FALCON, F., História e poder. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.), **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 94-135.

FLORÊNCIO, S. et. al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: IPHAN/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=4240>>. Acesso em: 01 maio. 2014.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FRATINI, R. Educação patrimonial em arquivos. **Histórica – Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. São Paulo, n. 34, 2009.

GRUNBERG, E. **Educação patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais**, sem data.

Disponível em:

<http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4_tutores/estuHYPERLINK>. Acesso em: 10 maio. 2014.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.;

MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

LE GOFF, J. **História e memória**. 6ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

Trabalho recebido em: 15 jul. 2014

Trabalho aceito em: 23 out. 2014

UM NOVO OLHAR PELAS PÁGINAS DOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS BRASILEIROS*

Katia Isabelli Melo de Souza**

Fernanda Oliveira Cândido***

RESUMO

A adoção de Páginas *Web* pelos arquivos públicos estaduais brasileiros apresentou um acréscimo significativo nos últimos anos, e tem-se revelado como mais um meio de aproximação com os seus usuários. Com a aprovação da Lei de Acesso a Informação, Lei 12.527/2011, buscar-se-á analisar como tem sido a adequação das páginas às diretrizes emanadas pelo ato normativo. Para isso, a pesquisa centrou-se no estudo das Páginas *Web* dos arquivos públicos estaduais apontando os recursos utilizados, ferramentas e serviços disponíveis.

Palavras-chave: Página *Web*. Arquivo público. Acesso à informação.

* Trabalho – modalidade Comunicação Oral – do Eixo Temático “Acesso à Informação” apresentado em 22 de outubro de 2014 no VI Congresso Nacional de Arquivologia.

** Professora Adjunta do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB). *E-mail:* isabelli@unb.br

*** Bacharel em Arquivologia pela Universidade de Brasília (UnB). *E-mail:* fernanda.ocandido@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Declaração Universal sobre os Arquivos, definida pelo Conselho Internacional de Arquivos (2010), garante o acesso a todos e considera que "arquivos são um patrimônio único e insubstituível transmitido de uma geração a outra". Inserido nesse contexto, elegeu-se o arquivo estadual como objeto de análise.

A definição clássica para arquivo estadual, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), compreende um "arquivo público mantido pela administração estadual, identificado como o principal agente da política arquivística nesse âmbito". Cabe aos Arquivos Públicos Estaduais, APEs, enquanto instituições governamentais, disseminar as informações aos usuários internos ou externos e, mais recentemente, à categoria composta pelos usuários virtuais. Algumas dessas instituições são centenárias e a possibilidade em efetivar uma pesquisa virtual tornou-se uma realidade para os pesquisadores na década de 1990, quando alguns Arquivos criaram suas primeiras páginas. O Conselho Nacional de Arquivos, Conarq, órgão responsável pela regulamentação de políticas nacionais de arquivo público e privado, elaborou algumas diretrizes com o objetivo de instruir as instituições arquivísticas sobre a criação de suas

Páginas *Web* (CONARQ, 2000). Contudo, estudos realizados apontam que, no caso das instituições arquivísticas públicas estaduais, praticamente a metade possui sítios na *Web*, o que representa um índice reduzido. (OHIRA et ali, 2005).

Na atualidade, com maiores possibilidades de disseminação da informação pelos meios de comunicação e com o acesso parcialmente franqueado, determinados produtos e serviços disponibilizados pelas instituições públicas adotam instrumentos e ferramentas do mundo virtual. A *Internet* tem encurtado caminhos e, de certa maneira, tornou-se um elemento facilitador para o diálogo entre as instituições arquivísticas e seu usuário, seja pela maior possibilidade de disseminação da informação, seja pela possibilidade de acesso gratuito pelo cidadão, em alguns casos.

As Páginas *Web* constituem uma grande evolução na tecnologia de comunicação e a Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527/2011¹, doravante denominada LAI, uma das leis mais recentes do mundo nesse âmbito, nos coloca em um ambiente onde a acessibilidade passa a ser uma obrigação.

¹ A Lei foi promulgada em 18 de novembro de 2011 e registra como ementa "Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências."

Nesse intento, é fundamental que os Arquivos se adaptem ao novo meio e disponibilizem suas páginas onde possam compartilhar informações e promover a instituição, auxiliando na troca de experiências e no novo tipo de relacionamento do usuário com o profissional, com o acervo, com a informação.

A categorização dos usuários definida por Tarraubella e Mirabert (1998) e Rosa de Muñoz (2000) é constituída por dois grupos, usuários internos e externos. Esses, por sua vez, incluem os usuários potenciais, que podem converter-se em usuários reais. Outro grupo de usuário externo, o usuário virtual, é indicado como aquele que executa as pesquisas com a intermediação da *Web*.

Segundo Souza, no Brasil, o direito de acesso foi citado pela primeira vez na Constituição de 1934, associado ao direito de petição, porém apenas para “esclarecimentos dos cidadãos acerca dos negócios públicos, ressalvados quanto às últimas [petições], os casos em que interesse público imponha segredo, ou ressalva” (apud ARQUIVO NACIONAL, 2000). Depois disso reapareceu apenas na Constituição Federal de 1988, art. 5º, onde é assegurado novamente o acesso à informação, fazendo menção a uma lei ainda inexistente naquele momento. Após 23 anos a questão do aces-

so veio a ser garantida com uma lei específica, a LAI.

Quando se aborda o uso da informação, muito raramente está associado o papel que os Arquivos têm a desempenhar. A própria LAI menciona o termo somente no art. 7º, inciso II, ao considerar que as pessoas têm o direito de obter “informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos”. Ainda ocorre uma compreensão tênue por parte dos gestores acerca da informação orgânica, ou seja, aquela produzida no âmbito das instituições e que apresenta vinculação com as funções e atividades desenvolvidas podendo ser disponibilizada aos usuários.

Esta pesquisa é um desdobramento de um estudo preliminar abordando os arquivos públicos e seus usuários². Num primeiro momento, detivemos um olhar sobre a relação dos arquivos públicos com os seus usuários, sobretudo os usuários virtuais. Com a promulgação da nova lei de acesso à informação, a investigação toma uma nova amplitude e pretende, em sua essência, comprovar se os APEs se adequam às diretrizes da LAI. Desta ma-

² A pesquisa inicialmente atendeu ao cumprimento de um seminário interno apresentado na disciplina Seminário em Arquivística, com enfoque para os usos e usuários dos arquivos, do curso de Arquivologia, da Universidade de Brasília.

neira, analisar-se-á o cumprimento de um dos objetivos fundamentais dos APEs: facultar o acesso aos usuários, sobretudo os virtuais, às informações básicas custodiadas pelos Arquivos. Também serão apontadas as deficiências que, por ventura, existam e apresentadas sugestões de melhoria para os produtos e serviços prestados.

2 METODOLOGIA

Este estudo se baseou na abordagem quantitativa e qualitativa dos dados coletados nas Páginas *Web* dos APEs. A primeira parte da pesquisa consistiu na análise dos indicadores das Páginas *Web* e, a segunda, com a investigação da adequação dessas Páginas à mencionada Lei nº 12.527/2011, LAI, no que se refere aos pilares: transferência ativa e passiva das informações. Entende-se por transferência ativa a disponibilização de informações sobre as instituições em questão, como horário de funcionamento, endereço, telefone, etc, de acordo com o artigo 8º da LAI³. Por transferência passiva compre-

³ Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o **caput**, deverão constar, no mínimo:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

de-se a pesquisa propriamente dita, art. 7º da LAI⁴, a partir do momento em que o usuário requerer informações sobre os documentos. Em complemento, reitera-se o Decreto nº 7.724⁵, de 16 de maio de 2012,

-
- II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
 - III - registros das despesas;
 - IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
 - V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e
 - VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

⁴ Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

- I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;
- II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;
- III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;
- IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;
- V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;
- VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e
- VII - informação relativa:
 - a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;
 - b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

⁵ Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

em seus artigos 7^{o6} e 8^{o7}, que ressalta a adoção de sítios na *Internet* que possibilitem uma interlocução com o usuário.

3 PANORAMA DOS INDICADORES DAS PÁGINAS WEB

Em abril de 2012, a pesquisa desenvolvida por Cândido, Siqueira e Souza, *Arquivos públicos estaduais e usuários virtuais: as parcerias instituídas*, contemplou o uso dos recursos da *Internet* pelas instituições arquivísticas, com a eleição de

⁶ É dever dos órgãos e entidades promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na *Internet* de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, observado o disposto nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.527, de 2011.

⁷ Art. 8º Os sítios na *Internet* dos órgãos e entidades deverão, em cumprimento às normas estabelecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atender aos seguintes requisitos, entre outros:

- I - conter formulário para pedido de acesso à informação;
- II - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- III - possibilitar gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
- IV - possibilitar acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;
- V - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;
- VI - garantir autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso;
- VII - indicar instruções que permitam ao requerente comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade; e
- VIII - garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

alguns indicadores relacionados com as funções desempenhadas pelas Páginas *Web* de unidades de informação, indicadas por Amaral e Guimarães (2002) sendo: função informacional; função promocional; função instrucional; função referencial, função de pesquisa e função de comunicação.

A LAI foi publicada em 18 de novembro de 2011, mas entrou em vigor 180 (cento e oitenta) dias depois de sua publicação, em 18 de maio de 2012. Por esse motivo foi realizada uma nova investigação que buscou identificar se ocorreram alterações nos indicadores, em consequência da adoção da LAI nos APes, principalmente no que se refere às informações, aos serviços e aos produtos virtuais.

Para mapear o universo dos APes objeto da investigação adotou-se, como referência, a página do Conarq, que apresenta endereço físico e telefone de 25 arquivos estaduais⁸ e a pesquisa realizada por Medeiros & Souza⁹, em 2013, que ressalta a inexistência de arquivos estaduais nos estados da Paraíba e de Tocantins. Sendo nosso objeto de análise as Páginas *Web*, identificamos 17 endereços dos APes nas 27 unidades da federação (26 estados e

⁸ Constam dois endereços distintos de Arquivo para o estado do Rio Grande do Sul, sendo o Arquivo Público Estadual e o Arquivo Histórico.

⁹ O resultado da pesquisa apresenta um perfil dos arquivos públicos estaduais bem como um apêndice onde constam informações atualizadas dos contatos dessas instituições.

o Distrito Federal): Pará, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Sergipe, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Tabela 1). Vale ressaltar que nem todos possuem domínio próprio, estando nesses casos vinculados às Páginas *Web* dos órgãos aos quais estão subordinados.

As regiões Sul e Sudeste são as mais representativas apresentando APE e Página *Web* em todos os estados. Em contraposição, a região Norte apresenta a maior deficiência considerando a indicação apenas do Arquivo Público do Pará. As regiões Centro-Oeste e Nordeste apresen-

tam baixa incidência de Páginas *Web*, conforme verificado a seguir.

Todas as funções relacionadas são de extrema importância para o eficaz funcionamento das Páginas *Web* e uma melhor comunicação com os usuários. No entanto, buscou-se identificar a existência dos indicadores que contém as informações básicas dos APEs e de indicadores que permitam a pesquisa por parte dos usuários virtuais, desde que não ultrapassem os limites de sigilo da documentação em questão. Dessa maneira elegeram-se as seguintes funções: informacional, de pesquisa e de comunicação, funções essas que dizem respeito diretamente aos artigos 7º e 8º da LAI.

Tabela 1: Páginas *Web* dos APEs de acordo com as regiões brasileiras

17 APEs				
REGIÕES	Norte	PA		
	Nordeste	AL	CE	RN
		BA	MA	SE
	Centro-Oeste	DF	GO	MT
	Sudeste	ES	MG	RJ
	Sul	PR	RS	SC

Fonte: elaboração própria

Tabela 2: Função Informacional

INDICADORES	TOTAL 17	%
Apresentação	13	76
E-mail geral e setorial	14	82
Endereço Físico	16	94
Equipe	9	52
Estatísticas de usuários	2	11
Fotos e/ou imagens do Arquivo (não possuem créditos de multimídia)	13	76
Histórico	14	82

Horário de Funcionamento	13	76
Informações sobre instalações físicas	5	29
Informações sobre o acervo (data-limite, tipologia, características, tratamento)	14	82
Mapa de localização do Arquivo	9	52
Missão (Visão)	9	52
Notícias e novidades sobre o arquivo (registro de data das postagens)	13	76
Relação de serviços oferecidos	9	52
Relatório de Atividades	2	11
Telefone geral e setorial	17	100
Utilização de outro idioma	1	0,6

Fonte: elaboração própria

Na Tabela 2 verifica-se que, dos indicadores selecionados, apenas a existência de telefone geral e setorial revela-se em todas as Páginas *Web*. O indicador e-mail geral e setorial, fundamental para o contato *online*, considerando que é o contato do usuário via *Internet*, totalizou 82% nos APEs, mesmo percentual apresentado para as informações sobre o acervo. Em complemento, um indicador dos APEs praticamente inexplorado é a disponibilização das informações em um idioma alternativo, existente apenas no Arquivo Público Mineiro. Entendemos que a ausência desse indicador impossibilita uma aproximação com os usuários potenciais, considerando que limita o acesso dos pesquisadores estrangeiros.

Com a LAI, se torna imprescindível a divulgação de relatórios de atividades, mencionado no art. 8º, do Decreto nº 7.724/2012, indicador encontrado apenas em dois dos APEs, sendo nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. A relação dos

serviços oferecidos, que possibilita ao usuário identificar as possibilidades de intermediação com a instituição, foi encontrada em nove dos 17 APEs analisados, dentre outras informações que podem auxiliar na pesquisa dos usuários. Registra-se, também, o desconhecimento dos APEs acerca dos seus usuários, quem são e o que pesquisam, visto que somente dois Arquivos realizam estatísticas. O Arquivo Público Mineiro identifica os usuários virtuais e presenciais. No Rio de Janeiro, o Arquivo Público, anualmente, produz uma estatística dos usuários presenciais e dos que mantêm um contato via correio eletrônico.

Acrescenta-se que o histórico, elemento básico que comunica a evolução da instituição, se mostra ausente em três dos APEs.

A efetivação de pesquisa em APEs por meio de Páginas *Web* pode se tornar um grande dificultador caso as informações não sejam disponibilizadas de manei-

ra clara, transparente e de fácil acesso. De acordo com as diretrizes formuladas pelo Conarq (2002), atualmente complementadas pela LAI, o atendimento à distância é um aspecto a se considerar, pois está vinculada com o eficaz acesso às informações sendo, inclusive, um meio de tornar os usuários mais próximos dos APEs.

Os indicadores da função pesquisa registram índices ínfimos. Somente seis

dos APEs possibilitam a pesquisa via e-mail e sete deles apresentam formulários eletrônicos para solicitação de serviço. Os instrumentos de pesquisa, fundamentais para os usuários, estão disponíveis em dez Arquivos. Outro recurso que auxilia a pesquisa é a base de dados, disponível em nove Arquivos.

Tabela 3: Função de Pesquisa

INDICADORES	TOTAL 17	%
Atendimento de pesquisa à distância via e-mail	6	35
Base(s) de Dados (geral ou específica)	9	52
Disponibilização de documentos, fotografias e vídeos online	7	41
Envio de Documentos pelo correio	4	23
Formulários eletrônicos para solicitação de serviço	7	41
Instrumentos de Pesquisa	10	58
Transcrição Paleográfica	1	0,6

Fonte: elaboração própria

Tabela 4: Função de Comunicação

INDICADORES	TOTAL 17	%
Coleta de opinião pelos serviços prestados	1	0,6
Formulário de Cadastro	4	23
Link “Fale Conosco” (Mensagem, e-mail direto)	15	88
Sala de imprensa	4	23

Fonte: elaboração própria

A função de comunicação possui indicadores e se mostra como complemento da LAI. Constitui meios que tem o papel de aprimorar o relacionamento do público com as instituições arquivísticas, a fim de identificar as várias categorias de usuários

do Arquivo, entendendo suas necessidades e buscando o aperfeiçoamento dos serviços e produtos disponibilizados. Apesar de ser de fundamental utilidade pela avaliação dos indicadores analisados, percebe-se que essa não é a realidade presente nas Páginas

Web. Poucos são os Arquivos que contêm informações pertinentes a essa função. A título de exemplo, destaca-se que apenas o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo tem a preocupação em coletar as opiniões dos usuários. Por outro lado, um índice positivo indica que 88% dos APES dispõem do *link* "Fale conosco", atuando como uma intermediação com o usuário.

Quatro dos Arquivos disponibilizam formulários para cadastro dos usuários e o mesmo índice conta com "Sala de imprensa", espaço destinado a veicular notícias sobre o Arquivo.

Com a vigência da nova lei, percebe-se que a existência de *links* ou informações sobre a LAI nas Páginas *Web* dos APES está presente em sete dos 17 Arquivos. O fato leva-nos a refletir sobre a vulnerabilidade das informações recomendadas aos usuários considerando que o Decreto nº 7.724/2012, art. 7º, estabelece que toda e qualquer instituição deve apresentar *link* para a LAI. Dos sete APES, quatro deles verticalizaram na questão da nova lei disponibilizando informações sobre o mapa da lei, as exceções de acesso existente, ou seja, têm uma preocupação a mais na correta interpretação da lei, para uma maior abrangência e difusão a seus usuários. Os demais limitam-se a dispor de *link* para o texto integral da LAI.

4 CONCLUSÃO

O uso de Páginas *Web* é mais uma forma de aproximar os usuários reais e potenciais para as práticas dos Arquivos, constituindo um instrumento de divulgação das ações e serviços prestados. Os resultados da pesquisa indicam que um dos objetivos fundamentais dos Arquivos Públicos não está sendo realizado com todo o seu potencial: facultar o acesso aos usuários. Com a LAI, esse objetivo ganha maior relevância pois o acesso à informação torna-se garantia do usuário, sendo respaldado em lei.

A função que se apresentou mais presente, ainda que sem alcançar todo o seu potencial, foi a informacional. Identificou-se que a transferência ativa das informações dos APES é exercida e o cenário encontrado nos indica que, nessas Páginas *Web*, as instituições arquivísticas revelam, na maioria dos casos, apenas um referencial do seu ambiente físico.

A função de comunicação apresenta um menor índice de exploração. Isso demonstra que as Páginas *Web* dos Arquivos precisam mudar a maneira de atuar e incorporar novos recursos tecnológicos, a fim de tornarem-se uma ferramenta fundamental de comunicação com seus usuários.

A função de pesquisa possibilita um suporte à investigação e norteia o usuário em sua navegação, devendo ser exploradas a contento. Em complemento, constitui um dos principais objetivos da existência das Páginas *Web* de APEs, tendo que ser o componente mais eficiente e eficaz.

As funções em questão se apresentam defasadas, e, com isso, podem dificultar o acesso aos usuários. As diretrizes emanadas pelo Conarq, que instrui sobre a criação de Páginas *Web*, buscando a padronização das informações e divulgação de uma forma mais clara, inclusive auxiliando nessas funções, até hoje, não são seguidas adequadamente ou, simplesmente, são ignoradas. Essas instruções podem até mesmo auxiliar na aplicação da LAI nas Páginas *Web* e, com isso, potencializar o papel dos Arquivos perante a sociedade.

As novas tecnologias e o uso da *Internet* são meios que encurtam a comunicação entre as pessoas. Os APEs devem adequar-se ao novo meio buscando, cada vez mais, facultar o acesso do usuário às informações. Com a LAI, esse objetivo se torna mais real, pois se trata de uma lei que aborda uma nova política de acesso à informação e transparência dos órgãos, que não era visível nas leis e decretos anteriores, mais voltados para as questões de sigilo.

Uma maior proximidade ocorrerá, sobretudo com os usuários virtuais, quando os Arquivos estiverem preparados para disponibilizar os serviços e produtos que os usuários necessitam. Concomitantemente, um diálogo entre os profissionais dos Arquivos e os usuários se torna imprescindível, priorizando a comunicação bilateral a fim de identificar os perfis e as necessidades de informação e adequação com a LAI.

A presença dos APEs em Páginas *Web* ainda se apresenta de maneira tímida, os dados são modestos e poucas alterações ocorreram com a nova lei. Cabe ao arquivista, profissional da informação, perceber o potencial das Páginas *Web*, como uma ferramenta da comunicação com seus usuários e possíveis usuários, e buscar uma maior exploração dos recursos e formas de disponibilizar as informações de maneira eficiente.

Uma maior interação dos APEs com os usuários é fundamental, o que possibilita maior visibilidade às instituições. As Páginas *Web*, além de investimentos demandam mão de obra qualificada e força de vontade. Para isso é imprescindível que os APEs as tenham como meio de comunicação real, e não apenas como um folder que remonta a estrutura física das instituições.

Por fim, a Declaração Universal sobre os Arquivos propõe que "os arquivos sejam acessíveis a todos, respeitando a legislação pertinente e os direitos dos indivíduos, produtores, proprietários e usuá-

rios". Espera-se que os APes utilizando-se dos recursos da *Web* cumpram essas diretrizes estreitando os laços com os seus usuários.

UNA NUEVA MIRADA EN LAS PAGINAS DE LOS ARCHIVOS PÚBLICOS ESTADUALES BRASILEÑOS

RESUMEN

La adopción de Páginas *Web* por los archivos públicos estadales brasileños presentó aumentos significativos en los últimos años y se mostró como más un medio de aproximación con sus usuarios. Con la aprobación de la Ley de Acceso a la Información, Ley 12.527/2011, se busca hacer un análisis de la adecuación de las páginas a las directrices emanadas por el acto normativo. La investigación fue realizada por medio de pesquisa en las Páginas *Web* de los archivos públicos estadales, apuntando los recursos utilizados, las herramientas y servicios disponibles.

Palabras-clave: Página *Web*. Archivo público. Acceso a la información.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sueli Angelica do; GUIMARÃES, Tatiara Paranhos. Sites das bibliotecas universitárias brasileiras: estudo das funções desempenhadas, Brasil. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS, 12., Recife, *Anais...* Recife: UFPE, 2002.

AMARAL, Sueli Angelica do; GUIMARÃES, Tatiara Paranhos. **Websites de unidades de informação como ferramentas de comunicação com seus públicos.**

Disponível em:

<<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000005151&dd1=bfefd>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

ARCHER, Lyvia. CIANCONI, Regina de Barros. *Websites* dos arquivos públicos: funções exercidas e recursos de colabora-

ção e interação com os usuários. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 15, n. 2, p. 60 - 75, jul./dez. 2010.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Publicações Técnicas, nº 51. 232 p.

BRASIL. **Decreto nº 7.724**, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

BRASIL. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

CÂNDIDO, Fernanda de Oliveira; SIQUEIRA, Mariana Rocha; SOUZA, Katia Isabelli Melo de. Arquivos públicos estaduais e usuários virtuais: as parcerias instituídas. In: IV ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE BIBLIOTECÁRIOS, ARCHIVISTAS Y MUSEÓLOGOS. *Anais...* Buenos Aires, 2012. 10 p.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Declaração Universal sobre os Arquivos**. Aprovada na Assembleia Geral do Conselho Internacional de Arquivos. Oslo, set. 2010. Trad. Arquivo Nacional (Brasil) e Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal).

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas**. dez. 2010.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (Brasil). **Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios**. 1ª ed. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/publicacoes/Brasil/Transparen-te/Manual_LAI_EstadosMunicipios.pdf>

JARDIM, José Maria. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. **Caderno de Textos**. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, 1999. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

MEDEIROS, José Mauro Gouveia de & SOUZA, Katia Isabelli Melo de. **Os arquivos estaduais brasileiros: um perfil institucional**. In: VI ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE BIBLIOTECÁRIOS, ARCHIVISTAS Y MUSEÓLOGOS – EBAM. São Luis, 2013.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt et alli. Arquivos Públicos Estaduais do Brasil: avaliação das funções. Conteúdo dos sites. **Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v.10, n.1, p. 50-75, jan./dez., 2005.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt Ohira; SCHENKEL, Marília Beatriz de Castro; SILVEIRA, Celoi da. Critérios para avaliação de conteúdo dos *Sites* dos arquivos públicos estaduais do Brasil. In: SIMPÓSIO INFORMACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, INFORMAÇÃO E ÉTICA. II CIBERÉTICA. Florianópolis, 12 a 14 de novembro de 2003. 20 p.

ROSA DE MUÑOZ, María. **Usuarios internos y externos en los archivos administrativos de Panamá**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS DE TRADIÇÃO IBÉRICA, 3 a 7 de abril de 2000. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/usuarios_internos_y_externos_en_los_archivos_administrativos_de_panama.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2014.

SILVEIRA, Marco Antônio Karam. Lei de acesso a Informações Públicas (Lei nº 12.527/2011) – Democracia, República e Transparência no Estado Constitucional. **Revista Jurídica**, nº 416, Jun, 2012.

SOUZA, Pedro Henrique Ramos de. **Leis de acesso à informação e obrigações de transparência: uma análise do Poder Executivo Federal do Brasil e do México**. Cidade do México: Universidad Autónoma de San Luis Potosí (UASLP), 2012. 17 p. imp.

TARRAUBELLA i MIRABERT, Xavier. Els arxius i el s seus usuaris. **Lligall: revista catalana d'Arxivística**. nº 12, 1998, Barcelona. p. 190-204.

Trabalho recebido em: 15 jul. 2014

Trabalho aceito em: 23 out. 2014

O CONCEITO DE FUNDO DE ARQUIVOS: A PEDRA DE TOQUE DA PRÁTICA ARQUIVÍSTICA*

Tania Maria de Moura Pereira**

Conceição Aparecida Braga***

Maria de Fátima Teixeira Veras****

RESUMO

Este artigo aborda a aplicação do conceito de fundo de arquivo apresentado no livro *Os fundamentos da disciplina Arquivística* (1988), de Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, em relação à situação real de mudança da constituição jurídica de parte de uma instituição pública. O objetivo é aplicar os parâmetros do conceito de fundo de arquivo na situação em que uma unidade administrativa pertencente a uma autarquia federal é qualificada com o título jurídico de Organização Social (OS), conforme Lei nº 9.637 de 15 de maio de 1988, e passa a assumir o exercício de atividades de interesse social, sem fins lucrativos. A metodologia empregada para a análise é o método comparativo que extrai elementos teóricos do conceito de fundo de arquivo, definidos pelos autores Rousseau e Couture, e os compara a uma situação-problema com o objetivo ter uma avaliação interpretativa das mudanças ocorridas. Apresenta um quadro comparativo dos parâmetros do conceito de fundo cotejando com os arquivos produzidos tanto pela autarquia, quanto pela organização social. E conclui com considerações acerca da situação do fundo e da perspectiva probatória dos arquivos de organizações públicas e privadas de interesse público.

Palavras-chave: Arquivos. Fundo de arquivo. Organização social.

* Trabalho – modalidade Pôster – do Eixo Temático “Epistemologia da Arquivologia e formação profissional”, exposto em 21 de outubro de 2014 no VI Congresso Nacional de Arquivologia.

** Especialista em Gestão em Arquivos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestranda em Ciência da Informação e Bacharel em Arquivologia pela Universidade de Brasília (UnB). *E-mail:* taniamourafe@gmail.com

*** Bacharel em Arquivologia pela Universidade de Brasília (UnB).

**** Especialista em Gestão em Arquivos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bacharel em Arquivologia pela Universidade de Brasília (UnB).

1 INTRODUÇÃO

Estudo comparativo entre a aplicação do conceito de fundo de arquivo apresentado no livro *Os fundamentos da disciplina Arquivística* (1988) de Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, e uma situação real de mudança da constituição jurídica de parte de uma organização pública. A escolha dessa perspectiva é fundamentada na concepção de um corpo de conhecimento científico para a Arquivística, apresentado pelos autores na referida obra, a qual representa um marco na literatura da área. Nela os autores esmiúçam alguns conceitos arquivísticos expressos em diferentes manuais e incentivam a construção de uma arquivística integrada.

O objetivo do trabalho é aplicar os parâmetros do conceito de fundo de arquivo na situação em que uma unidade administrativa de um órgão público é qualificada como Organização Social (OS), adquire personalidade jurídica de direito privado, conforme Lei nº 9.637 de 15 de maio de 1988, e passa a assumir o exercício de atividades de interesse social.

A metodologia empregada para a análise é do método comparativo que extrai elementos teóricos do conceito de fundo de arquivo, definidos pelos autores Rousseau e

Couture, e os compara a uma situação-problema com o objetivo ter uma avaliação interpretativa das mudanças ocorridas.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Na visão de alguns cientistas políticos o modelo de administração pública, burocrática, formal e pouco eficiente levou o Estado brasileiro a implementar as OS na década de 1980. Este modelo de parceria estratégica entre o Estado e a sociedade deveria dar lugar, portanto, a uma administração pública gerencial, baseada em conceitos modernos de eficiência, para maximizar os resultados das ações sociais e atenuar disfunções operacionais. Assim, o principal objetivo do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado estava focado no desenvolvimento de atividades específicas de caráter privado no âmbito das instituições públicas. Na sua concepção original as OS são definidas como:

um modelo de organização pública não estatal destinado a absorver atividades publicizáveis mediante qualificação específica. Trata-se de uma forma de propriedade pública não estatal, constituída pelas associações civis sem fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público. As OS são um modelo de parceria entre o Estado e a sociedade. O Estado continuará a fomentar as atividades publicizadas e exercerá sobre elas

um controle estratégico: demandará resultados necessários ao atingimento dos objetivos das políticas públicas. O contrato de gestão é o instrumento que regulará as ações das OS (MARE, 1997, p,13).

Apesar da desvinculação administrativa das atividades públicas a qualificação da OS não tem a pretensão de privatizar entidades da Administração Pública e sim aprimorar serviços na prestação de atividades essenciais e não exclusivas. As OS que se tem conhecimento são constituídas de modo a instrumentalizar instituições particulares, sem fins lucrativos, para o exercício de atividades públicas por pessoas jurídicas de personalidade privada, constituídas voluntariamente por particulares, que passam a auxiliar o Estado no esforço de alcançar resultados sociais relevantes. A execução das funções e atividades das OS faz originar seus documentos de arquivos, os quais se enquadram no conceito dos canadenses: “conjunto de documentos de qualquer natureza reunidos automática e organicamente, criados e/ou acumulados e utilizados por uma pessoa física ou moral ou por uma família no exercício das suas actividades ou das suas funções” (ROUSSEAU e COUTURE, p. 91).

No caso em exame a qualificação da OS ocorreu com uma unidade administrativa de uma autarquia ainda em funcionamento,

em que ambas continuam a desempenhar suas funções. A autarquia não foi extinta, mas cedeu parte de sua estrutura, que já desempenhava as atividades de interesse social e continua no cumprimento de obrigações contratuais vigentes. Dessa forma, a nova OS absorve as atividades da unidade administrativa com acréscimo de outras, em função de obrigações decorrentes do contrato de gestão e de seu estatuto de criação.

O aspecto novo é que a recém-criada OS passa a “possuir um título jurídico especial, conferido pelo poder público em vista do atendimento de requisitos gerais de constituição e funcionamento previstos expressamente em lei” (MODESTO, 1999). Porém, esse título jurídico não é definitivo podendo ser suspenso ou retirado da mesma forma que é conferido. Essa possibilidade coloca em evidência a aplicação do conceito de fundo de arquivo, pois são questionáveis as delimitações de fundo aberto e fundo fechado numa situação que pode ser revertida a qualquer tempo. O Quadro 1 apresenta o comparativo dos parâmetros do conceito de fundo de arquivo. O quadro demonstra o momento de transição onde se tem uma unidade administrativa de um órgão público, ainda em funcionamento, e uma Organização Social no exercício de suas atribuições legais.

Quadro 1: Comparativo dos fundos

parâmetro do conceito de fundo de arquivo	conjunto documental da autarquia	conjunto documental da organização social
conjunto de documentos de qualquer natureza	subdivisão de um fundo de arquivo já existente	novo fundo de arquivo
agrupamento intelectual de informações registradas em suportes de toda espécie	documentos produzidos em suporte: papel, e eletrônico (textos, fotografias, audios e vídeos)	documentos produzidos em suporte: papel, e eletrônico (textos, fotografias, audios e vídeos)
reunidos automática e orgânicamente	documentos produzidos e recebidos ao longo do tempo no desenvolvimento das atividades vinculadas à missão do órgão a que pertence (subdivisão do órgão original)	documentos produzidos e recebidos ao longo do tempo no desenvolvimento de sua missão e objetivos.
ligação com as atividades e as funções	documentos são produtos das atividades realizadas pelo produtor em relação às finalidades da existência do órgão original	documentos são produtos das atividades realizadas pelo produtor em relação às finalidades da sua própria existência
marco legal	lei de criação do órgão e ato normativo interno que define as atribuições e competências	decreto de qualificação, estatuto de criação e contrato de gestão define atribuições, responsabilidades e obrigações

Fonte: elaborado pelo autor.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se o delineamento de um novo fundo de arquivo ao aplicar os parâmetros do conceito de fundo na situação em que uma unidade administrativa de uma autarquia é qualificada com o título jurídico de Organização Social e passa a assumir o exercício de

atividades de interesse social, diferentes das executadas pela instituição de origem.

O contexto teórico que apoia essa discussão envolve ainda os critérios de definição do fundo de arquivo apresentados por Duchein, sem deixar de lado o princípio da proveniência como norteador do fundo de arquivo. Os critérios são os seguintes: a) um organismo, público ou privado, deve possuir

um nome e uma existência jurídica própria resultante de um ato (lei, decreto, portaria); b) atribuições precisas e estáveis com valor legal ou regulamentar; c) posição na hierarquia administrativa definida com exatidão; d) chefe responsável com poder de decisão; e) organização interna definida em um organograma. Tais critérios subsidiam e delimitam a origem dos documentos conforme seu produtor, atributo do princípio da proveniência que fundamenta a Arquivística.

Este princípio deve ser o elemento basilar a ser considerado, seja em situações de transição ou na organização dos documentos originados a partir do desenvolvimento das funções e atividades de caráter administrativo, legal, financeiro, técnico e histórico de cada produtor arquivístico. A consequência da aplicação do conceito de fundo de arquivo favorece a condição probatória da documentação originada no âmbito das atividades das organizações públicas e privadas de interesse público.

THE CONCEPT OF ARCHIVES: THE TOUCHSTONE OF PRACTICE IN ARCHIVE

ABSTRAT

This article discusses the application of the concept of archives appears in the book *The foundations of the discipline Archives* (1988), Jean-Yves Rousseau and Carol Couture, in relation to the actual situation of change in the legal constitution of part of a public institution. The goal is to apply the parameters of the concept of archives in the situation where an administrative unit belonging to a federal agency is qualified with the legal title of Social Organization (OS), according to Law No. 9,637 of May 15, 1988, and shall assuming the exercise of social interest, non-profit activities. The methodology used for the analysis is the comparative method that extracts theoretical elements of the concept of archives defined by the authors Couture and Rousseau, and compares a problem situation to have an interpretative review of the changes that occurred goal. Presents a comparative table of the parameters of the concept of comparing the concept of archives with both sets of documents produced by the local authority, as the social organization. And concludes with considerations about the status of the background and perspective of the evidentiary files of public and private organizations of public interest.

Keywords: Archives. Archive group. Social organization.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Organizações sociais**. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, Cadernos MARE da Reforma do Estado v. 2, 1997. 74 p. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno02.PDF> . Acesso em: 27 maio 2014.

BRASIL. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidade como organizações sociais, a criação do programa nacional de publicização, a extinção dos órgãos e entidade que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá

outras providencias. **Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de maio de 1998. Seção 1, p.8.

MODESTO, P. **Reforma do marco legal do terceiro setor no Brasil**. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=474>>. Acesso em: 31 maio 2014.

OLIVO, Luis Carlos Cancellier de. **As Organizações Sociais e o novo espaço público**. Florianópolis; FEPESE/Editorial Studium, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

Trabalho recebido em: 15 jul. 2014

Trabalho aceito em: 23 out. 2014

A IMPORTÂNCIA DAS COMISSÕES DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS E DE REVISÃO DE PRONTUÁRIOS EM ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE: UM ESTUDO EM HOSPITAIS ^{1*}

Louise Anunciação Fonseca de Oliveira**

Francisco José Aragão Pedroza Cunha***

RESUMO

Esta comunicação revela parte dos resultados preliminares de uma pesquisa sobre gestão de documentos em serviços de saúde e destaca a importância das Comissões de Avaliação de Documentos e de Revisão de Prontuários do Paciente nessas organizações. Essas comissões deliberam as diretrizes para a preservação dos documentos e dos respectivos conjuntos de documentos que contenham valor secundário e sejam capazes de cumprir a missão principal desses serviços: promoção, prevenção e assistência à saúde. A pesquisa é aplicada, exploratória, bibliográfica, documental e de levantamento. A teoria e o método são aplicados por meio de questionário, entre seis sujeitos das áreas de documentação e arquivo, de tecnologia da informação, de assistência e da administrativa de três hospitais da cidade de Salvador/Bahia. Os resultados apontam que se as referidas Comissões existem nestas organizações, as mesmas não estão institucionalizadas.

Palavras-chave: Documentos e arquivos. Avaliação de documentos em serviços de saúde. Hospitais.

* Trabalho – modalidade Pôster – do Eixo Temático “Gestão Documental” exposto em 22 de outubro de 2014 no VI Congresso Nacional de Arquivologia.

** Bacharel em Arquivologia e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Arquivista da Escola Politécnica da UFBA. *E-mail:* soulouise@gmail.com

*** Doutor em Difusão do Conhecimento e Professor Adjunto do Departamento de Documentação e Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). *E-mail:* pedrozaici@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As organizações públicas ou privadas acumulam documentos durante sua trajetória que são comprobatórios das ações de seus gestores e refletem o cumprimento de sua missão. A documentação produzida, acumulada e recebida pelas organizações não pode ser guardada integralmente nos arquivos organizacionais, tanto pelos custos de manutenção e insuficiência de recursos físicos e humanos, mas principalmente porque estes arquivos estão voltados para atender a outros usos que não meramente os administrativos; trata-se dos usos históricos, sociais, científicos e culturais da documentação pela sociedade em geral. Portanto, cabe à organização preservar somente os documentos que adquiriram valor secundário.

A determinação do valor dos conjuntos documentais, ou avaliação, orienta a prática da Arquivologia Contemporânea, e reflete-se na necessidade de redução quantitativa do acervo documental, priorizando os aspectos qualitativos dos documentos, independente da sua idade. Esta comunicação tem por objetivo verificar a existência das Comissões Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) e de Revisão de Prontuários do Paciente (CRPP) em organiza-

ções de saúde com adesão à Rede de Inovação e Aprendizagem em Gestão Hospitalar da Bahia (InovarH-BA). Essa Rede “estimula a difusão dos conhecimentos das organizações hospitalares de maneira compartilhada, de forma dialógica, na busca de consensos e significados a partir de contraditórios gerados pelas distintas histórias de práticas de gestão hospitalar, por meio dos profissionais de saúde, os quais são os protagonistas desta Rede inseridos no Sistema Único de Saúde (SUS)” (CUNHA, 2008, p. 48).

O estudo justifica-se por entender que a avaliação de documentos é uma atividade fundamental para a vitalidade das organizações de saúde, uma vez que contribuem para a aprendizagem e inovação gerenciais. Na ausência de Comissões dessa natureza, as organizações de saúde tendem a se tornar volumosos depósitos de documentos, inviáveis de receber tratamento e, portanto, sem possibilidade de propiciar à difusão do conhecimento sobre a prevenção, a promoção e à atenção em saúde. Apesar da importância do assunto, a literatura científica nacional pouco tem tratado do tema. Procura-se, portanto, contribuir para elucidar sua aplicação nas organizações de saúde, em particular, nos hospitais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizada uma revisão dos aportes teóricos em livros e periódicos científicos nacionais da área de Arquivologia para determinar o estado da arte no Brasil. Com o intuito de levantar informações para alcançar o objetivo desta pesquisa foi enviado por e-mail um questionário para quatro sujeitos de três hospitais com termo de adesão à Rede InovarH-BA: 01 sujeito da área de documentação e arquivo, 01 sujeito da área de tecnologia da informação, 01 sujeito da área de assistência e 01 sujeito da área administrativa. Este levantamento caracteriza-se como o teste piloto deste instrumento de pesquisa e que já está sendo aplicado em mais 36 hospitais. Neste pré-teste, obteve-se resposta de seis sujeitos da pesquisa. Após o levantamento das informações, realizou-se a tabulação e a análise das informações prospectadas. Tal análise permite pré-diagnosticar o processo de avaliação nas organizações de saúde investigadas.

3 A AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS NA ARQUIVÍSTICA CONTEMPORÂNEA

Em meados do século XX, o trabalho arquivístico foi orientado para tornar as

massas documentais acumuladas um conjunto coeso que permita à pesquisa retrospectiva. O tratamento documental visa o acesso e à recuperação de informações importantes para os usuários que desejam informações para as suas tomadas de decisões, para o desenvolvimento de uma área científica e para a sociedade saber sobre sua própria evolução.

Na Constituição Federal de 1988 do Brasil, em seu artigo 216, é pontuada a relevância da Gestão de Documentos (GD) públicos para o acesso aos mesmos (BRASIL, 1988). Na Lei nº 8.159/1991, encontra-se a definição para a GD como o “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando à sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente” (BRASIL, 1991, p. 12). Intrinsecamente relacionado com o princípio da administração racional dos documentos em todas as três idades, encontra-se o procedimento da avaliação de documentos, atividade que trata-se de um

[...] trabalho interdisciplinar que consiste em identificar valores para os documentos (imediato e mediato) e analisar seu ciclo de vida, com vistas a estabelecer prazos para sua guarda ou eliminação, contribuindo para a racionalização dos arquivos e eficiência administrativa, bem como para a preservação do patrimônio documental (BERNADES, 1998, p. 14).

A análise destes aspectos propõe uma valoração dos documentos, distinguindo-os entre o seu valor primário e secundário (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Os processos de análise e valoração dos documentos devem ser efetivados e formalizados em um documento específico: a tabela de temporalidade documental (TTD), dispositivo de determinação da destinação da documentação do órgão ou entidade. Isso porque o procedimento de avaliação deve ser metodológica e teoricamente embasado a partir de textos legais ou normativos que definam normas e procedimentos para o trabalho de avaliação (BERNARDES, 1998, p. 17).

Para auxiliar na execução desse trabalho de avaliação, é fundamental a convocação e constituição em caráter formal e permanente da Comissão Interdisciplinar de Avaliação de Documentos, que garanta o desenvolvimento dos trabalhos de análise, atribuição dos prazos e instrumentos de destinação dos documentos (BERNARDES, 1998). Conforme o Conselho Nacional de Arquivos (BRASIL, 2005, grifo nosso), nas organizações de saúde é recomendável que essa Comissão seja composta por: a) representantes do corpo clínico e da equipe de saúde; b) arquivista ou responsável pela guarda da documentação; c) servidores das

unidades organizacionais às quais se referem os documentos a serem avaliados, com profundo conhecimento das atividades desempenhadas; d) representante da Comissão de Revisão de Prontuários; e) representante da área jurídica da instituição.

A partir do exposto, é imprescindível que a administração superior e os funcionários das organizações de saúde apoiem o arquivista para o desenvolvimento da avaliação documental, com o intuito de que esta atividade ocorra desde o momento em que o documento é produzido e/ou recebido. Destaca-se o papel da CRPP, criada para dar suporte a CPAD (BRASIL, 2002). Essas Comissões são responsáveis pela definição metodológica e pela elaboração de textos legais e/ou normativos voltados aos procedimentos e critérios para o trabalho de determinação do valor secundário dos documentos (BELLOTTO, 2004).

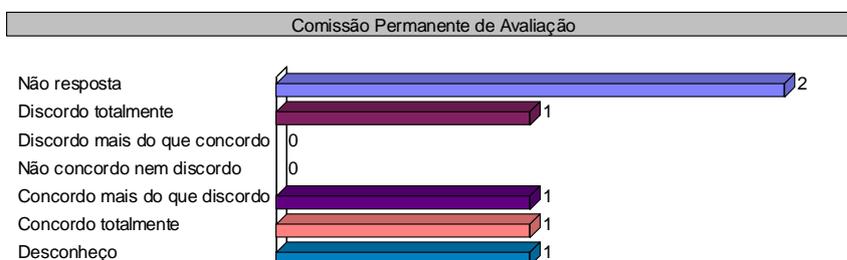
Ressalte-se ainda que o processo de avaliação nunca é feito analisando-se particularmente certos documentos, porque a peça documental, por si só, pouco representa se extraída do contexto no qual foi produzida, ou baseando-se nas unidades administrativas do órgão separadamente (BERNARDES, 1998, p. 18): o conjunto orgânico é o objeto da atividade de avaliação documental.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE LEVANTAMENTO

A seguir são apresentados os resultados obtidos por meio do pré-teste da pesquisa de levantamento, no âmbito das organizações de saúde, objetos deste estudo. De acordo com o Gráfico 1, as informações apontam que 02 respondentes concordam

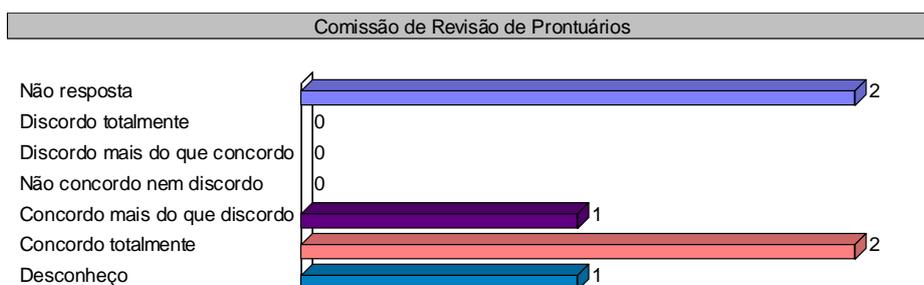
com a assertiva sobre o desenvolvimento dos trabalhos da CPAD. Outros 02 respondentes optaram por não afirmar se há uma Comissão desta natureza no seu respectivo hospital. Um respondente afirmou desconhecer a existência da referida Comissão. Apenas 01 respondente afirmou que em seu hospital não há uma CPAD no hospital.

Gráfico 1: Comissão Permanente de Avaliação de Documentos nos hospitais.



Fonte: elaborado pelos autores.

Gráfico 2: Comissão de Revisão de Prontuários do Paciente e a avaliação dos documentos.



Fonte: elaborado pelos autores

Ao confrontar tais informações com a importância de se constituir uma CPAD, nota-se que 03 dos respondentes optaram por não responder e desconhecer a existência de uma CPAD em seu hospital. Tal fato implica que provavelmente essa Comissão

exista, mas não é institucionalizada, ocorrendo, portanto, um desconhecimento da sua existência. Os resultados sinalizam a necessidade da formalização das CPAD, na

tentativa de estabelecer os elementos necessários à eficácia da avaliação documental nestes hospitais.

No Gráfico 2, as informações apontam que 03 respondentes concordam com a assertiva. Outros 02 respondentes optaram por não afirmar se há uma CRPP no seu respectivo hospital. Um respondente afirmou desconhecer a existência da referida Comissão.

Ao confrontar tais informações com a importância de uma CRPP, constata-se que os hospitais preocuparam-se em constituir uma equipe responsável por tal procedimento. Entretanto, ao analisar o Gráfico 2, nota-se que 02 dos respondentes optaram por não responder e 01 desconhece a existência de uma CRPP. Tal fato implica inferências de que provavelmente, assim como na CPAD, essas comissões podem existir, mas não estão institucionalizadas, ocorrendo, portanto, um desconhecimento da sua existência. E se essas CRPP não existirem nos hospitais, comprometem o pleno desenvolvimento das atividades de avaliação, uma vez que dão suporte às deliberações da CPAD e, por conseguinte, a difusão do conhecimento nas organizações de saúde.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta comunicação procura-se elucidar sobre a importância da CPAD e da CRPP para a análise, a seleção e o tratamento do volume de documentos produzidos e recebidos pelas organizações de saúde. Essas Comissões são recorrentes, decisivas e imprescindíveis para a preservação da memória e a difusão do conhecimento sobre a promoção, a prevenção e a atenção à saúde. Em Salvador, as organizações de saúde parecem ter ciência da necessidade dessas duas Comissões. Entretanto, a institucionalização das mesmas, procedimentos necessários para o direcionamento de todo o trabalho a ser realizado, parece que ainda não foi efetivado.

Tal constatação, antes de ser prerrogativa desses hospitais, parece ser reflexo mesmo de uma disciplina científica em franco desenvolvimento e na qual as próprias técnicas encontram-se em processo de maturação. Processo esse para o qual procuramos dar nossa pequena contribuição com essas reflexões.

NOTA EXPLICATIVA

1 Projeto de pesquisa aprovado pelo Edital FAPESB n.º 020/2013 – Programa de Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde–PPSUS–BA – FAPESB/SESAB. Projeto de pesquisa aprovado por mérito

Edital Chamada CNPq – Universal
14/2013. Projeto de Pesquisa contemplado
no Edital PROPICI-PROEXT- PROPG

/UFBA 01/2013 PROUFBA – Programa
Pense, Pesquise e Inove a UFBA.

THE IMPORTANCE OF EVALUATION RECORDS AND PATIENT RECORDS REVIEW COMMITTEES IN HEALTHCARE ORGANIZATIONS: A STUDY IN HOSPITALS

ABSTRACT

This communication reveals part of preliminary results of a survey about records management in health services and highlights the importance of evaluation records and patient records review committees in healthcare organizations. These committees deliberate guidelines for the records preservation and their records sets containing value term and they are able to fulfill the mainly mission of these services: health promotion, prevention and care. The research is applied, exploratory, bibliographical, documentary and survey. The theory and method are applied by questionnaire among six subjects in the areas of records and archiving, informatics, administrative and assistance in three hospitals of Salvador / Bahia. The results show that these committees exist in these organizations, but they are not still institutionalized.

Keywords: Records and archives. Records review in health services. Hospitals.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.**

Rio de Janeiro, 2005. (Publicações Técnicas, 51)

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 1998. (Como fazer, 1)

BELLOTO, Heloísa L. Valores dos documentos de terceira idade. In: _____.
Arquivos

Permanentes: tratamento documental. 2 ed.ver. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p 113-124.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 maio 2007.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras

providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/legarquivos2006setembro.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2007.

BRASIL. Resolução nº 22, de 30 de junho de 2005. Dispõe sobre as diretrizes para a avaliação de documentos em instituições de saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 jul. 2005. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=73&sid=46>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

BRASIL. Resolução nº 1.638, de 9 de agosto de 2002. Define prontuário médico

e torna obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuários nas instituições de saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 ago. 2002. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2002/1638_2002.htm>. Acesso em: 20 jun. 2014.

CUNHA, F.J.A.P. **Da adesão à participação em uma rede de hospitais como promoção da aprendizagem organizacional e da inovação gerencial: um olhar sobre a Rede InovarH-BA**. 2012. 333. Tese (Doutorado em 2012). UFBA- Faculdade de Educação, Salvador-Bahia-Brasil, 2012.

Trabalho recebido em: 15 jul. 2014

Trabalho aceito em: 23 out. 2014

PRESERVAÇÃO PARA A FUTURIDADE DO ACESSO AO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO DIGITAL*

Daiane Regina Segabinazzi Pradebon**

Daniel Flores***

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo das rotinas de produção, transmissão e armazenamento de documentos arquivísticos digitais produzidos pela Universidade Federal de Santa Maria com enfoque no Histórico Escolar de Formado (HEF). O desenvolvimento dessa pesquisa está embasado nos estudos de caso realizados pelo projeto TEAM Brasil referente à fase 3 do projeto InterPARES, além de referências da área de Diplomática Contemporânea. Para tal, buscou-se analisar os procedimentos de trabalho durante todo o ciclo de vida de documentos ‘nato digitais’, a fim da elaboração de um diagnóstico relativo à fundamentação legal do Histórico Escolar na UFSM e a análise do sistema eletrônico no qual essa tipologia é produzida. Pretende-se demonstrar a importância de ‘se pensar’ em preservação digital na ‘era digital’, sobretudo pela crescente expansão tecnológica.

Palavras-chave: Documento Arquivístico Digital. Diplomática Contemporânea. Histórico Escolar de Formado.

* Trabalho – modalidade Pôster – do Eixo Temático “Documentos arquivísticos digitais” exposto em 21 de outubro de 2014 no VI Congresso Nacional de Arquivologia.

** Mestranda em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* daianepadebon@gmail.com

*** Docente do Mestrado em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* dfloresbr@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Não há dúvidas que os recursos tecnológicos surgiram como um facilitador para as atividades rotineiras da sociedade e abriram portas para a globalização. Mas o seu avanço ainda causa algumas preocupações aos profissionais da informação, dentre elas a rápida obsolescência tecnológica culminando na perda de informações. Diante disso, o Projeto InterPARES (*International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*), organizado através de uma ação colaborativa de diversos países, incluindo o Brasil, através de uma equipe denominada TEAM Brasil coordenada pelo Arquivo Nacional, propôs-se a desenvolver conhecimento para a preservação de registros autênticos criados e/ou mantidos em formato digital, assegurando sua longevidade e sua autenticidade. Em colaboração com o Ministério da Saúde, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Câmara dos Deputados e o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP) o projeto TEAM Brasil desenvolveu, nove estudos de casos sobre a análise diplomática e o contexto em que documentos arquivísticos ou sistemas de manutenção de documentos se inseriam.

Segundo os princípios que norteiam o fazer arquivístico, os documentos devem preservar ao máximo o contexto e a organicidade de sua produção, respeitando a sua proveniência, portanto não sendo misturados aos de origem diversas. É nessa relação com o produtor que reside o atributo de prova do documento, no qual Camargo (2000 apud RODRIGUES, 2008) denomina de “vínculo natural” e Duranti (1997) de “vínculo arquivístico”. Os primeiros diplomatas identificaram como os elementos necessários para criação de um documento: “sistema jurídico, ato, pessoas, procedimentos e forma documentária”. (RONDINELLI, 2005) Esse artigo apresenta o estudo de um documento arquivístico nato digital produzido na UFSM, o Histórico Escolar de Formado (HEF), onde se buscou identificar o seu contexto de produção, através da diplomática contemporânea, com a finalidade contextualizar o HEF dentro das atividades do órgão produtor e da sua estrutura funcional. Teve-se embasamento nos estudos de caso realizados pelo projeto TEAM Brasil referente à fase 3 do projeto InterPARES. Os contextos analisados foram: o contexto jurídico-administrativo, o contexto de proveniência, o contexto de procedimentos, o contexto documental e contexto tecnológico.

2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Segue o estudo dos contextos diplomáticos, definidos anteriormente, nos quais o documento arquivístico aqui estudado, o Histórico Escolar de Formado, deve possuir.

Em relação ao Contexto jurídico-administrativo, a UFSM, idealizada e fundada pelo Prof. Dr. José Mariano da Rocha Filho, foi criada pela Lei n. 3.834- C, de 14 de dezembro de 1960, com a denominação de Universidade de Santa Maria. A UFSM é uma Instituição Federal de Ensino Superior constituída como Autarquia Especial vinculada ao Ministério da Educação, localizada no centro geográfico do Estado do Rio Grande do Sul. A estrutura acadêmico-administrativa da UFSM, por meio da Portaria n. 156, de 12 de março de 2014, está constituída pela Administração Superior, as Unidades Universitárias, além das Unidades de ensino médio, técnico e tecnológico. As diretrizes da Instituição são traçadas por órgãos deliberativos da Administração Superior: o Conselho Universitário, o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, o Conselho de Curadores e a Reitoria.

No que se refere ao Contexto de proveniência, o Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DERCA), órgão executivo da Administração Superior, vincu-

lado a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFSM, tem por objetivo coordenar a vida acadêmica dos alunos integrantes da instituição, desde o ingresso até a sua formação. De acordo com Art. 40 do estatuto da UFSM de 1988 ao DERCA compete, dentre outras atribuições, fornecer os documentos escolares, tais como: atestados diversos, históricos, guias de transferência, declarações, certificados, diplomas de Graduação e Pós-Graduação, certidões, e outros documentos relativos ao Sistema, além de proceder a atualização dos registros acadêmicos nos históricos escolares dos alunos. Dentre os documentos mais importantes produzidos pela universidade está o Histórico Escolar de Formado (HEF), pois diz respeito à formação de indivíduos.

Já no Contexto de procedimentos, de acordo com o Guia de Estudante – publicação oficial conforme a Resolução N. 08/99 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – as solicitações de matrícula atualmente nos cursos da UFSM devem ser realizadas somente via Web pelo próprio aluno, através do Portal do Aluno, utilizado o Número de Matrícula como *login* e sua senha. De acordo com o Art. 40 do Regimento Interno da UFSM, a matrícula é o ato pelo qual o aluno institui ou renova seu vínculo acadêmico com a instituição, além de implicar automaticamente no comprometimento

do aluno a respeitar todas as normas específicas regimentais ou estatutárias da UFSM. Semestralmente o aluno deve fazer a solicitação de matrícula, a fim de requerer matrícula em disciplinas do Currículo do próprio Curso e/ou de outros cursos, no Portal do Aluno, observando os critérios de compatibilidade de horários, pré-requisitos e limites de carga horária estabelecidos no Projeto Pedagógico dos Cursos e aos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico da UFSM.

A partir da produção da Oferta de Disciplina pelos Departamentos Didáticos de cada Curso, o DERCA, conforme o prazo estabelecido no Calendário Acadêmico, libera no Portal do Aluno a “Solicitação de Matrícula”. Depois do período de ajustes de matrículas, os dados relativos às disciplinas e o respectivo curso, identificação do aluno e da turma, atualizados e armazenados em tabelas do banco do SIE, são disponibilizados aos professores para confecção do Diário de Classe. Conforme o Regimento da UFSM, Art. 112, o registro do resultado das avaliações parciais deverá ser feito pelo professor ministrante da disciplina no documento Diário de Classe. O professor verifica e registra diariamente as notas e frequências dos alunos matriculados nas atividades escolares correspondentes a cada hora-aula ministrada em interface

web, através do Portal do Professor, cujo acesso é permitido por autenticação e senha.

Os dados do HEF são agrupados para formar o documento que estão armazenados em tabelas em banco de dados específico do SIE. Essas informações são alteradas por diversas vezes, até a conclusão do curso. Ao término do curso é realizada a verificação da vida escolar para comprovar que o aluno não possui pendências, para que seja gerada a versão final do Histórico Escolar, que é a oficial. As versões oficiais são impressas e integrados ao Assentamento Individual do Aluno, juntamente com o restante da documentação referente às atividades escolares desenvolvidas na Universidade. Ao integralizar o Curso, o egresso receberá três documentos: Histórico Escolar de Formado, Certificado de Conclusão de Curso e Diploma de Bacharel.

No que tange ao Contexto documental, o Departamento de Arquivo Geral (DAG), criado em 17 de janeiro de 1990, na 438ª Sessão do Conselho Universitário, como órgão suplementar central da UFSM vinculado à Pró-Reitoria de Administração (PRA), tem por finalidade coordenar o sistema de arquivos na UFSM, mediante a adoção de políticas de gestão arquivística em todos os níveis da instituição. Em conformidade com a Política dos Fundos Documentais da Instituição o documento arquivístico aqui estudado está incluso ao Fundo

G “Pró-Reitoria de Graduação”. Em 2010, elaborou-se o Plano de Classificação estrutural e funcional do Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DERCA), em conformidade com a política de arquivos da UFSM. O Histórico Escolar pertencente ao Dossiê de Aluno, que é classificado na série “Vida escolar de alunos de graduação”, na subsérie “Controle da documentação acadêmica”. Em 2011, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) aprovou o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim para estudo e implementação nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), através da Portaria nº. 92, de 23 de setembro de 2011. No qual o Histórico Escolar pertencente ao Dossiê “Assentamento individual do aluno”, Classe “Promoção do Ensino Superior de Graduação”, Subclasse “Vida acadêmica”, Grupo “Controle da documentação acadêmica”.

Por fim, em relação ao Contexto tecnológico, o sistema responsável pela elaboração do HEF na UFSM é o Sistema de Informações Educacionais (SIE) desenvolvido pelo Projeto de Tecnologia de Informação da FATECIENS, em parceria com a UFSM. O Sistema é formado por subsistemas que gerenciam as áreas da Instituição de Ensino, denominados Módulos. O Mó-

dulo Educacional realiza os processos referentes à administração escolar, tais como: matrícula dos alunos e controle de sua vida escolar, lançamento de notas, frequência e conteúdo e diário de classe, controle de bolsistas, registro projetos e publicações da instituição, onde tanto professores como alunos podem acessar informações on-line, por meio de *login* e senha. Atualmente o Sistema Acadêmico conta com a emissão virtual de documentos com autenticação digital. Através do Sistema de Gerenciamento e Controle de Acesso (SGCA) é realizada a configuração de acesso aos dados do SIE de acordo com o perfil de cada usuário, além das auditorias de utilização de aplicações e das atualizações realizadas na base de dados a partir de tabelas/campos pré-definidos pela instituição. Os dados armazenados no SIE são organizados e mantidos pelo Centro de Processamento de Dados (CPD). Sendo que os backups de segurança são acondicionados em local distinto do prédio.

3 CONCLUSÃO

Apesar de possuir autenticação digital, os dados integrantes do Histórico Escolar, armazenados do SIE são alterados por diversas vezes, até a conclusão do curso. Ao término do curso é gerada a versão final, que é impressa e integrada ao Assentamento Individual do Aluno, juntamente com o res-

tante da documentação referente às atividades escolares desenvolvidas na UFSM. Esse procedimento afeta a autenticidade daquela tipologia, já que passa por um processo de alteração de suporte eletrônico para papel. Como visto anteriormente o documento arquivístico é oriundo naturalmente do desenvolvimento das atividades da instituição produtora, tanto convencional quanto digital, e deve possuir forma fixa e conteúdo estável. Entretanto, na estrutura do banco de dados do SIE, os dados estão armazenados

em tabelas no disco rígido, mas não o documento arquivístico de forma fixa. No momento em que se gera o Histórico Escolar (em formato .pdf), o servidor resgatada os dados para criar um novo documento. Esse procedimento fere os princípios basilares da teoria arquivística e da diplomática contemporânea. Nesse sentido também pode se presumir a ausência de um sistema que atenta os requisitos de armazenamento de documentos arquivísticos para preservação a longo prazo.

PRESERVATION FOR FUTURITY ACCESS TO DOCUMENT ARCHIVAL DIGITAL

ABSTRACT

This article presents a study of routine production, transmission and storage of digital records produced by the Federal University of Santa Maria focusing on School History Formed (HEF). The development of this research is based on case studies carried out by the project TEAM Brazil concerning the phase of the InterPARES 3 project, and references of Contemporary Diplomatic Area. To this end, we sought to analyze work procedures throughout the life cycle of documents 'born digital', in order to prepare a diagnosis concerning the legal basis of the transcripts in UFSM and analysis of the electronic system in which this typology is produced. We intend to demonstrate the importance of 'thinking' in digital preservation in the 'digital age', especially by increasing technological expansion.

Keywords: Archival Document Digital. Contemporary Diplomatic. History School of the Formed.

REFERÊNCIAS

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. **Estatuto**. Santa Maria, 2014. Disponível em: <http://sucuri.ufsm.br/_outros/pdf/estatuto.pdf> Acesso em: 17 jun. 2014.

_____. Universidade Federal de Santa Maria. **Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência**. Santa Maria, 2014. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/programati>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

PROJETO INTERPARES 3. TEAM Brasil. Disponível em: <http://www.interpares.org/ip3/ip3_index.cfm?team=4>. Acesso em: 10 ago. 2014.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos:** uma abordagem teórica da Diplomática Arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipolo-**

gia documental em arquivos. Tese (Doutorado em História Social) – UNESP: SP, 2008. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2014.

DURANTI, Luciana. **The archival bond:** Archives and Museum Informatics. Vancouver (Canadá): Kluwer Academic Publishers, v.11, p. 213–218, 1997.

_____. **Diplomatics:** new uses for an old science. Society of American Archivist, Maryland, 1998.

Trabalho recebido em: 15 jul. 2014

Trabalho aceito em: 23 out. 2014

SOFTWARE LIVRE: UM DIFERENCIAL COMPETITIVO PARA A ARQUIVÍSTICA*

Natália de Lima Saraiva**

Rodrigo de Freitas Nogueira***

RESUMO

Este trabalho aborda o software livre como diferencial competitivo para a arquivística. Pois a existência de softwares eficientes que se mantenham por certo período de tempo, em plataforma livre, estimulam os gestores a adesão a essas ferramentas, além de proporcionar dinamismo e competitividade para o mercado de trabalho. Nessa perspectiva o trabalho se apresenta em dois capítulos dispostos de acordo com o relacionamento teórico existente entre a arquivística e a automação, seguido da compreensão, apoiada metodologicamente na revisão de literatura do software livre como diferencial competitivo. O primeiro capítulo (Arquivística e Automação) trata da apropriação do conceito de arquivística integrada e da utilização de ferramentas de automação. O segundo capítulo (O Software Livre: uma rede em constante desenvolvimento), trata o software livre como uma ferramenta de política pública movedora do desenvolvimento e da inovação tecnológica além da formação de uma rede de desenvolvimento em constante construção. Assim - utilizando-se do exemplo do ICA-Atom, um software livre para a descrição arquivística do Conselho Internacional de Arquivos (ICA), utilizado pela maioria das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para representar seus acervos eletronicamente - a solução que se apresenta como diferencial competitivo, com viés de inovação, é a utilização do software livre como instrumento para auxiliar na tomada de decisão de forma rápida, segura, continuada e autônoma.

Palavras-chave: Arquivística. Automação. Software Livre.

* Trabalho – modalidade Pôster – do Eixo Temático “Inovação e sustentabilidade em arquivos” exposto em 21 de outubro de 2014 no VI Congresso Nacional de Arquivologia.

** Bacharelado em Arquivologia pela Universidade de Brasília (UnB) e Especialização em Gestão de Arquivos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* natalialimasaraiva@gmail.com

*** Bacharelado em Arquivologia pela Universidade de Brasília (UnB). *E-mail:* rodrigobsb06@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A escolha de um software arquivístico ideal, que possibilite a recuperação de um documento de forma rápida e segura, adaptado e completo que atenda às necessidades de uma organização é uma tarefa árdua. Quando se trata de um sistema que aborde a produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos a complexidade da escolha é ainda maior.

A existência de softwares eficientes e que se mantenham por certo período de tempo têm sido considerados como diferenciais competitivos para as organizações. Essas soluções tecnológicas, que prometem auxiliar no controle e na produtividade das organizações, estimulam os gestores à adesão a essas ferramentas, o que proporciona dinamismo e competitividade para o mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, apoiado na revisão de literatura como forma metodológica, este artigo objetiva abordar os conceitos envolvidos na relação das soluções tecnológicas desenvolvidas em software livre com a arquivística, identificando os elementos que tornam a utilização dessas soluções um diferencial competitivo para arquivologia.

2 ARQUIVÍSTICA E AUTOMAÇÃO

A interface que se configura a partir da interação entre a arquivística e a automação de seus processos desenvolve no usuário a percepção de uma modernização da atividade. A agilidade na execução de uma tarefa e a possibilidade de acesso remoto aos documentos de um acervo são alguns dos principais resultados esperados de um processo de informatização de fluxos de trabalho.

Segundo Monte-Mor (1986) a ideia de modernização tecnológica associada aos arquivos inicia-se na década de 1970, no II Congresso Internacional de Arquivos realizado em Moscou, com a discussão sobre a utilização de meios de recuperação, de forma pormenorizada, para que as informações necessárias fossem disponibilizadas de maneira rápida e precisa por meio da automação.

A utilização da tecnologia no âmbito das ações institucionais deve ser pensada com cautela, examinando o custo/benefício, a manutenção dos recursos tecnológicos, os impactos gerados na produção e preservação da documentação, e a função a ser atendida com o uso dessas ferramentas. Pois a Arquivística, como disciplina que rege a gestão da informação orgânica (arquivos) pode, segundo Rosseau e Couture (1998), assumir três formas:

uma unicamente administrativa (records management), cuja principal preocupação é ter em conta o valor

primário do documento; uma forma tradicional que põe a tônica unicamente no valor secundário do documento; uma forma nova, integrada e englobante, que tem como objetivo ocupar-se simultaneamente do valor primário e do valor secundário do documento (p.70).

Assim, o relacionamento entre a arquivística e a automação se dá através da utilização de ferramentas de automação eficientes que garantam usabilidade pelos usuários na compreensão dos fluxos documentais orgânicos, além de garantir a representação da informação arquivística. Expondo os profissionais de arquivo às interações com os conceitos de hardware e softwares, bem como com a necessidade de escolha do software ideal.

A escolha do software que atenda às necessidades institucionais e que se mantenha no tempo não é tarefa fácil. Deve-se levar em conta as questões políticas e culturais da instituição, com o objetivo de promover um processo de mudança coerente e colaborativo, buscando maturidade e desenvolvimento das pessoas envolvidas no processo. Os softwares mais comuns e disponíveis no mercado são os proprietários, no qual o programador

abdica da liberdade de controlar sua obra, em troca de salário e compromisso de sigilo. O distribuidor, fantasiado de 'fabricante', torna-se proprietário de tudo. Desde o código fonte, tido como segredo de negócio, até as cópias executáveis, licenciadas ao usuário sob custódia e regime draconiano (REZENDE apud MOREIRA NETO, 2010, p.32).

Essa configuração se instala nas atividades individuais e nas práticas institucionais. E como ativo institucional, os custos de aquisição de um software proprietário, considerando a sua manutenção, adaptabilidade e as necessidades da organização, se tornam elevados e influenciam o processo decisório de escolha.

Outro tipo de software, que vem crescendo no mercado e entre as instituições públicas federais, é o software livre, que mesmo com variações de licença de uso, possui características relevantes a serem analisadas.

3 O SOFTWARE LIVRE: UMA REDE EM CONSTANTE DESENVOLVIMENTO

Em 1985, Richard Stallmann, criou a Free Software Foundation, com a proposta diferenciada de desenvolvimento e distribuição dos sistemas de computador. Os softwares passaram a ser criados como produtos do conhecimento científico e com o objetivo de promover o desenvolvimento social. Uma alternativa aos softwares comerciais e proprietários, ficando estes protegidos por uma licença chamada GLP (General Public License), que, garante aos usuários dos softwares livres quatro liberdades:

a liberdade de executar o programa para qualquer propósito; A liberdade de estudar como o programa funciona

e adaptá-lo às suas necessidades. Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade; A liberdade de redistribuir cópias, permitindo a ajuda ao próximo; A liberdade de aperfeiçoar o programa e liberar estes aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie. Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade. (WILLIAMS apud JOICE KÄFER 2009, p.2)

Segundo Stallmann (LOTTERMANN, 2001), o desenvolvimento de um software com as características GLP seria revolucionário, no qual haveria a possibilidade de um programador, partindo de um programa já existente, desenvolver melhorias, criar diferentes funcionalidades, ou utilizar-se deste para criar novos programas, sem a necessidade de começar do zero. Assim, Richard Stallmann inicia o projeto e o conceito do software livre.

Um software com o código fonte aberto que estimula a conectividade, influencia a criatividade, a evolução para a mudança e a melhoria continuada. Um real e diferencial competitivo que, além de proporcionar maior autonomia aos usuários, permite a colaboração com o desenvolvimento do software. Porém, o código livre, deve estar organizado de forma a permitir a inteligibilidade, pois esse é aberto e divulgado, e deve ainda ser compreensível para que se possa atualizar, corrigir ou modificar.

A divulgação é importante, mas a escrita e organização do código são essenciais para a vida do sistema. O software livre além de ser uma ferramenta de política pública é movedor do desenvolvimento e da inovação tecnológica, proporcionando a formação de uma rede de desenvolvimento em constante construção.

Um exemplo de software livre que tem sido utilizado pelas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES é o software “Conselho Internacional de Arquivos - Acesso à Memória” (ICA-AtoM) do Conselho Internacional de Arquivos (ICA). Solução tecnológica voltada ao ambiente *web* que contribui para a difusão e respeita as normas de padronização da descrição estabelecidas pelo ICA, como: a ISAD(G), a ISAAR(CPF), e a ISDIAH. Além de outras normas como o Dubli Core e a Rules for Archival Description (RAD).

Como o ICA-AtoM disponibiliza a possibilidade de uso dessas normas de descrição e se estabelece como um software livre, colaborativo e com o código-fonte aberto, permite que as instituições que utilizem outras normas específicas possam desenvolver, adaptar e customizar a ferramenta para atender as características particulares de cada instituição.

No que se refere ao domínio competitivo, Porter (1980) afirma que deve-se pro-

curar a melhor maneira de adquirir rentabilidade, utilizando-se da diferenciação dos produtos e do estabelecimento de custos de mudança para propor vantagens tecnológicas. Assim, ao mesmo tempo é necessário e um diferencial competitivo fugir de situações semelhantes que lhe sejam impostas por eventuais fornecedores, ou seja, a padronização é necessária e é preciso evitar ficar à deriva de custos de mudanças eventuais gerados pelos fornecedores.

4 CONCLUSÃO

Dessa forma, se faz indispensável identificar os elementos que possibilitam a interação entre a tecnologia da informação e a arquivística, assim como identificar no mercado de trabalho as soluções disponíveis que melhor se adaptam às particularidades da documentação orgânica e às ações institucionais. Essa contribuição deve ser apoiada nos fundamentos que garantem autenticidade, fidedignidade e valor de prova aos documentos produzidos e/ou recebidos durante a existência da organização ou indivíduo e que se constituem como resultado da sua atuação.

Considerando a organicidade dos documentos arquivísticos e suas particularidades quanto a sua unicidade, o ideal é que

uma instituição não se submeta exclusivamente a utilização de um software proprietário, cujo controle dependa de terceiros. Pois, a dependência de fornecedores, inserida numa perspectiva de variação de custos financeiros, ameaça a preservação e a gestão documental além de possibilitar perdas incalculáveis.

A experiência proporcionada pela utilização do software ICA-Atom, como exemplo, permite às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) maior celeridade na difusão de seus acervos, com representação das particularidades arquivísticas e, principalmente, a evolução e desenvolvimento colaborativo do sistema, característica marcante de um software livre. Mantendo a solução tecnológica com estabilidade e passiva de alterações a custos mais acessíveis, mesmo que em longo prazo.

Assim, uma solução que se apresenta como diferencial competitivo, com viés de inovação, é a utilização do software livre como instrumento de gerenciamento e controle documental que auxilia na tomada de decisão de forma rápida, segura, continuada e autônoma.

OPEN SOURCE SOFTWARES: A COMPETITIVE DIFFERENTIAL FOR ARCHIVISTICS

ABSTRACT

This paper discusses the open source software as a competitive differentiator for archivistic. Since the existence of efficient software which remain for certain period of time, in open source stage, stimulate managers adherence to these tools, as well as providing dynamism and competitiveness for market work. In this perspective the work is presented in two chapters presented in accordance with the theoretical relationship existing between archival and automation, followed by understanding, supported methodologically in the literature review, open source software as a competitive advantage. The first chapter (Archivistic and Automation), deals with the appropriation of the concept of integrated archivistic and use of automation tools. The second chapter (The Open Source Software: a network in constant development), treats the open source software as a tool of public policy mover of development and technological innovation besides the formation of a network of development under constant construction. Thus - using the example of the ICA-Atom, open source software for archival description of the International Council on Archives (ICA), used by most for Instituições de Federais de Ensino Superior (IFES) to represent their collections electronically. , the solution presented as a differentiator , with innovation bias, is the use of open source software as a tool to assist in decision making for fast, safe, continuous and unattended.

Keywords: Archivistic. Automation. Open Source Software.

REFERÊNCIAS

COSTA, Reinaldo Candido. **Conhecendo o Software Livre**. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/ueadsl/article/view/2504>>. Acesso em: 25 maio 2014.

JOICE KÄFER, Cesar Augusto de Azambuja Brod. **Engenharia de Software para Software Livre**. Disponível em: <<http://www.brod.com.br/?q=node/531>>. Acesso em: 25 maio 2014.

LOPES, L. C. **A Imagem e a Sombra da Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

Modernização Administrativa. 2 ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009.

LOTIERMANN, Jair. **Viabilidade da Utilização de Software Livre em um Ambiente Empresarial**. Dissertação de Mestrado. Puc-Campinas, 2001.

MONTE-MOR, Jannice de Mello. **Automação de arquivos**. Arq. & Adm.. Rio de Janeiro, 10-14 (1); 41-62, abr. 1962/ago. 1986.

MOREIRA NETO, Antonio Francisco. **Software (livre) na arte computacional**. 2010. 111 f., il. Dissertação (Mestrado em Artes)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

_____. **A Nova Arquivística na**

PORTER, Michael E. **Estratégia Competitiva**: Técnicas para Análise de Indústrias e da Concorrência. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

Trabalho recebido em: 15 jul. 2014

Trabalho aceito em: 23 out. 2014

POLÍTICA DE DIFUSÃO EDUCATIVA E CULTURAL DO ARQUIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA*

Fábio Ferreira Coelho Bragança**

RESUMO

O Arquivo da Câmara de Vereadores de Piracicaba, através de metodologia de pesquisa de estudos de usuários e levantamento bibliográfico, coletou, tratou e analisou informações que subsidiaram a elaboração do projeto que criou o Departamento de Documentação e Arquivo, com atenção especial na adequação do espaço físico para a preservação, o atendimento ao pesquisador e a realização da difusão cultural e educativa do acervo, cujas ações e atividades desenvolvidas serão elencadas neste trabalho.

Palavras-chave: Difusão Educativa e Cultural. Estudo de Usuário. Arquivo Câmara Municipal.

* Trabalho – modalidade Pôster – do Eixo Temático “Patrimônio documental e memória”, exposto em 23 de outubro de 2014 no VI Congresso Nacional de Arquivologia.

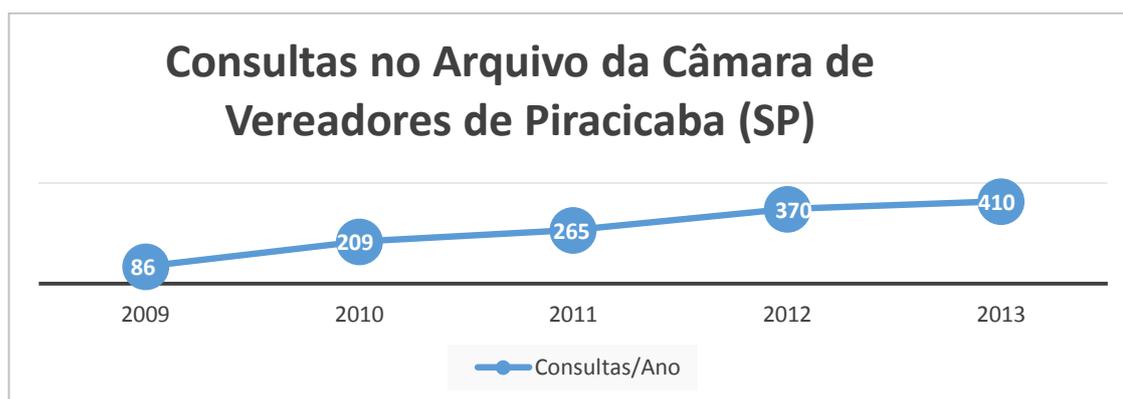
** Historiador, Mestrando em Administração pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), linha de pesquisa em Marketing em Arquivos. Responsável pelo Arquivo da Câmara de Vereadores de Piracicaba-SP e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba. *E-mail:* fabiobraganca@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A Câmara de Vereadores de Piracicaba possui um grande acervo de documentos, dos mais diversos suportes, produzidos, recebidos e acumulados pela instituição ao longo de 192 anos de existência. A principal preocupação da Casa Legislativa, ao longo dos tempos, foi manter a documentação reunida e evitar

o seu desmembramento no passar das gestões. Nos últimos anos, o crescente do número de usuários colocou o arquivo no plano de investimento da instituição. Nos últimos 4 anos o número de consulentes do arquivo praticamente dobrou, de 209 consultas em 2010 para 410 atendimentos em 2013. O número elevado de consultas para um arquivo de Câmara¹.

Gráfico 1: Consultas no Arquivo da Câmara de Vereadores de Piracicaba de 2009 a 2013.



Fonte: elaborado pelo autor

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 ESTUDOS DE USUÁRIOS DO ARQUIVO DA CÂMARA

As estatísticas de consulta ao arquivo e a demanda por novos serviços de informação motivaram a elaboração de um projeto de melhoria no arquivo. E, para que

o projeto pudesse contemplar não apenas a necessidade da instituição, buscou-se envolver o usuário de arquivo. Mas para isso, era preciso conhecer os diferentes tipos de usuários do arquivo da Câmara, bem como identificar suas necessidades.

Existem várias definições de usuário de arquivo nos dicionários de terminologia arquivística². Utilizando a definição de

¹Assunto discutido no II Encontro entre Câmaras Parceiras, promovido pelo Arquivo do Estado de São Paulo, na cidade de Bauru, em setembro de 2013.

Informação Arquivística, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 143-148, jul./dez., 2014

² JARDIM, José Maria e FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. *Datagramazero*, v. 5, n. 5, artigo 04,

SANZ CASADO, o usuário de arquivo vem a ser todo e qualquer indivíduo que necessita de informação para desenvolver ou realizar as suas atividades³.

O sucesso do arquivo depende, em grande parte, do conhecimento das necessidades das pessoas que se utilizam dos serviços oferecidos. Portanto, um estudo de usuário foi um instrumento importante para a avaliação e o planejamento dos serviços de informação.

Um questionário de pesquisa direcionado ao usuário do arquivo foi elaborado seguindo estudos realizados na área⁴ e as orientações apontadas por de Le Coadic⁵, que direciona o foco principal de atenção para a “identificação de necessidades de informação” e não para a “identificação do grau de satisfação do usuário dentro dos serviços de informação”.

Saber diferenciar o tipo de usuário ajuda a criar serviços que satisfaçam as necessidades de diferentes grupos. Assim, pesquisa definiu o perfil dos usuários do arquivo da Câmara de Vereadores de Piraci-

caba, que foi classificado seguindo os estudos de Sanz Casado, Garcia Belsunce e Xavier Tarraubella I Mirabet: Usuário Real, Usuário Virtual, Usuário Potencial, Usuário Prático, Usuário Acadêmico, Usuário Artístico, Usuário Editorial e o Usuário Popular. Além de identificar o perfil do usuário do Arquivo da Câmara, a pesquisa apontou para a necessidade de melhorias na estrutura e nos serviços oferecidos. Foi preciso planejar as atividades com vistas a satisfazer as crescentes necessidades de informação por parte de seus usuários⁶, bem como planejar ações (política de difusão) para atrair novos usuários.

O novo Departamento de Documentação e Arquivo foi formado pelos seguintes setores: Arquivo Histórico, Arquivo Permanente, Centro de Documentação (com laboratório de conservação e restauro, reserva técnica com traneis para acondicionamento de obras de arte, área de pesquisa e tratamento documental, mini auditório), Hall de Exposições, Protocolo, Videoteca, Biblioteca Jurídica e Serviço de Informação ao Ci-

out. 2004. Disponível em http://dgz.org.br/out04/Art_04.htm. Consultado em 17 de abril de 2014.

³ SANZ CASADO, Elías. Manual de estudios de usuarios. Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Madrid: Pirámide, 1994. p. 31-38

⁴ Estudos de usuários de arquivos utilizados: (1) KURTZ, Clara Marli Scherer. O usuário do Arquivo Nacional e o seu relacionamento com os serviços oferecidos para a satisfação de suas necessidades de informação. 1990. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. Instituto Brasileiro de

Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro. (2) SOUSA, Kleber Johnny Gomes de. O papel do marketing no Arquivo Histórico da Paraíba. Trabalho de conclusão do curso de graduação em Arquivologia. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), 2014.

⁵ LE COADIC, Yves. Usages et usagers de l'information. Paris: ADDBS, 1997.

⁶ Perez, Carlos Blaya. Os diferentes tipos de usuários de arquivos. IN: Caderno de Arquivologia. Santa Maria: Curso de Arquivologia – UFSM, 2002. Nº 1.

dadão (SIC). O projeto também foi submetido à apreciação do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

2.2 POLÍTICA DE DIFUSÃO CULTURAL E EDUCATIVA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

Com o projeto de melhorias na estrutura física elaborado, as atenções voltaram-se para o processo de difusão cultural e educativa do arquivo, que vem a ser a divulgação, o ato de tornar público, de dar a conhecer o acervo da instituição, assim como os serviços que essa coloca à disposição dos usuários⁷. Disponibilizar as informações para o maior número de pessoas é o objetivo principal em um processo de difusão. Isso deve estar implícito nas atividades desenvolvidas dentro das instituições arquivísticas. Não basta tratar a documentação, devemos também disponibilizá-las. Quanto maior o número de usuários acessando as informações, maior será o êxito. Fazem parte da política de difusão do arquivo:

Difusão Educativa – São programas educativos desenvolvidos nos arquivos ou com a participação deles. Muitos arquivos abrem as suas portas para receber estudantes; ali os alunos recebem as noções básicas

de como funcionam os arquivos e qual o papel que desempenham na sociedade. Essas atividades normalmente estão relacionadas com a história local, com as personalidades ou com a história das instituições que se destacam na região⁸. Uma das ações da Câmara é o Projeto Conheça o Legislativo que, semanalmente, recebe estudantes para visitas guiadas e palestras. Anualmente, por volta de 1.500 alunos visitam a Câmara neste projeto. São realizadas também oficinas com documentos históricos, palestras em escolas e empresas.

Difusão Cultural – As atividades culturais podem estar diretamente relacionadas ou não com as atividades do arquivo e são destinadas a um público bem específico, por exemplo, conferências, exposições, lançamentos de livros, oficinas, ciclo de projeção de filmes, visitas guiadas, etc. Foi criado, na Câmara, um espaço de exposições que, no ano de 2013, recebeu 12 exposições, com registro de aproximadamente 3.900 visitantes. Até o mês de maio de 2014 já foram realizadas 5 exposições com um público de 2.200 visitantes. Algumas exposições são itinerantes, como a Mostra “Conhecendo Almeida Junior” que percorreu diversas escolas da cidade.

⁷ PEREZ, Carlos Blaya. Marketing Aplicado aos Arquivos. Material Didático do Curso de Pós-Graduação em Gestão de Arquivos a Distância. Santa Maria: UFSM/UAB, 2009, p. 01-37.

⁸ PEREZ, Carlos Blaya. Marketing Aplicado aos Arquivos. Material Didático do Curso de Pós-Graduação em Gestão de Arquivos a Distância. Santa Maria: UFSM/UAB, 2009, pp. 01-37

Difusão Editorial – São as publicações. Elas informam sobre o conteúdo do acervo documental, das atividades desenvolvidas no âmbito dos arquivos, dos serviços oferecidos e dos programas em andamento. O Arquivo possui um espaço no site da Câmara para publicações de artigos, exposições virtuais, entrevistas, vídeos, consulta ao acervo e a seção “O Dia na História”, que traz, diariamente, uma notícia histórica da cidade, ilustrada por uma foto ou documento escrito. Outros exemplos de difusão editorial: publicação de artigos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP), nos três jornais impressos da cidade e um online. Confecção de material gráfico para cada exposição: catálogo, cartazes, banners e convites.

Outras atividades de difusão do acervo: participação em programas de rádio, televisão, participação em documentários, entrevistas, palestras em museus, bibliotecas, escolas. Participação de integrantes do Arquivo em mesas redondas, debates, congressos, encontros, simpósios. Leitura de textos no plenário em datas comemorativas. Enterro da Cápsula do Tempo do Poder

Legislativo Municipal, para ser aberta em 2072, nos 250 anos da Câmara.

3 CONCLUSÃO

O Arquivo da Câmara de Vereadores de Piracicaba, através de pesquisa e estudos de usuários; coletou e analisou informações que subsidiaram a elaboração do projeto de criação do Departamento de Documentação e Arquivo. Tal projeto tem como foco a adequação do espaço físico para a preservação, o atendimento ao pesquisador e a realização da difusão cultural e educativa do acervo, cujas ações e atividades desenvolvidas foram elencadas neste trabalho. Assim, o arquivo cumpre com o seu papel corroborando com a ideia de Belotto:

Quando um arquivo público instala, alimenta, desenvolve e expande seus serviços editoriais, culturais e educativos, alinhando-os à sua função informacional administrativa e científica, ele preenche seu lugar por direito e por conquista na comunidade. Esta deve ver no arquivo uma tribuna e um manancial de direitos e deveres, um lugar de entretenimento e uma real fonte de cultura e saber.

EDUCATIONAL AND CULTURAL DIFFUSION POLICY OF THE ARCHIVES OF THE CITY COUNCIL OF PIRACICABA

ABSTRACT

The Archives of the City Council of Piracicaba, through research methodology of user studies and literature survey, collected, processed and

Informação Arquivística, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 143-148, jul./dez., 2014

analyzed information that supported the development of the project that created the Department of Documentation and Archives, with special attention on the adequacy of space for physical preservation, care researcher and the realization of cultural and educational diffusion of the collection, whose actions and activities will be listed in this paper.

Keywords: Cultural and Educational Diffusion. User Studies. Council Archive.

REFERÊNCIAS

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- GARCÍA BELSUNCE, Cesar A. **El uso práctico de los archivos**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 9. Londres, 1980.
- JARDIM, José Maria e FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **Datagramazero**, v. 5, n. 5, artigo 04, out. 2004. Disponível em http://dgz.org.br/out04/Art_04.htm. Consultado em 17 de abril de 2014.
- KURTZ, Clara Marli Scherer. **O usuário do Arquivo Nacional e o seu relacionamento com os serviços oferecidos para a satisfação de suas necessidades de informação**. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1990.
- LE COADIC, Yves. **Usages et usagers de l'information**. Paris: ADBS, 1997.
- PEREZ, Carlos Blaya. **Marketing Aplicado aos Arquivos**. Material Didático do Curso de Pós-Graduação em Gestão de Arquivos a Distância. Santa Maria: UFSM/UAB, 2009, p. 01-37.
- PEREZ, Carlos Blaya. Os diferentes tipos de usuários de arquivos. In: **Caderno de Arquivologia**. Santa Maria: Curso de Arquivologia – UFSM, 2002. Nº 1.
- SANZ CASADO, Elías. **Manual de estudios de usuarios**. **Fundación Germán Sánchez Ruipérez**; Madrid: Pirâmide, 1994. p. 31-38.
- SOUSA, Kleber Johnny Gomes de. **O papel do marketing no Arquivo Histórico da Paraíba**. Trabalho de conclusão do curso de graduação em Arquivologia. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), 2014.
- TARRAUBELLA I MIRABET, Xavier. Els arxius i els seus usuaris. In: **Lligall: revista catalana d'Arxivística**, ISSN 1130-5398, Nº 12, 1998, págs. 190-204.
- TESSITORE, Viviane. **Como Implantar centros de Documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003.

Trabalho recebido em: 15 jul. 2014

Trabalho aceito em: 23 out. 2014

ISP NO ARQUIVO: UMA PROPOSTA DE ESTUDO DE USUÁRIOS A PARTIR DO MODELO DE CAROL KUHLTHAU*

Layane Marques de Souza**

Adriana Barbosa Silva***

Henrique Elias Cabral França****

RESUMO

Este trabalho tem como foco a aplicação do modelo *Information Search Process* (ISP) de Carol Kuhlthau, em um ambiente de arquivo, localizado na cidade de João Pessoa, Paraíba. A metodologia desenvolvida por Kuhlthau caracteriza-se por analisar o comportamento do usuário nos campos emocional, o cognitivo e físico, estudados a partir do desdobramento de seis estágios: Iniciação, Seleção, Exploração, Formulação, Coleta e Apresentação. A pesquisa, em andamento, traz como resultados parciais o levantamento do perfil dos usuários pesquisadores da Casa de José Américo. O que se espera, em perspectiva, é revelar nuances de uma abordagem nascida na Biblioteconomia sendo aplicada no ambiente de Arquivo.

Palavras-chave: Estudos de Usuários em Arquivo. Modelo ISP. Carol Kuhlthau.

* Trabalho – modalidade Pôster – do Eixo Temático “Acesso à informação”, exposto em 21 de outubro de 2014 no VI Congresso Nacional de Arquivologia.

** Graduanda do Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). *E-mail:* layane.uepb@gmail.com

*** Graduanda do Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). *E-mail:* adrianaaguara2009@hotmail.com

**** Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialização em Criação Publicitária pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP). Graduação em Comunicação Social-Jornalismo pela UFPB. *E-mail:* franca.henrique@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe a aplicação do modelo *Information Search Process* (ISP) de Carol Kuhlthau, em um ambiente de arquivo, especificamente da Fundação Casa de José Américo, na cidade de João Pessoa, Paraíba. A metodologia desenvolvida por Kuhlthau caracteriza-se por analisar o comportamento do usuário em três campos de experiência - o emocional, o cognitivo e o físico -, estudados a partir do desdobramento de seis estágios: Iniciação, Seleção, Exploração, Formulação, Coleta e Apresentação.

Corroborando com as ideias do modelo ISP, Choo (2003) destaca que “a informação e o *insight* nascem no coração e na mente dos indivíduos, e que a busca e o uso da informação são um processo dinâmico e socialmente desordenado que se desdobra em camadas de contingências cognitivas, emocionais e situacionais”. Os estados cognitivo e emocional durante o processo de busca são bastante significativos, pois eles podem guiar o usuário para que aceite ou procure novas informações, relacioná-las a vivências anteriores e indicar que tipo de sentimento está sendo demonstrado, que pode ser de dúvida, aversão, confiança, satisfação, incerteza etc. -

esses fatores poderão motivar o usuário durante suas investigações para que continue ou desista.

Neste sentido, após fazer uma pesquisa bibliográfica e projetiva, partimos para a *práxis*, através do modelo ISP. Um levantamento prévio foi realizado na Instituição Fundação Casa de José Américo, onde estão sendo aplicadas entrevistas entre usuários internos (funcionários da instituição) e externos (pesquisadores, estudantes, entre outros) – amostra essa baseada nos cadastros de usuários que frequentaram a Fundação nos meses de janeiro e fevereiro de 2014 e avaliado o perfil dos consulentes referentes ao ano de 2013.

A Fundação Casa de José Américo¹ é uma instituição governamental mantida pelo poder público do Estado da Paraíba, localizada na cidade de João Pessoa (PB), e que foi durante duas décadas residência oficial do escritor político paraibano José Américo. Além das publicações e obras do escritor José Américo a fundação mantém os arquivos dos ex-governadores da Paraíba e outros políticos e intelectuais do nosso Estado.

Disponibiliza ao público em geral mais de 300 mil documentos catalogados, entre os quais estão manuscritos e impressos em

¹ http://www.fcja.pb.gov.br/quem_somos.shtml

geral, fotografias, peças de áudio e vídeos tudo organizados em 14 fundos de arquivos, seu acervo tem valor singular no âmbito da história contemporânea do nosso estado e em nível nacional.

2 ESTUDOS DE USUÁRIOS: UMA BRE-VÍSSIMA LINHA DO TEMPO

Como é sabido, o estudo de usos e usuários teve início na Biblioteconomia. Em relação a sua origem, alguns autores consideram a partir da década de 1960, outros apontam para a década de 1950, e há ainda aqueles que falam de uma preocupação relacionada a este tipo de estudo proveniente desde os anos de 1920, onde foram feitos levantamentos estatísticos em bibliotecas, cujo interesse se centravam nos empréstimos realizados pelos usuários, como apontam Ribeiro e Costa (2011).

Em meados dos anos de 1960, os estudos de usos e usuários da informação eram voltados para a frequência do uso das informações em bibliotecas, e suas pesquisas eram quantitativas. Consequente, o estudo preocupava-se com a forma de obter informação e usá-la. Posteriormente, o foco passou a ser a automação dos serviços informacionais, mas notou-se certa dificuldade referente à detecção do comportamento e necessidades de informação

Após esta fase, passou-se para os estudos qualitativos no que abrange os usuários e usos da informação, voltada para a utilização de diversas teorias e tipos de conhecimento. Concernente aos conhecimentos buscados, seja em bibliotecas ou centros de documentação, Teixeira (1955) afirma que:

A busca pelo conhecimento é o resultado de um processo de indagação, que se origina numa situação de perplexidade e se encerra com a solução da mesma. A perturbação do meio é condição para se buscar conhecer algo, o conhecimento funciona como elemento de controle, que permite o equilíbrio seja novamente recuperado. O saber significa capacidade de localizar e definir a dificuldade, descobrir e utilizar os dados da situação e os conhecimentos já existentes, e de manipulá-los devidamente para chegar a conclusões, porque verificadas ou comprovadas.

Posteriormente, o estudo de usos e usuários renovou-se, passando para o estudo qualitativo, tratando-se da perspectiva antropológica, ou seja, analisando não somente o sistema, ou o usuário como centro, mas também o uso informacional e de que forma este poderá influir nas ações humanas no contexto social.

Há dez anos, Jardim e Fonseca (2004) estudavam a trajetória dos estudos de usuários em arquivos e lançavam luz sobre a necessidade de pensar o papel do arquivista não como um profissional que deveria servir ao

arquivo, mas, acima disso, alguém que servisse à sociedade e seus vários agentes. Segundo esses pesquisadores, um serviço de informação orientado aos usuários “implica em se considerar o usuário e o impacto da informação sobre sua vida, inclusive fora dos espaços físicos dos serviços de informação.”

Nesse sentido, Jardim e Fonseca (Ibid.) fortalecem a proposta deste trabalho, quando ressaltam a ligação indissociável entre a informação e os sujeitos envolvidos nesse processo – tanto aquele que a produz ou gerencia/trata como aquele que dela necessita e dela faz uso. O modelo de Carol Kuhlthau lança luz sobre sensações e sentimentos do usuário, que podem variar ou se alternar (tranquilidade/estresse – tensão/frustração/satisfação) em consequência não apenas da imperícia deste em buscar corretamente a informação de que necessita como das deficiências de sistema e, ainda, do trato do profissional que coloca-se como “ponte” entre esse usuário e a informação a que se necessita – nesse caso, a ponte é o próprio arquivista.

Nesse contexto, após refletir sobre o modelo de processo de busca informacional de Kuhlthau foram analisadas suas vantagens e desvantagens para o contexto arquivístico-social, já que tal modelo teve sua aplicação original em bibliotecas universitárias. (KUH-LTHAU, 1991) Sendo assim, busca-se que

as adaptações feitas para a pesquisa de usos e usuários da informação arquivística com o modelo ISP proporcione à Arquivística uma nova fonte de investigação e aprofundamento dos estudos de usos e usuários para a área.

3 MODELO DE CAROL KHLTHAU

Os estudos de usuários contaram com contribuições de vários pesquisadores mundo afora e também no Brasil. Uma das grandes contribuições foi dada pela pesquisadora, escritora e professora Carol Collie Kuhlthau, que desenvolveu o modelo de processo de busca de informação (ISP), para compreensão do comportamento do usuário, e foi um dos trabalhos pioneiros no que concerne a perspectiva dos usuários durante o processo de busca da informação.

O método ISP é focalizado no indivíduo/usuário e analisa os sentimentos dos mesmos nas etapas que compõem o processo de busca da informação. Dividido em seis etapas que procuram investigar o “sentir” do usuário na busca por informação, indo desde a sua necessidade até sua satisfação ou não no resultado obtido. Suas pesquisas incluem também educação, aspectos cognitivos e afetivos envolvidos no processo de busca da informação focado no usuário. Isso se dá por meio de uma análise linear, numa sequência ordenada de seis fases, a seguir, onde cada fase traz no seu

significado a representação da atividade realizada pelo usuário.

3.1 FASES DO ISP

Início: A busca se inicia por meio de uma tentativa de satisfazer e reconhecer uma necessidade de informação. Segundo Kuhlthau é nesta fase que o usuário busca informação por tópicos de acesso ao assunto de interesse e por isso se faz necessária a relação do mesmo com um profissional especializado.

Seleção: Reconhecer e identificar métodos para localizar a informação. Nesta fase o usuário adquire um sentimento otimista, suas dúvidas diminuem, pois sua pesquisa é mais voltada para sua área de interesse.

Exploração: É um processo de exaustividade, onde o usuário busca por informações pertinentes a sua área de interesse, po-

rém durante esse processo aumentam as dúvidas pela quantidade de informações encontradas.

Formulação: Nessa fase o indivíduo diminui suas incertezas e aumenta o estado de compreensão e confiança, delimitando seu foco de pesquisa e agregando novas informações, analisando se a mesma é pertinente ou não à sua pesquisa.

Coleta: Essa fase é caracterizada pela maior interação usuário/sistema. É nessa fase que o usuário tem seu foco definido, selecionando, organizando e reunindo apenas as informações relevantes ao seu tópico de interesse.

Apresentação: Essa é a fase conclusiva, onde serão apresentados os resultados obtidos na sua pesquisa. Nessa fase o usuário adquire sentimentos de conforto, desconforto, satisfação ou insatisfação, dependendo do produto alcançado.

Tabela 1: Fases do modelo ISP

Estágios no ISP	Sentimentos a cada estágio	Pensamentos a cada estágio	Ações a cada estágio	Tarefas apropriadas
1. Iniciação	Incerteza	Geral / Vago	Busca de informações pré-existentis	Reconhecimento
2. Seleção	Otimismo			Identificação
3. Exploração	Confusão/ Frustração/ Dúvida		Busca de informação relevante	Investigação
4. Formulação	Clareza	Direcionado/ claro		Formulação
5. Coleta	Senso de direção/ Confiança	Aumento de interesse	Busca de informação focada ou relevante	Coleta
6. Apresentação	Alívio/ Satisfação ou Desapontamento	Claro ou Focado		Complementação

Fonte: Crespo e Caregnato (2003, p. 252)

4 METODOLOGIA, RESULTADOS E PERSPECTIVAS

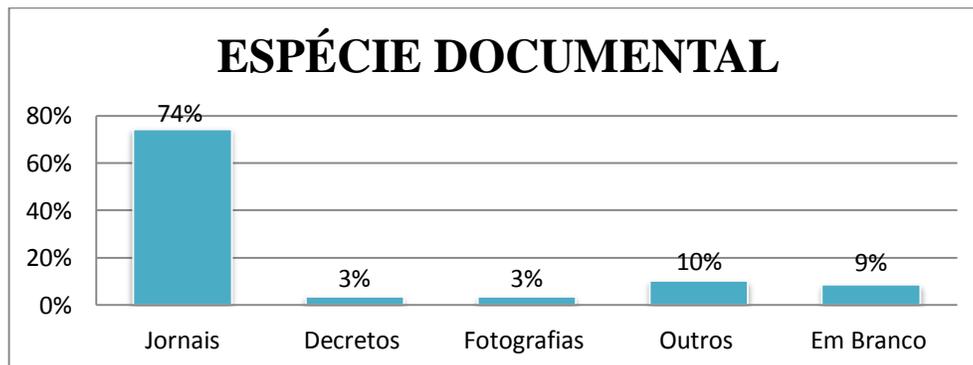
Partindo da metodologia *Information Search Process (ISP)*, que trata-se do modelo do processo de busca de informação de Kuhlthau focalizado nos usuários que visa investigar o “sentir” dos mesmos durante o fenômeno de procura informacional, nossa pesquisa que encontra-se em andamento utilizou-se do método fenomenológico. Trata-se de um método filosófico da contemporaneidade desenvolvido pelo Alemão Edmund Husserl durante o século XX, cujo objetivo é descrever os fenômenos como são vivenciados e se apresentam na consciência dos sujeitos.

Na utilização da fenomenologia faz-se recurso da entrevista, pois através dela pode-se absorver a essência da vivência dos indivíduos, os pontos comuns a eles e assim, no

caso da aplicação à estudos de usuários com o método de Kuhlthau identificar quais sentimentos prevalecem entre os usuários, e de que forma são manifestados à mente, para podermos ampliar nossos mecanismos de investigação arquivística e assim, tentar sanar ao máximo às dificuldades durante o processo de busca pela informação.

Nosso trabalho foi dividido em etapas: inicialmente utilizamos o campo da observação. No segundo momento nossa abordagem foi de caráter exploratório, por meio de fichas cadastrais dos usuários que frequentam a instituição pudemos traçar o perfil dos mesmos. Pudemos identificar que a espécie documental mais procurada pelos consulentes são os jornais, que na sua maioria estão localizados na hemeroteca da FCJA, como mostra o gráfico a seguir:

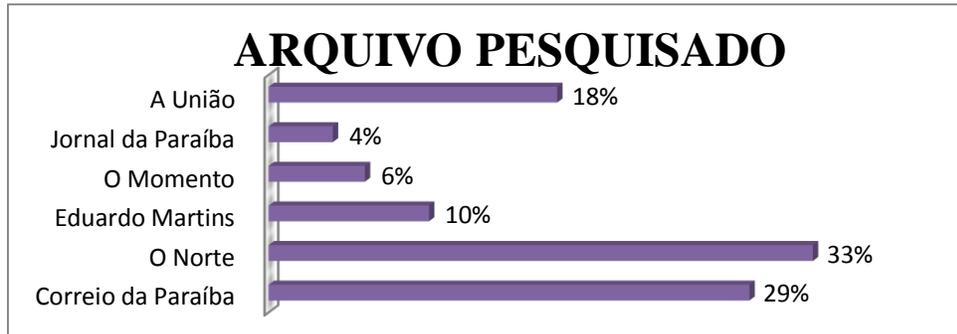
Figura 1: Espécie documental em que o usuário pesquisou



Fonte: elaborado pelo autor.

Informação Arquivística, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 149-156, jul./dez., 2014

Figura 2: Arquivo Pesquisado



Fonte: Elaborado pelo autor.

Outro dado pertinente foi relacionado ao arquivo mais procurado pelos pesquisadores. É perceptível que a maioria dos usuários busca informação na hemeroteca do Arquivo, o que caracteriza estes consulentes como um público mais especializado que vai à procura de uma informação específica.

Nosso trabalho, apesar de estar em fase de investigação já apresentou alguns resultados, como o perfil de seus usuários. No momento estão sendo realizadas as entrevis-

tas com usuários internos e externos para análise final e posterior divulgação dos resultados totais. O que se pretende com esse estudo é verificar as nuances de sentimentos dos usuários de uma unidade de informação tradicional a partir de um estudo semeado em solo da Biblioteconomia. Verificar sua aplicabilidade em seara arquivística e compreender, ainda, a necessidade de compreensão da importância do usuário pelo próprio profissional arquivista.

ISP IN ARCHIVE: A PROPOSAL FOR A USER STUDY FROM THE MODEL OF CAROL KUHALTHAU

ABSTRACT

This research focuses on the application of model Information Search Process (ISP) of Carol Kuhlthau, in an environment file, located in the city of João Pessoa, Paraíba. The methodology developed by Kuhlthau is characterized by analyzing user behavior in emotional, cognitive and physical fields, studied from the analysis of six stages: Initiation, Selection, Exploration, Formulation, Collection and Presentation. The research, under way, brings as partial results the users' profile survey researchers at the House of José Américo. What is expected, in perspective, is to reveal nuances of an approach born in library science being applied in archival science environment.

Keywords: Archive user studies. Model ISP. Carol Kuhlthau.

REFERÊNCIAS

- CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento:** como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. p. 62. Disponível em: <<http://ufmggei2013.files.wordpress.com/2013/09/choo-chun-wei-a-organizacao3a7c3a3o-do-conhecimento.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2013.
- CRESPO, Isabel Merlo; CAREGNATO, Sônia Elisa. Comportamento de busca de informação: uma comparação de dois modelos. **Em Questão** (UFRGS), Porto Alegre, v. 9, n.2, p. 271-281, 2003.
- FIGUEIREDO, Nice Menezes. **Estudos de uso e usuários da informação.** 1. ed. Brasília: IBICT, v. 1. 154p, 1994.
- JARDIM, José Maria e FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGrama-Zero** – Revista de Ciência da Informação - v.5 n.5 out/04. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/Art_04.htm>. Acesso em: 26 fev. 2013.
- HENNÁNDEZ SALAZAR, Patrícia et al. Análisis de modelos de comportamiento en la búsqueda de informacion. **Ciência da Informação**, V. 36, n.1, 2007.
- KUHLTHAU, Carol Collier. Inside the Search Process: information seeking the user's perspective. **Journal of The American Society for Information Science**, New York, v.42, n.5, p.361-371, 1991.
- RIBEIRO, Luciane Meire; COSTA, Luzia Sigoli. **Estudos de uso e usuários da informação:** uma análise do foco e dos tipos de grupos estudados historicamente e suas relações com as tendências atuais. p. 01-12, 2011.

Trabalho recebido em: 15 jul. 2014

Trabalho aceito em: 23 out. 2014

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

ISSN 2316-7300

v. 3, n. 2, jul./dez. 2014

www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica

informacaoarquivistica@aaerj.org.br

Informação Arquivística é um periódico científico eletrônico semestral da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ), que contempla a publicação e a divulgação de trabalhos e pesquisas relacionadas ao campo da Arquivologia e suas relações interdisciplinares, no âmbito nacional e internacional.

CONSELHO EDITORIAL

Ma. Aluf Alba Vilar Elias
Ma. Lucina Ferreira Matos
Dr. Roberto Lopes dos Santos Junior
Ma. Vanessa de Arruda Jorge
Bel. Wagner Ramos Ridolphi
Me. Welder Antônio Silva

CONSELHO CONSULTIVO

Dra. Ana Célia Rodrigues
Dra. Angélica Alves da Cunha Marques
Dra. Anna Carla Almeida Mariz
Dr. Armando M. B. Malheiro da Silva
Dra. Cândida Fernanda Antunes Ribeiro
Dr. Daniel Flores
Dra. Georgete Medleg Rodrigues
Dr. José Maria Jardim
Me. Leandro Ribeiro Negreiros
Dra. Lídia Silva de Freitas
Dra. Luciana Quillet Heymann
Dr. Moisés Rockembach
Dra. Natália Bolfarini Tognoli
Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos
Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa
Dra. Rosely Curi Rondinelli
Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva
Dr. Sérgio Conde de Albite Silva
Dr. Thiago Henrique Bragato Barros
Dr. Vanderlei Batista dos Santos
Dr. Vitor Manoel Marques da Fonseca

VI CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA

www.aargs.com.br/cna

Evento organizado pela Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), entre os dias 20 a 23 de outubro de 2014, no Centro de Eventos do Park Hotel Morotin, na cidade de Santa Maria-RS, tendo como tema “Arquivologia, sustentabilidade e inovação”.

COMISSÃO CIENTÍFICA

Comissão Central de Programação Científica:

Dr. Daniel Flores (UFSM) – Presidente
Dr. André Zanki Cordenonsi (UFSM) – Membro
Me. Jorge Alberto Soares Cruz (UFSM) – Membro
Dr. José Maria Jardim (UNIRIO) – Membro
Dr. Rafael Port da Rocha (UFRGS) – Membro
Ma. Valéria Raquel Bertotti (UFRGS) – Membro

Secretaria de Apoio da Comissão Central:

Ma. Andrea Gonçalves dos Santos (FURG) – Membro
Mnda. Daiane Regina Segabinazzi Pradebon (UFSM) – Membro
Mnda. Flávia Helena Conrado (IFRS) – Membro
Ma. Neiva Pavezi (UFSM) – Membro

Pareceristas/Avaliadores da Comissão Científica:

Alicia Casas de Barran (EUBCA/Udelar, Uruguai)
Ana Celeste Indolfo (Arquivo Nacional)
Ana Célia Rodrigues (UFF)
André Malverdes (UFES)
Angélica Alves da Cunha Marques (UnB)
Anna Carla Almeida Mariz (UNIRIO)
Anna Szlecher (UnC, Argentina)
Aurora Leonor Freixo (UFBA)
Beatriz Kushnir (AGCRJ)
Carla Mara da Silva Silva (UFAM)
Carlos Augusto Silva Ditadi (CTDE/Conarq)

Carlos Blaya Perez (UFSM)
Cíntia das Chagas Arreguy (UFMG)
Dhion Carlos Hedlund (FURG)
Eliana Maria dos Santos Bahia (UFSC)
Eliandro dos Santos Costa (UEL)
Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)
Fernanda Kieling Pedrazzi (UFSM)
Flávio Leal da Silva (UNIRIO)
Francisco José Aragão Pedroza Cunha (UFBA)
Hamilton Vieira de Oliveira (UFPA)
Heloísa Liberalli Bellotto (USP)
Janilton Fernandes Nunes (UFAM)
João Eurípedes Franklin Leal (CTPD/Conarq)
Jorge Eduardo Enriquez Vivar (UFRGS)
José Augusto Chaves Guimarães (UNESP)
Josemar Henrique de Melo (UEPB)
Julianne Teixeira e Silva (UFPB)
Katia Isabelli de Bethânia Melo de Souza (UnB)
Leandro Ribeiro Negreiros (UFMG)
Lucivaldo Vasconcelos Barros (UFPA)
Luiz Eduardo Ferreira da Silva (UFPA)
Marcieli Brondani de Souza (UFAM)
Margarete Farias de Moraes (UFES)
Maria Do Rocio Fontoura Teixeira (UFRGS)
Maria Laura Rosas (EUBCA/Udelar, Uruguai)
Maria Leandra Bizello (UNESP)
Maria Teresa Navarro de Britto Matos (UFBA)
Maria Virginia Moraes de Arana (UFES)
Mateus de Moura Rodrigues (FURG)
Paulo Roberto Elian dos Santos (COC/Fiocruz)
Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)
Rita de Cassia Portela da Silva (UFRGS)
Rosa Zuleide Lima de Brito (UFPB)
Rosane Suely Alvares Lunardelli (UEL)

Sérgio Renato Lampert (FURG)

Sônia Elisabete Constante (UFSM)

Telma Campanha de Carvalho Madio (UNESP)

Úrsula Blattmann (UFSC)

Welder Antônio Silva (UFMG)



Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ)

Caixa Postal 50076

CEP 20050-971 – Rio de Janeiro-RJ

aaerj@aaerj.org.br

www.aaerj.org.br

I43 Informação Arquivística: revista da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ). v. 1, n. 1 (jul./dez. 2012) - Rio de Janeiro: AAERJ, 2012 –

Semestral

ISSN 2316-7300

Versão eletrônica disponível em:

<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica>

1. Arquivologia - Periódicos. 2. Ciência da Informação - Periódicos. I. Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ).

CDD 020